

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

Gisele do Nascimento

**FUGAS E ESTRATÉGIAS ESCRAVAS: UMA ANÁLISE
DOS PERIÓDICOS PHAROL E O LEOPOLDINENSE NO
SÉCULO XIX**

Niterói

2020

GISELE DO NASCIMENTO

LINHA DE PESQUISA

“Sociedade, movimentos populacionais e de culturas”

**FUGAS E ESTRATÉGIAS ESCRAVAS: UMA ANÁLISE DOS PERIÓDICOS PHAROL E
O LEOPOLDINENSE NO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Vitória Fernanda Schettini

NITERÓI

2020

GISELE DO NASCIMENTO

**“FUGAS E ESTRATÉGIAS ESCRAVAS: UMA ANÁLISE DOS PERIÓDICOS
PHAROL E O LEOPOLDINENSE NO SÉCULO XIX”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 28 de maio de 2020 pela banca examinadora, composta pelos professores:



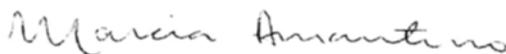
Prof.ª Dr.ª Vitória Fernanda Schettini

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Rodrigo Fialho Silva

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)



Prof.ª Dr.ª Marcia Sueli Amantino

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

CIP - Catalogação na Publicação

N244 Nascimento, Gisele do.
Fugas e estratégias escravas: uma análise dos periódicos Pharol e O Leopoldinense no século XIX. / Gisele do Nascimento. -- Niterói, RJ, 2020.
175p.; il., grafs., maps., tabs.
Referências: p. 165-175.

Orientadora: PhD. Vitória Fernanda Schettini.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, 2020.

1. Escravidão – História – Zona da Mata (MG: Mesorregião) - Séc. XIX.
2. Pharol - Periódico. 3. O Leopoldinense – Periódico. I. Título.

CDD 981.51

Agradecimentos

Escrevo hoje essas palavras de gratidão aos que me acompanharam nessa jornada, que certamente não foi fácil, mas que fez grande diferença em meu caminho. Foram longos dias e noites, por vezes até madrugadas debruçada diante de documentos, livros e computador. Momentos de incertezas, medo e também de grandes alegrias ao notar o rumo que a pesquisa tomava a cada dia.

Primeiramente agradeço a Deus por mais uma conquista. Nada seria possível se não fossem suas mãos guiando meus passos desde sempre. A sua força é a única capaz de nos fazer seguir sempre em frente, derrubando as inúmeras barreiras encontradas no caminho. A nossa fé sempre vencerá as batalhas da vida.

Gostaria de agradecer à minha família pelo apoio e compreensão, pelas faltas que tive com vocês em certos momentos, onde estava ansiosa pelas páginas a serem escritas. Mesmo sem conhecer ao certo o projeto e a complexidade de uma escrita e pesquisa, sempre me apoiaram por saber que estava no caminho certo. Ao meu irmão Heleno pelo incentivo para continuar os estudos, enfatizando a importância do mesmo para a construção de um futuro que por vezes via distante.

Dedico este trabalho à minha mãe que encontra-se debilitada por um mal que afeta o seu psicológico, mantendo-a distante de tudo e de todos, até de si mesma. No fundo eu sei que ela sempre torceu por minha vitória e no seu subconsciente ela continua nesta torcida. À memória de meu falecido pai, um grande homem com que tive o privilégio de conviver e aprender todos esses anos. Em meio à finalização da escrita da dissertação ele deixou o plano terreno, num momento em que precisei reunir todas as minhas forças para seguir firme e concluir o projeto. Muito obrigada meu pai, que Deus o tenha em seus braços.

Agradeço ao meu companheiro Michel, por sua paciência e compreensão nos dias de estresse, pelo cansaço e pelo modo ríspido com que o tratei em alguns momentos. Obrigada por me apoiar em todos os momentos e nunca me deixar desistir, mesmo quando não via uma luz para certos dilemas. Que nossa cumplicidade seja uma constante em nossas vidas.

À minha orientadora Vitória Schettini, não tenho palavras para expressar a gratidão pelo apoio desde que iniciei a jornada no programa. Suas aulas enriqueceram imensamente e me auxiliaram em diversos momentos da pesquisa. Agradeço às indicações bibliográficas para o desenvolvimento da dissertação, bem como as sugestões e contribuições que foram o cerne da

pesquisa. Imensamente grata por sua amizade, pelo brilhantismo de sua profissão e por despertar tamanha admiração em todos que tem o privilégio de conviver com essa pessoa magnífica.

Rodrigo Fialho, meu orientador na graduação, por quem tenho grande admiração e que é minha inspiração. Agradeço por me mostrar o caminho quando me senti confusa e insegura. Grande responsável por me fazer enveredar pelos caminhos da História. A pesquisa com os jornais iniciada na graduação só teve sentido graças aos seus ensinamentos. Um grande professor, pesquisador e uma pessoa de coração enorme, muito obrigada por tudo o que me proporcionou.

Não poderia deixar de agradecer a CAPES pela bolsa oferecida, com a qual não seria possível prosseguir o mestrado se não houvesse o recurso, tendo em vista a dificuldade que passava naquele momento. Nesse aspecto agradeço à professora Vitória, professora Marcia Amantino e Rodrigo Fialho por me orientarem no processo de obtenção da mesma, não medindo esforços para que desse tudo certo.

Aos amigos conquistados ao longo do curso, Toninho, Edna, Zé Carlos, Igor. E Arthur, um amigo que esteve sempre presente ao longo do curso, obrigada pelo apoio nos momentos difíceis, pelas gargalhadas nas cansativas viagens de ônibus de Minas a Niterói. As madrugadas na rodoviária do Rio de Janeiro e as incertezas que nos acompanhava ficarão na memória. Obrigada meu amigo. Que o futuro nos reserve sempre coisas boas.

Sou grata também às funcionárias da Paróquia Nossa Senhora do Rosário em Leopoldina, pelas inúmeras tardes que passei debruçada sobre os livros de registro de batismo de escravos. Talvez causasse certo incômodo por estar presente no local por tantas horas, mas sempre foram cordiais comigo.

Ao professor Jonis Freire, obrigada pelas dicas e orientações prestadas, sempre com tamanha boa vontade. Suas indicações de fontes e bibliografia me ajudaram bastante.

À tia Socorro que me acolheu em sua casa sempre que precisei passar mais tempo em Niterói, me tratando como filha, mesmo que não tenhamos parentesco de sangue. Que Deus abençoe a senhora e Tio Sebastião.

Por fim, sou eternamente grata a todos os que contribuíram de forma direta ou indireta para que fosse possível a conclusão desta pesquisa. Peço a Deus que abençoe a todos e que sempre ilumine seus passos. E peço a proteção divina na minha jornada daqui em diante. Que seja feita sua vontade...

Resumo

A partir da década de 1980, a historiografia vem buscando rever o papel do escravo negro na sociedade escravista, rompendo com o estereótipo de ser passivo e incapaz de reagir à dominação. A análise de diferentes fontes revela a figura do escravo enquanto agente ativo, que tinha a possibilidade de construir relações sociais, famílias, ainda que de forma diferenciada. Ao analisar as fugas de escravos nos periódicos oitocentistas, percebemos esse movimento, quando ele utilizava de mecanismos e estratégias na tentativa de forjar meios de sobrevivência em outras terras. Dessa maneira, tomamos as fugas como objeto de pesquisa em dois importantes periódicos da Zona da Mata mineira no século XIX, o primeiro deles denominado *Pharol*, impresso na freguesia de Juiz de Fora e o outro denominado *O Leopoldinense*, da freguesia de Leopoldina. Analisaremos todas as edições de ambos os periódicos no período de 1876 a 1888. O objetivo principal da pesquisa é analisar as estratégias forjadas nas fugas desses escravos, levando em consideração o fato de ambas as freguesias possuírem a maior concentração de escravos da Mata mineira no século XIX.

Palavras-chave: escravidão, fugas, Zona da Mata mineira, jornal, *Pharol*, *O Leopoldinense*.

Abstract

Since the 1980s, historiography has sought to review the role of the black slave in slave society, breaking with the stereotype of being passive and unable to react to domination. The analysis of different sources reveals the figure of the slave as an active agent, who had the possibility of building social relationships, families, albeit in a different way. When analyzing the escapes of slaves in the 19th century periodicals, we noticed this movement, when it used mechanisms and strategies in an attempt to forge means of survival in other lands. Thus, we took the escapes as an object of research in two important periodicals in the Zona da Mata of Minas Gerais in the 19th century, the first of them called *Pharol*, printed in the parish of Juiz de Fora and the other called *O Leopoldinense*, in the parish of Leopoldina. We will analyze all editions of both journals from 1876 to 1888. The main objective of the research is to analyze the strategies forged in the escapes of these slaves, taking into account the fact that both parishes had the highest concentration of slaves in the Zona da Mata de Minas Gerais in the century XIX.

Keywords: slavery, escapes, Zona da Mata mineira, newspaper, *Pharol*, *O Leopoldinense*.

Abreviaturas

RAPM- Revista do Arquivo Público Mineiro

BN- Biblioteca Nacional

Lista de Quadros

Quadro 1: População de Leopoldina por paróquia 1872.....	37
Quadro 2: Crescimento das Principais áreas cafeeiras – 1852-1888.....	43
Quadro 3: Quadro geral dos municípios e da população da Zona da Mata de Minas Gerais em 1872	44
Quadro 4: Escravos Africanos em São Sebastião da Leopoldina e distritos em 1872.....	48
Quadro 5: População de Juiz de Fora por paróquia 1872.....	64
Quadro 6: Escravos africanos em Santo Antônio do Paraibuna e distritos em 1872	67
Quadro 7: Fugas de escravos no <i>Pharol</i> 1876-1888	123
Quadro 8: Procedência das fugas	125

Lista de Tabelas

Tabela 1: Cor da população livre e escrava de São Sebastião da Leopoldina e distritos 1872.....	49
Tabela 2: Cor da população livre e escrava de Santo Antônio do Paraibuna e distritos	68
Tabela 3: Local de fuga dos escravos 1881-1883.....	97
Tabela 4: Faixa etária dos escravos fugidos em Leopoldina 1881-1883.....	104
Tabela 5: Qualidade/procedência dos escravos fugidos no <i>Leopoldinense</i>	106
Tabela 6: Tipo de fuga em Leopoldina 1881-1883.....	107
Tabela 7: Faixa etária dos escravos fugidos em Juiz de Fora	127
Tabela 8: Qualidade/procedência dos escravos fugidos no <i>Pharol</i>	129

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Principais ocupações da população escrava de Leopoldina 1872.....	45
Gráfico 2: Principais ocupações da população escrava de Juiz de Fora em 1872	65

Lista de Imagens

Imagem 1: Igreja Nossa Senhora do Rosário século XIX	33
Imagem 2: Avenida Rio Branco com Rua Halfeld (1870)	56
Imagem 3: Planta de algumas vias da Vila de Santo Antônio do Paraibuna desenhada pelo engenheiro Henrique Halfeld em 1853	57
Imagem 4: Trecho da estrada União & Indústria no fim do século XIX	60
Imagem 5: Cabeçalho do jornal <i>O Leopoldinense</i> 1881	78
Imagem 6: Anúncio de fuga de escravos 1882.....	97
Imagem 7: Escrava à venda 1881.....	100
Imagem 8: Anúncio <i>Pharol</i>	120
Imagem 9: Anúncios de venda e aluguel de escravos.....	125
Imagem 10: Libertação de escravos.....	144
Imagem 11: Anúncio pós-abolição	149

Lista de Mapas

Mapa 1: Zona da Mata mineira com destaque para Leopoldina e Juiz de Fora	41
Mapa 2: O aumento da malha urbana de Juiz de Fora	59

Sumário

Introdução	16
Capítulo I: Leopoldina e Juiz de Fora: a ocupação das Áreas Proibidas	27
1.1. Ocupação de Leopoldina: breves considerações	27
1.2. Leopoldina: café e escravidão	33
1.3. Juiz de Fora: a Manchester Mineira.....	53
Capítulo II: O escravo nas páginas do jornal <i>O Leopoldinense</i>	74
2.1. O surgimento da imprensa no Brasil e em Minas Gerais.....	74
2.2. O jornal <i>O Leopoldinense</i> no século XIX.....	79
2.3. Escravidão e resistência escrava: apontamentos iniciais	83
2.4. As fugas de escravos nos anúncios do jornal	92
Capítulo III: Uma análise do <i>Pharol</i> Juiz de Fora	116
3.1. O jornal <i>Pharol</i>	116
3.2. Um perfil das fugas no <i>Pharol</i>	123
3.3. O escravo no noticiário do <i>Pharol</i>	132
3.4. <i>Pharol</i> e <i>O Leopoldinense</i> : Uma análise comparada	152
Considerações Finais	161
Fontes	165
Bibliografia	166

Introdução

Há tempos um estudo de referência foi realizado por Gilberto Freyre¹, tomando os anúncios de fugas de escravos na imprensa como objeto de análise. As fugas e outras formas de insubordinação escrava são entendidas pela historiografia como a luta pela liberdade e, geralmente, ocorriam por negação ao cativo, onde o escravo não possuía nenhuma alternativa dentro do regime no qual se encontrava. A ação do escravismo sobre os negros em determinados momentos retirou-lhes todos os traços de humanidade, inclusive os mais básicos como a constituição de famílias, na visão da historiografia tradicional, que desacreditava da existência dos laços de família e parentesco e reforçava a dominação violenta, assim como a passividade dos escravos diante da mesma.²

Cansados dos castigos que lhe eram proferidos e a forma de vida degradante, fugiam na esperança de encontrar algum lugar longe dali, onde pudessem ter uma chance de recomeço. Muitos escravos tinham profissão, pois, de acordo com Marcia Amantino, “a aprendizagem de uma profissão era algo que poderia interferir na qualidade de vida do cativo [...] Possuir uma ocupação era ter uma posição “privilegiada” dentro do contingente escravista”.³ Mas, apesar desse escravo ter alguma diferenciação diante dos demais cativos, sua condição estava longe de ser um sujeito livre.

Mas, nem todas as fugas visavam à liberdade. Muitas vezes o escravo fugia no intuito de reivindicar alguma coisa ou se aventurar nas folgas que o senhor lhe concedia. As escapadelas curtas ou *petit marronages*, conforme sugere Eugene Genovese, eram comuns no Sul dos Estados Unidos⁴. Manolo Florentino mostra que muitas fugas de africanos recém-desembarcados no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, eram motivadas, menos pela negação da situação de cativo, e mais pela desorientação frente a um mundo desconhecido, pela “subtração da linguagem que na África servia à estruturação do mundo.”⁵

João José Reis e Eduardo Silva caracterizaram as fugas de forma geral, como parte do “complexo negociação/resistência”. Segundo os autores, havia as fugas-reivindicatórias, nas quais

¹ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

² Cf, entre outros, Costa (1966); Prado Júnior (1971); Cardoso (1977); Freyre (1987).

³ AMANTINO, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Locus revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006, p.65.

⁴ GENOVESE, Eugene D.. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/CNPq, 1988.

⁵ FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*, São Paulo, n.58, p. 104-115, junho/agosto 2003, p.109.

os escravos não pretendem um rompimento radical com o sistema, objetivando apenas forçar os senhores a concessões e benesses; e as fugas-rompimento, caracterizadas pelo desejo de quebra da relação senhor-escravo, negando a sua situação – fato que não implicava ao fugitivo a aceitação da escravidão como uma instituição normal, como alias acontecia com muitos forros que se tornavam proprietários de escravos. Os variados motivos que levariam os escravos a fugir revelaram múltiplos sentidos para a resistência escrava, não apenas a ideia de liberdade como fim da escravidão. A deserção do cativo poderia ser motivada por diversos fatores, como o não cumprimento pelo senhor do que seria considerado como o “cativeiro justo”.⁶

A maior parte dos escravos fugia sozinho, demonstrando que esta era uma decisão solitária. Uma alternativa que encontravam longe do cativeiro era fingir-se de forro em outras terras, misturando-se à população livre. Para tal feito, segundo Marcia Amantino, "além das roupas que poderiam ser usadas como facilitadoras de relações sociais e disfarce para a condição de cativo, os escravos fugiam levando também outros tipos de apetrechos: facas, cavalos, tecidos, etc. Todos estes elementos tinham a função de facilitar a nova vida em outros locais".⁷ Isso possibilitava a sua inserção em outras cidades, passando despercebido aos olhos das pessoas livres. Outra possibilidade era também a formação de quilombos, comunidades independentes onde pudessem cultivar e recomeçar suas vidas.

Segundo Flávio Gomes⁸, nesses acampamentos, os quilombolas cultivavam uma diversidade de produtos e negociavam com comerciantes, lavradores e até mesmo com escravos que ainda viviam nas senzalas. Os quilombos, inicialmente, eram povoados na maioria por homens, pois, de acordo com Marcia Amantino, as mulheres se detinham aos laços familiares, evitando as fugas, principalmente aquelas que tinham filhos.⁹

Os senhores impunham diversos mecanismos de controle aos seus escravos, como os castigos físicos, o trabalho exaustivo e péssimas condições de vida, fatores estes que iriam estimular as fugas de muitos deles. Uma forma que os senhores encontraram para a captura dos fujões era a publicação de anúncios nos jornais. Esses anúncios de escravos fugidos ou à venda eram comuns em alguns jornais do século XIX. Os escravos eram descritos de forma pejorativa, com

⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.63-64.

⁷ AMANTINO, Márcia. O cotidiano escravo em Cataguases nas últimas décadas da escravidão. In: Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira, I: 2005. Juiz de Fora (MG). *Anais. CES 2005*, p.12

⁸ GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 29 de setembro de 2015.

⁹ AMANTINO, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Locus revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006.

características muitas vezes até animais, no intuito de serem identificados e encontrados com maior facilidade. Eram oferecidas recompensas em dinheiro a quem os encontrasse ou trouxesse informações válidas a respeito de seu paradeiro.

No presente trabalho, trazemos a ideia de que a fuga, por qualquer que seja sua motivação, permeou as colunas de anúncios nos jornais, causando certa preocupação à classe senhorial, pois colocava em questão um dos pilares do escravismo, que se fazia através da dominação exercida pelo senhor sobre o escravo. Buscamos nos pautar em afirmações de autores que utilizam desta premissa para justificar o alto índice de fugitivos no período, mas buscando ir além, demonstrando que esses sujeitos foram capazes de elaborar estratégias cotidianas ou mesmo se aproveitaram de brechas no sistema escravista, no trabalho, nos centros urbanos para se inserirem na sociedade como homens livres, disputando espaço com os mesmos na sociedade escravocrata.

Ao analisarmos o Recenseamento Geral do Império de 1872, podemos observar que Leopoldina era uma das freguesias onde se possuía significativo número de escravos comparado ao de pessoas livres, totalizando 15.253 escravos, para 26.633 livres.¹⁰ Esse significativo contingente escravo se dá pelo crescimento econômico da região da Zona da Mata, que ocorreu de forma acelerada devido à sua produção cafeeira e agrícola e a proximidade com o Rio de Janeiro. O motivo para tal crescimento seria a busca por novas terras para o plantio da rubiácea e à construção de estradas de ferro que facilitariam o embarque de mercadorias para a exportação. Para Vitória Schettini, “Unido à ocupação e ao desenvolvimento econômico da Zona da Mata mineira, estava o transporte das mercadorias, bem como sua modernização, além do desenvolvimento de implementos agrícolas para a produção de café”¹¹. Na visão de Romilda Oliveira Alves, há tempos,

O Estado procurou efetivar o povoamento da capitania de Minas Gerais não apenas com o objetivo de “civilizar” e “catequizar” os índios, mas também criar novas vias de comunicação e comércio que facilitassem o transporte das produções da maior parte de Minas em direção aos mercados consumidores, tanto pela via marítima como terrestre.¹²

¹⁰ Recenseamento Geral do Império, 1872, v.2, p.188. Disponível para download em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> Acesso em: 22/07/2019.

¹¹ ANDRADE, Vitória Schettini de. Tropas e tropeiros numa economia nascente: São Paulo do Muriaé, 1848 a 1888; in: ANDRADE, Vitória Schettini de. LAMAS, Fernando Gaudereto. SILVA, Rodrigo Fialho. (Orgs.). *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017, p. 235.

¹² ALVES, Romilda Oliveira. Famílias e formas de sobrevivência na área central da Mata Mineira (1808-1850); in: ANDRADE, Vitória Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho (Orgs.) *As várias faces de Minas traços locais e regionais* /. Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2017, p. 130.

Dessa maneira, buscamos analisar os anúncios de escravos fugidos no periódico oitocentista denominado *O Leopoldinense*, o primeiro jornal de Leopoldina, bem como o periódico juiz-forano *Pharol*, sendo neste período o mais importante a circular pela cidade, mantendo-se na ativa por mais de três décadas. O recorte temporal desta pesquisa compreende os anos entre 1876 a 1888, sendo o marco inicial fixado pelos números iniciais do periódico *Pharol*, publicados neste ano. O marco final, 1888, deve-se ao fim da escravidão no Brasil, garantido pela Lei Áurea, assinada a 13 de maio de 1888, obtida através da “dinâmica social, ou seja, como resultado de acordos e confrontos cotidianos travados entre os sujeitos históricos”¹³ e a partir desta data, conseqüentemente, os mesmos desaparecem das colunas do jornal.

No contexto político, este recorte compreende o período de intensos debates abolicionistas em contraponto ao ideário liberal, conservador e republicano. Foi também um período de grande desenvolvimento urbano e crescimento populacional que possibilitava a expansão de brechas no sistema escravocrata, seja por medidas legais ou por meio de negociações entre senhor e escravo, que acabaram por proporcionar certa autonomia para o cativo.

A importância em se trabalhar com as fontes primárias como o jornal se dá pelas inúmeras possibilidades em se encontrar elementos e indícios que permitem conhecer, temporalmente, a sociedade onde se vive. Para Rodrigo Fialho Silva, “além de ser também um “lugar de memória”, a imprensa foi o meio de informação mais eficaz na sociedade brasileira, quando de sua implementação e difusão nas primeiras décadas do século XIX”¹⁴.

Através das páginas do jornal, podemos vislumbrar um panorama da sociedade no século XIX, sua forma de organização social, costumes e pensamentos, inclusive os das elites letradas responsáveis por sua publicação, ou seja, é a história local impregnada nas páginas do jornal. Para Pierre Goubert, a história local é aquela que diz respeito a uma vila média ou pequena, como Leopoldina, por exemplo. Foi o interesse que surgiu nos anos 1950, na França, em se estudar um local no âmbito social, não apenas seus indivíduos mais ilustres, permitindo assim conhecer a formação daquela localidade através do estado de abordagens estatísticas, entre outros métodos. A história local é criada a partir das relações entre os indivíduos que compõem a sociedade. Segundo Goubert,

Os historiadores das gerações anteriores preocupavam-se sobremaneira com problemas das classes altas. [...] A volta à história local origina-se de um novo

¹³ REIS, Liana Maria. Escravos e abolicionismo na Imprensa Mineira (1850-1888). *LPH- Revista de História*, Mariana, vol.1, n.1, 1991, p.222.

¹⁴ SILVA, Rodrigo Fialho. O tom e o traço: apontamentos historiográficos sobre a imprensa no Brasil e em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, *Escritas*, vol. 7, n. 1, 2015, ISSN 2238 – 7188, p. 27.

interesse pela história social - ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam – pela história de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes, estados. [...] Entretanto, uma história que pretenda dar conta de todos os aspectos da vida humana, em todas as classes, encontra de início um obstáculo maior: os números.¹⁵

A relevância desta pesquisa se dá na relação entre o desvelar das fontes produzidas em um passado que se confunde com os traços identitários do presente, do ponto de vista da história local e regional, na busca em apresentar novos elementos do cotidiano escravo leopoldinense e juiz-forano no final do oitocentos, contribuindo para a historiografia sobre a região. Na visão de Vitória Schettini, “uma região é vista como uma situação histórica modelada pelas situações, pelos debates e pelos conflitos que caracterizam um período e um lugar.”¹⁶ As imagens ou a escrita do jornal nos evidenciam detalhes sobre um povo e sua cultura. São marcas históricas, repletas de cotidianidade. O cotidiano do homem se faz por meio de suas façanhas e do desenvolvimento de suas habilidades na sociedade em que vive. Na visão de Agnes Heller (2008),

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana em todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. [...] O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade.¹⁷

A análise das fugas de escravos, por meio das publicações do jornal, nos permite apreender parte daquele cotidiano, pois, de acordo com Rodrigo Fialho Silva, a imprensa deve ser entendida como um agente histórico, transformador da realidade. Para Marco Morel, a imprensa esteve presente em momentos marcantes e foi capaz de mobilizar, formar e transformar opiniões.¹⁸ Esse importante manancial possibilita ao pesquisador uma viagem a outro século, despertando o fascínio que o jornalismo oitocentista provoca em seus leitores e desvelando elementos identitários do escravo negro, em Leopoldina e Juiz de Fora, no final do século XIX. Esta fonte documental, por

¹⁵ GOUBERT, Pierre. História Local. Traduzido por Marta M. Lago / Pierre Goubert, *Revista Arrabalde*, Ano I, nº 1. Maio / agosto 1988, p.73.

¹⁶ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza, família na Zona da mata mineira, 1846-1888*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011, p.30.

¹⁷ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

¹⁸ MOREL, Marco. Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção. *Anais do Colóquio História e Imprensa*, Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998.

vezes perdida no tempo, traz novos significados para acontecimentos do passado, dotando a história local com novos contornos que poderiam ter passado despercebidos ao longo dos anos.

Esmiuçar o cotidiano do escravo fugitivo, bem como compreender seu entendimento acerca do que é liberdade, requer vasculhar as relações sociais que envolviam seu dia-a-dia, as suas possibilidades de inserção no mundo dos livres. Tendo o periódico como fonte primordial dessa investigação, centramos nosso estudo nas freguesias de Leopoldina e Juiz de Fora, duas das quais se concentravam maior número de escravos da Zona da Mata mineira no século XIX.

A região tinha uma dinâmica interna que absorvia grande número de mão-de-obra, em grande parte escrava. Muitos estudos trazem sua importância como uma paisagem repleta de lares voltados para a produção doméstica de fios, de atividades mecânicas, de pequenas e médias manufaturas e fábricas de tecidos.¹⁹ A produção do queijo, aguardente, gado, toucinho nas áreas urbanas estava diretamente ligada à economia interna e, “aumentando a procura por mantimentos, ferragens e têxteis e estimulando o emprego de pessoas nesses setores e no transporte, o que por sua vez dava mais um incentivo ao mercado interno para produtos agrícolas e manufaturados”.²⁰ Diante desse dinamismo se fizeram as possibilidades de inserção dos escravos e buscamos apreendê-las nos vestígios deixados por eles ao fugir.

Na década de 1870, a atividade econômica nas Minas ascendia em diferentes setores. E para Laird Bergad, “às vésperas da abolição da escravatura as estruturas econômicas de Minas continuavam bastante diversificadas, apesar do aumento e da predominância do café no comércio de exportação na década de 1870”.²¹ Nesse sentido, o avanço da economia cafeeira em meados do século XIX, acrescido ao avanço da urbanização, fez com que os escravos vislumbrassem novas possibilidades diante da escravidão, seja por meio de alforrias, seja pelas fugas ou outras formas de resistência. Essas estratégias podem ser confirmadas pelo fato de os senhores denunciarem as ocupações dos escravos fugidos nos anúncios de jornal, advertindo que agiriam com “todo o rigor da lei contra quem os acoutasse”²². As inúmeras repetições das fugas nos periódicos levam a crer que, no final do século XIX, os senhores tinham maiores dificuldades em encontrar seus escravos fugidos, uma vez que essas fugas não eram solucionadas.

¹⁹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.14.

²⁰ SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos ICHL/UNICAMP*, Campinas, n. 17, 1985, p.460.

²¹ BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Bauru, EDUSC, 2004, p.140.

²² *O Leopoldinense*, 28/08/1881, ed.63, p.3.

Além dos periódicos utilizamos também os dados contidos no Recenseamento Geral do Império de 1872. Estes dados nos possibilitaram conhecer em parte a população que constituía as freguesias de Leopoldina e Juiz de Fora neste período, sua ocupação, faixa etária e cor. Essas informações são importantes para obtermos um panorama da população escrava que integrava a mão de obra atuante nas diferentes atividades exercidas nas freguesias.

Os periódicos oitocentistas, além de serem importantes veículos de comunicação, funcionaram como efetivo mecanismo de controle social e divulgadores de ideologias, constituindo-se como “fonte histórica extremamente complexa, na qual podemos perceber a convergência de opiniões e visões de mundo diversas”.²³ Nesse sentido, compreendemos que os periódicos não são detentores de uma verdade absoluta, pois foram produzidos de acordo com os interesses de seus editores, mas que carregam elementos de um determinado tempo histórico sendo de grande valia para a compreensão da sociedade naquele tempo. Os dados obtidos nos anúncios de fugas são riquíssimos para que possamos compreender as estratégias utilizadas pelos escravos ao fugir e suas peculiaridades, uma vez que nos oferecem detalhes essenciais para a identificação do elemento foragido.

Ao analisarmos os anúncios de fuga, nos saltam aos olhos questões variadas que apontam para as estratégias mais utilizadas pelos escravos ao fugir, como o acoitamento, o apadrinhamento, o fingir-se de forro, a mudança de nome, entre outras. Nas entrelinhas dos anúncios, observamos estratégias de sobrevivência fora do cativeiro utilizadas pelo fugitivo. Cabe-nos salientar os elementos explícitos como: nome, idade, ocupação, cor, qualidade, sexo, nome do proprietário, gratificação oferecida pela captura do fujão, marcas corporais, entre outros detalhes físicos e psicológicos do escravo. São dados valiosos que nos permitem compreender o perfil dos escravos fugidos e as possíveis estratégias cotidianas utilizadas pelos mesmos dentro do regime.

A metodologia utilizada na pesquisa consiste no levantamento e organização dos dados obtidos nas fontes primárias, que são os periódicos *Pharol* e *O Leopoldinense*, sendo possível, através da criação de um banco de dados, enveredar pelos caminhos da história social, pois “prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica”²⁴. Os jornais não são apenas veículos informativos, pois “constituem-se em verdadeiros arquivos do cotidiano, nos quais

²³ REIS, *Escravos e abolicionismo...* p. 223.

²⁴ MATTOS, Hebe de Castro. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Ed. Campus, 1997, p.54.

podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos.”²⁵ Dessa maneira, o banco de dados criado consiste em coletar todos os dados oferecidos pelos anúncios de fuga referentes ao escravo através do relato do proprietário, onde destacamos as características físicas, local e data da fuga e possível destino do escravo. Estas dentre outras informações, aliadas a um referencial teórico de diferentes autores acerca das fugas e resistência escrava nos permitirão conhecer melhor a constituição das escravarias e o perfil dos fujões em Leopoldina e Juiz de Fora em fins do século XIX.

Por meio da análise documental, podemos compreender as fugas e as diferentes estratégias escravas como formas de resistência ao sistema escravocrata. Buscar meios de se firmarem como homens e mulheres capazes de traçar seu próprio destino, ainda que à revelia de seus senhores, recriando sua jornada, embora houvesse forte imposição de limites por parte dos mesmos.

Fugir poderia representar para o escravo uma porta para a tão sonhada liberdade. No entanto, mesmo longe dos olhos do seu senhor, eles teriam que contar com a vigilância dos feitores e mesmo da sociedade, que vivia de olhos nos anúncios de fuga em busca das recompensas oferecidas a quem denunciasse o paradeiro dos fugitivos. A fuga representava uma liberdade possível, uma vez que rompia, ainda que temporariamente, com a dominação. No entanto, a incerteza da vida além do cativeiro ainda era mais atrativa do que sobreviver às adversidades do mesmo.

Dentre os diversos motivos para a fuga, identificamos os maus tratos, representados pelas marcas no corpo, o uso de instrumentos de tortura ou mesmo os defeitos físicos, que também poderiam ser ocasionados pelo excesso de trabalho. Havia também os escravos especializados, que tinham maior possibilidade de inserção no mundo do trabalho nas cidades, colaborando para sua sobrevivência. Ter uma profissão os diferenciava dos demais e conseqüentemente lhes trazia maiores possibilidades. Atividades especializadas como domador de animais, carpinteiro, alfaiate, ferreiro, pedreiro, copeiro, pagem, sapateiro, entre outras, permeavam os anúncios. Muitos escravos habilidosos fugiram e recriaram relações e vivências num espaço externo ao cativeiro.

Na tentativa de elucidar algumas das indagações recorrentes no decorrer da pesquisa, ainda que nem todas as questões sejam respondidas, dividiremos o trabalho em três capítulos. No primeiro, abordaremos, de maneira sucinta, a ocupação de duas importantes cidades da Zona da Mata mineira em questão neste trabalho: Leopoldina e Juiz de Fora. Conhecer a história de ambas as cidades nos permite compreender parte da dinâmica da população que constituía o cerne dessa região que, no decorrer do século XIX, foram de grande importância na província de Minas Gerais.

²⁵ ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. In: *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXIV, n°2, 1998, p.274.

De acordo com os dados do Recenseamento do Império do Brasil de 1872, Leopoldina abrigava o maior contingente escravo da Zona da Mata, contando com uma população de 15.253 escravos, seguida por Juiz de Fora, que totalizavam 14.368 almas.

Essa população escrava que se concentrava em sua maioria nas áreas rurais, estava inserida em grande parte no trabalho das lavouras, inicialmente nas plantações de milho e outros grãos, e, posteriormente, na produção de café que teve seu ápice em fins do século XIX, transformando a região em um importantíssimo núcleo agroexportador que, de acordo com Anderson Pires, colocou Juiz de Fora como um polo urbano diferenciado dos demais no quesito de atividades e serviços que propiciaram a expansão capitalista intensificada no fim do século.²⁶ O processo de expansão da cultura cafeeira na região, possibilitou a construção de uma rede viária, marcada pela chegada da rodovia União e Indústria, trouxe melhorias significativas ao transporte entre a Mata mineira e o Rio de Janeiro, permitindo um melhor fluxo comercial para a produção e economia de tempo.²⁷ Posteriormente, a expansão da malha ferroviária iria consolidar o processo de incorporação produtiva da Mata, trazendo ao município a função de importante entreposto comercial e núcleo urbano em gestação.

No segundo capítulo, buscamos trazer a história do surgimento da imprensa no Brasil e em Minas Gerais, pano de fundo para enveredarmos no periódico *O Leopoldinense*, de Leopoldina, no qual encontramos os anúncios de fugas, tema principal das análises aqui propostas. Trazemos um pouco das concepções teóricas acerca da escravidão, que nos permite compreender as diferentes modalidades de resistência escrava, que tiveram pesos diferentes nas análises historiográficas, em momentos também diversos. Para tanto, nos valem de trabalhos que buscaram evidenciar os atos dos cativos, desvelando as diferentes formas de resistir escrava, suas estratégias cotidianas para enfrentar o cativo entre outras questões que puderam ser percebidas nos rastros deixados pelos fugitivos. Tendo em vista a complexidade da escravidão em Minas Gerais, nos pautamos em trabalhos que utilizaram de diferentes fontes para explorar o universo escravo na província.

Abordamos as possíveis motivações que levaram os escravos a fugirem como os excessos de castigo, a má alimentação, a não aceitação do cativo e o não cumprimento das condições firmadas entre senhor e escravo por um cativo justo. Exploramos os anúncios de fuga no periódico *O Leopoldinense* que trazem muitos detalhes importantes sobre o escravo, como nome, idade, cor, possíveis defeitos físicos, ofício, dentre outros dados sobre fugas individuais e coletivas,

²⁶ PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora-1870-1930*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1993, p.15.

²⁷ *Ibidem*, p.107.

vestimentas e a estratégia de mudar de nome quando utilizada. A partir desses dados montamos quadros e tabelas para quantificar e filtrar as informações no intuito de conhecer o perfil desses escravos fugitivos que permeavam as colunas de anúncios no jornal.

No terceiro capítulo, analisamos o periódico *Pharol*, de Juiz de Fora, da mesma forma que fizemos com *O Leopoldinense*. A partir das informações obtidas nos anúncios de fuga, montamos tabelas com as principais informações a respeito do escravo, no intuito de conhecer o perfil dos mesmos na freguesia. Faremos uma análise comparada entre ambas para que possamos entender a dinâmica que os escravos forjavam nas fugas nestas escravarias da região. É importante salientar que já existem muitos trabalhos que abordam o tema escravidão em Juiz de Fora, seja englobando a economia agroexportadora, de subsistência como Anderson Pires²⁸ e Ângelo Carrara²⁹; seja pela criminalidade escrava que Elione Guimarães³⁰ e Caio Batista³¹ abordaram em suas dissertações de mestrado, ou por outros autores que trouxeram o elemento servil em diferentes concepções. Ainda assim, buscamos trazer novas abordagens que a pesquisa possibilita, para a compreensão do cotidiano escravo na região, contribuindo para afastar a visão estática do negro sem reação, conformado com sua condição no cativeiro.

Para Leopoldina, os trabalhos que abordam a escravidão como tema principal são escassos. Os autores que trouxeram estudos sobre a cidade priorizaram a história da educação, as importantes famílias que figuravam o surgimento das elites letradas, ou a memória local. A figura do escravo esteve limitada ao período pós-abolição, no livro de Margareth Cordeiro Franklim, que traz o Clube dos Cutubas, um patrimônio afrodescendente considerado um monumento imaterial dos negros de Leopoldina.³² Sem dúvida é uma contribuição à produção científica da cidade, no entanto, a menção aos escravos como a principal mão de obra nas lavouras nesses estudos é sutil, não abordando a importância do viver escravo na região. Salientamos mais uma vez o fato de Leopoldina abrigar o maior contingente escravo da Zona da Mata mineira no século XIX. Cabe-nos então, analisar essas fontes no sentido de trazer à tona este elemento que, sem dúvida, foi um dos pilares no

²⁸ Ver: PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora-1870/1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

²⁹ CARRARA, Ângelo. *Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação e uma sociedade agrária*. *História Econômica & História de Empresas*, v.3, n. 2, 2000.

³⁰ GUIMARÃES, Elione Silva. *Criminalidade e escravidão em um município cafeeiro de Minas Gerais- Juiz de fora, século XIX*. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, p. 73-105, 2001.

³¹ BATISTA, Caio da Silva. *Cotidiano e escravidão urbana na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora(MG), 1850 – 1888*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2013.

³² FRANKLIM, Margareth Cordeiro. *Cutubas: clube de negros, território de bambas. Memória e Patrimônio afrodescendente de Leopoldina/Minas Gerais*. Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2014, p.14.

desenvolvimento da cidade que prosperou por décadas, carregando o título de “Atenas da Zona da Mata”³³.

³³ Leopoldina, em fins do século XIX, despontava para um bom nível na área da educação, com escolas de qualidade no ensino, sendo propulsor da civilização na freguesia, comparada à Atenas na Grécia, referência em termos de crescimento e civilização. CANTONI, Nilza. Atenas da Zona da Mata. 01/11/2015. Disponível em: <https://cantoni.pro.br/2015/11/01/atenas-da-zona-da-mata-2/> Acesso em: 24/03/2020.

Capítulo I: Leopoldina e Juiz de Fora: a ocupação das Áreas Proibidas

1.1-Ocupação das áreas proibidas: breves considerações

Em 1872, a Zona da Mata mineira correspondia a cerca de 5% do território de Minas Gerais e de acordo com o Recenseamento Geral do Império do mesmo ano, detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava da Província. Situada a sudeste da capital do estado, apertada entre as colinas, situa-se Leopoldina. Conhecida como a “Atenas da Zona da Mata mineira”, a freguesia despontou como um dos maiores produtores de café no século XIX, fator que lhe proporcionou crescimento rápido, principalmente com a abertura do Caminho Novo e a chegada da ferrovia. A região, que pertencia ao chamado “sertão do leste” ou “áreas proibidas”, iniciou seu processo de ocupação tardiamente, em meados do século XIX.

Para Celso Falabella, “nos Sertões do Leste, em pleno declínio do período aurífero, os povoados surgiram, via de regra, nos vales, espremidos entre montanhas. O homem havia se reencontrado com a terra dadivosa, estabelecendo o início da fase agrícola [...], com as mais notáveis lavouras de café da província.”³⁴ Sertões do Leste ou Áreas Proibidas, como alguns autores definiram a região, caracterizava-se por uma porção territorial de mata virgem, de difícil acesso, criando uma espécie de barreira natural aos contrabandistas de ouro no século XVIII. “Esta denominação serviu como uma estratégia criada pelo governo colonial para afugentá-los, na tentativa de evitar extravios do ouro, ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexistiam registros e vigilância das patrulhas”.³⁵ Para Anderson Pires,

[...] a cobertura vegetal densa e contínua que marcava a região na época e, por outro lado, constituía, até certo ponto, interesse da Coroa portuguesa o isolamento da região, que servia como uma verdadeira barreira natural impedindo os descaminhos do ouro, a grande riqueza da colônia durante todo o século XVIII.³⁶

Muitos são os significados atribuídos a esta região com características naturais peculiares. Para Marcia Amantino, o sertão “por um lado era visto como local de excelência do descobrimento de ouro e da riqueza rápida” e, por outro lado era “um local associado à fome, às guerras com índios

³⁴ CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os Sertões de Leste: Acheias para a história da Zona da Mata* / Celso Falabella de Figueiredo Castro. – Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p.50.

³⁵ RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, p.255.

³⁶ PIRES, *Capital agrário, investimentos e crise ...* p.35.

e a escravos fugitivos, as más condições de vida, à insegurança e à morte.”³⁷ E nos dizeres de Paulo Mercadante, eram “matas impenetráveis a estender-se por vales e montanhas, cobrindo os flancos e cumes das serras e formando uma barreira natural ao povoamento”³⁸. Para Vitória Schettini, o sertão era uma área antes ocupada por mata nativa. Uma floresta densa e montanhas quase intransponíveis tornavam-na uma barreira natural ao povoamento onde abrigava índios e negros fugitivos.

Durante boa parte do período colonial, a Mata esteve atrelada à visão de uma área de povoamento rarefeito de população branca, dominada por grupos indígenas sem costumes religiosos, moralidade e cultura: espaço onde a civilização estava ausente e imperava a barbárie, devido à antropofagia dos temidos e genericamente chamados Botocudos. Na percepção dos governantes, a presença dessa tribo era vital para conter o contrabando do ouro.³⁹

Por mais de um século esta terra permaneceria com uma vegetação quase intocável⁴⁰. De acordo com Russel-Wood, o sertão estava associado a um lugar não cristão, caótico e abandonado por Deus⁴¹ e para Ângelo Carrara, “muitos eram seus caminhos, e talvez, o que fosse mais comuns, mais numerosos ainda seus “descaminhos”⁴². Visto por diferentes óticas, ao se pensar em sertão, remeteu-se à região como local incivilizado, que abrigava povos considerados selvagens; os índios e os negros fugitivos, matas fechadas, animais selvagens e o mistério de um local até então desconhecido.

A capitania, depois província de Minas Gerais, contou, como fator mais importante para o seu povoamento, com o surto da mineração, a partir de meados do século XVIII, na região central do seu território. Até o declínio da lide mineradora, todas as outras regiões mineiras, direta ou indiretamente, a ela se subordinaram. Entretanto, após a diminuição da mineração, houve nas Gerais um redimensionamento

³⁷ AMANTINO, Marcia. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*, nº29, 2003, p.79-97.

³⁸ MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, p. 22.

³⁹ CARNEIRO, Patrício A.S. MATOS, Ralfo E.S. Geografia histórica da ocupação da Zona da Mata mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”. In: *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, p. 3. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A081.pdf. Acesso em: 30/04/2019.

⁴⁰ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Vassouras, 2006, Universidade Severino Sombra.

⁴¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras no Brasil colonial. *Oceanos. A formação territorial do Brasil*. n. 40, out.-dez. 1999, p. 8-20.

⁴² CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007, p.47.

econômico, demográfico e político que se expressou na importância atribuída a outras microrregiões mineiras e, dessa forma, ganhou destaque a Zona da Mata.⁴³

A Zona da Mata, que até o final do século XVIII e início dos XIX permanecia inculta, praticamente inexplorada e distante dos interesses da Coroa, aos poucos inicia o processo de povoamento. Até o princípio do século XIX, as iniciativas de povoamento na região foram insignificantes, porém já representavam a procura por novas terras, novas oportunidades, uma vez que os veios de onde se extraía o metal precioso iam minguando rapidamente, surgindo então a necessidade de buscar novas fontes de riqueza ou mesmo de sobrevivência. Com o declínio da atividade mineradora, os senhores buscaram então outras formas de se obter lucros. A criação de animais e a lavoura vieram como uma alternativa mais acessível, conquistando assim novas áreas, principalmente as que ficavam entre o centro mineiro, São Paulo e Rio de Janeiro. Esta alternativa caracterizou-se como a política de abastecimento da Mata.

[...] sobre a questão do abastecimento, a historiografia reuniu um longo e profícuo debate, levando à comprovação da existência de uma dinâmica produção de alimentos, paralela e, ao mesmo tempo, integrada à atividade mineradora, capaz de promover acumulações endógenas e, até, de se constituir numa atividade mais estável que a própria mineração.⁴⁴

E dessa forma, a ocupação dessa região se deu ao longo do século XIX, onde “as populações que abandonavam a mineração dirigiam-se para além de Guarapiranga (Piranga), desciam serras e penetravam resolutas nos sertões do leste ou áreas proibidas, buscando as bacias dos rios Pomba, Muriaé, Paraibuna e Paraíba do Sul”⁴⁵. E nessas margens se iniciariam os primeiros arraiais e vilas que se tornariam importantes centros comerciais na Zona da Mata mineira.

Desenganada do ouro, a população procurou outros meios de subsistência: a criação do gado, a agricultura de cereais, a plantação de canna, de fumo, de algodão; com o tempo avultou a produção ao ponto de criar-se uma indústria especial de transportes, confiada aos históricos e honrados tropeiros. [...] A presença da poaia facilitou o comércio com os índios daquelas regiões. [...] Assim,

⁴³ FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. São Paulo: Alameda, 2014, p.37.

⁴⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870*. Bauru, São Paulo: Edusc; Juiz de Fora, Minas Gerais: FUNALFA, 2005, p. 27.

⁴⁵ JOSÉ, Oíliam. *O negro na economia mineira*. (S. l.: s. n.), 1993, p.51.

a penetração ou melhor a exteriorização fêz-se rápida através da zona da ipecacuanha⁴⁶.

O caminho feito pelo ouro das Minas até o Rio de Janeiro era longo e geralmente demorava muitos dias, podendo encontrar diferentes percalços até o seu destino final, como o ataque dos contrabandistas ou mesmo os contratempos naturais, por matas fechadas, animais selvagens ou doenças que acometiam os viajantes. Este trajeto, denominado Caminho Velho, ligava Parati a Minas Gerais, passando por Cunha e São Paulo seguia cada vez mais perigoso devido aos inúmeros ataques dos piratas. Surgiu então a necessidade de encurtar o caminho percorrido pelas tropas, desviando da área marítima e sendo assim, ordenou o governo colonial que se construísse uma nova estrada, posteriormente chamada de Caminho Novo, sendo concluída em 1707.

“O caminho foi aberto em zigue-zague, com bastante arte. Construíram-se pequenas pontes para a passagem dos regatos e nos lugares onde os desabamentos são de se temer, as terras foram escoradas”⁴⁷. Nesta passagem, o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, menciona em sua viagem à província de Minas Gerais, a construção do dito Caminho Novo, ligando o Rio de Janeiro a Minas Gerais e segundo Vitória Schettini,

[...] que antes levava em média quarenta dias de viagem, foi reduzido para vinte e cinco dias. Esta mudança de roteiro possibilitou aos negociantes dividir o trajeto em etapas, permitindo-lhes parar para descansar nas roças, próximas ao rio Paraíba e na cordilheira da Mantiqueira. Este caminho constituiu-se de fato, na porta de entrada para a ocupação da Mata Mineira.⁴⁸

Dessa forma, a redução da extração aurífera nas Minas e a abertura do Caminho Novo, atraíram a atenção de colonos e tropeiros que aceleraram a ocupação da região. Nas paragens, foram aos poucos, surgindo os arraiais e vilas, que, posteriormente, transformaram-se em freguesias. Já nas primeiras décadas do século XVIII, o Caminho Novo já se encontrava repleto de roças, pousos e povoados. Para favorecer essa ocupação o governo multiplicou as concessões de sesmarias e entre os anos de 1710 a 1822 o total ultrapassaria 6.642, com 4.257 léguas quadradas. “Às margens do Caminho Novo estavam as sesmarias, cujas concessões visavam, em pleno fastígio do ouro, a garantir a formação de lavouras que permitissem suprir os bandeirantes em suas jornadas às

⁴⁶ ABREU, José Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Briguiet, 1969, p.182. Ipecacuanha era o nome que se dava a uma espécie de erva vomitiva, muito utilizada pelos índios, tendo grande valor comercial e que era também destinada à exportação.

⁴⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974, p.19.

⁴⁸ ANDRADE, *Os sertões de São Paulo do Muriahé...* p.25.

minas”.⁴⁹ Essas doações se fizeram presentes em torno de todo o caminho, donde nasceram as vilas, delineando as origens da propriedade rural na Mata mineira e na maioria dos casos serviu como uma ponte para a ocupação de terras vizinhas.

Quanto mais distante do centro minerador, mais tardiamente se efetivou sua ocupação. A partir da segunda década do século XIX, despertou-se o interesse pelas terras da Zona da Mata mineira, para o cultivo do café. A rubiácea, cultivada na região fluminense, se irradiou do Vale do Paraíba para as Minas, encontrando aqui terras propícias para o cultivo da mesma. Houve então neste período, uma aceleração na ocupação do leste mineiro, com aberturas de novas rotas que possibilitavam a negociação com outras vilas e povoados.

[...] à medida que os espaços vão sendo ocupados e a monocultura desenvolvida, maior seria a necessidade de derrubar as matas e explorá-la, seja para a construção de casas, construção naval, transporte terrestre, instrumentos de trabalho, navegação fluvial, dentre outras, originando alguns clarões em meio à floresta. Aos poucos, a noção de riqueza foi ganhando um sentido mais objetivo de potencial dos recursos naturais do sertão. Madeiras de lei, flores, produtos para tinturaria e plantas medicinais, couros de animais silvestres, pássaros, micos, exploração de minérios “menos preciosos” como o ferro, cobre, manganês, etc., consistiam em algumas destas explorações.⁵⁰

Ângelo Carrara evidencia a crescente produção agrária e pastoril a partir de 1818, como forma de abastecimento dos núcleos mineradores, ligando o padrão de produção ao conceito de “economia camponesa”⁵¹; hipótese que outros autores também confirmam, demonstrando que a Zona da mata mineira não se desenvolveu apenas da atividade mineradora, nem apenas do cultivo do café, mas paralelo a eles, desenvolvia atividade agrícola diversificada. Para Heloísa Azevedo da Costa, “a diversidade na agricultura permaneceu mesmo com a introdução do café e a formação de suas lavouras, o grande impulsor do desbravamento da Zona da Mata no princípio do século XIX”.⁵² Através das concessões de sesmarias em torno do Caminho Novo, fazendeiros rumaram para essas localidades com suas famílias, instalando-se na região e empenhando-se no cultivo do café que era, já nesse período, motivo de prosperidade.

O café necessitava de terras férteis, temperaturas sem muita oscilação, índice de chuvas bem distribuídos no decorrer do ano, sem épocas de seca prolongadas e encontrou na Zona da Mata

⁴⁹ MERCADANTE, Paulo. Os sertões do leste. P.38

⁵⁰ ANDRADE, *Os sertões de São Paulo do Muriaé...* p.19.

⁵¹ CARRARA, *A capitania de Minas Gerais ...* p.55.

⁵² COSTA, Heloísa Azevedo da. *Burgo da Mata: contribuição à historiografia de São Francisco do Glória/ Heloísa Azevedo da Costa.* –Belo Horizonte, 2010, p.25.

ambiente ideal para o seu cultivo. Nesta região, a rubiácea obteve todos esses fatores favoráveis e farta mão de obra necessária para o seu cultivo.

Os negros foram introduzidos nos difíceis caminhos do sertão, participando ativamente dos trabalhos da mineração, na agricultura e posteriormente nas lavouras de café. Na visão do geógrafo alemão, Wilhelm Ludwig Von Eschwege, conhecido como Barão de Eschwege, que esteve no Brasil entre 1810-1821, “as terras permaneceriam incultas e a mineração desapareceria, caso não existisse o escravo que fizesse todos os serviços⁵³”; e que a escravidão é parte do próprio sistema, estando incorporado às expedições, às atividades mineradoras, sendo imprescindível ao homem branco. Como esteio da economia, “o cativo representou até a emancipação final em 1888, um papel decisivo e criador de riquezas.”⁵⁴

A escravidão esteve presente durante todo o processo de ocupação e desenvolvimento de muitas vilas e cidades mineiras. Participaram do crescimento econômico através de atividades diversas e Leopoldina, seguindo a mesma linha, se desenvolve através da agricultura de grãos, acompanhada da expansão cafeeira na região da Zona da Mata mineira. Braços escravos foram largamente utilizados nas lavouras no decorrer do século XIX. O tópico que segue busca analisar a cidade de Leopoldina através de seu perfil demográfico e econômico neste período.

⁵³ Ver ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis*. Ed. Citada, vol. II, Universidade de São Paulo, 1979, p.445. O Barão de Eschwege, no período em que esteve no Brasil, assim como outros viajantes, trouxeram importantes contribuições a respeito de aspectos do cotidiano dos habitantes, em especial sobre Minas Gerais.

⁵⁴ ANDRADE, *Os sertões de São Paulo do Muriahé...* p.25.

1.2- Leopoldina: café e escravidão

No presente tópico, pretendemos analisar os aspectos econômicos e demográficos da Freguesia de São Sebastião da Leopoldina, atual Leopoldina. Poucos são os trabalhos dedicados a esta freguesia no século XIX. Historiadores como Nilza Cantoni e Luja Machado⁵⁵ abordaram, em seus trabalhos, aspectos como a ocupação do arraial do Feijão Cru⁵⁶, através do Caminho Novo; já Natania Nogueira⁵⁷ trabalha com uma abordagem mais voltada para o avanço da educação na cidade, nos anos finais do século XIX e início dos XX.

Por ser uma das freguesias onde se concentrou o maior número de escravos na Zona da Mata mineira, Leopoldina necessita de um estudo que traga de fato o elemento servil, suas características, suas estratégias cotidianas e os rastros deixados por eles no decorrer dos séculos. Dessa forma, analisaremos neste subtítulo o perfil demográfico na freguesia utilizando como fonte principal o Recenseamento do Império do Brasil do ano de 1872. O objetivo principal desta análise é buscar conhecer melhor quem era a população livre e escrava que constituía a freguesia de Leopoldina no período estudado.

A respeito dos primórdios da ocupação de Leopoldina e seus fundadores, encontramos diferentes evidências a respeito de quem seriam esses homens. Trazemos então hipóteses de como se deu esse processo, a partir da leitura de autores locais como Francisco de Paula Ferreira de Rezende e Nilza Cantoni.⁵⁸

O tenente Joaquim Ferreira de Brito e seu genro Francisco Corrêa de Lacerda são lembrados como os fundadores do arraial do Feijão Cru, mas eles apenas doaram as terras onde, em 1831, seria construída a capela. Porém, conforme cita Nilza Cantoni, um antigo deserto do Regimento de Cavalaria de Minas, apelidado de “O Peitudo”, teria sido primeiro a fundar um sítio no meio da mata que seria denominado Feijão Cru, habitando ali juntamente com os remanescentes dos índios Puris. Jerônimo Pinheiro de Lacerda, em quatorze de outubro de 1825, teria legalizado a sesmaria às

⁵⁵ RODRIGUES, José Luiz Machado. CANTONI, Nilza. *Nossas ruas, nossa gente: ruas, praças e logradouros de Leopoldina*. Rio de Janeiro: o autor, 2004.

⁵⁶ O arraial de São Sebastião do Feijão Cru foi o nome dado à vila que se formou em sesmarias recebidas como doação em 1817. Nos pedidos de sesmaria feitos por Fernando e Jerônimo Corrêa de Lacerda solicitaram terras devolutas que se achavam em “um córrego que deságua no rio da Pomba chamado Feijão Cru, no Distrito de Santo Antônio do Porto do Ubá, Freguesia da Vila de Barbacena”.

⁵⁷ NOGUEIRA, Natania. A. S. . *Fragments da História: O Leopoldinense (1881)*. 1. ed. Leopoldina: Ed. do Autor, 2014. v. 3. 60p .

⁵⁸ Consultamos a página de Nilza Cantoni, historiadora que trabalha o povoamento de Leopoldina e a genealogia das primeiras famílias que habitaram a localidade. Disponível em: <https://cantoni.pro.br/capitulos-da-historia-de-leopoldina/> Acesso em: 20/03/2020.

margens do Feijão Cru. E para o memorialista Francisco de Paula Ferreira de Resende a primeira fazenda de que se tem memória em Leopoldina é a de Manuel José Monteiro de Barros.⁵⁹

De família patriarcal, procedente da região mineradora, ele recebeu doações de sesmarias para si mesmo e para todos os seus filhos, inclusive para uma filha que ainda não havia nascido. Dessa forma, os Monteiro de Barros foram ocupando as margens do rio Pirapetinga, constituindo uma rede de sociabilidades com outras famílias que viriam ocupar a região. Na relação entre vizinhos, levantou-se a capela sob a proteção de um santo piedoso, se transformando então no núcleo do povoamento de São Sebastião da Leopoldina.

Entre concessões e partilhas, crescia o arraial, onde foi construída a primeira capela, que se transformaria na Paróquia Nossa Senhora do Rosário, hoje preservada no mesmo local de sua fundação. Em torno da capela se instalaram as famílias e a vila se desenvolvia ao seu redor. Pouco a pouco surgiram casebres próximos à igreja. “Um dia estaca a tropa, para o descanso. Do pouso transitório, surgido de interesse contingente, surge o núcleo. Outros viajadores chegam, encontram gente, estancam.”⁶⁰ De acordo com Luiz Eugênio Botelho, “um acampamento foi instalado no largo do Rosário, onde a cidade nasceu. Em 1832, o reverendo-cura Manoel Antônio rezou a primeira missa em Leopoldina, numa capela improvisada coberta de bicas de palmito e ereta no alto do morro onde posteriormente foram instalados o cemitério e a força”⁶¹.

Imagem 1: Igreja Nossa Senhora do Rosário século XIX



Fonte: Disponível em: blog.cantoni.pro. Acesso em: 04/04/2019

⁵⁹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p.389.

⁶⁰ MERCADANTE, *Os sertões do leste...* p.84.

⁶¹ BOTELHO, Luiz Eugênio. *Leopoldina de hoje... e de ontem*. Leopoldina, 1967, p.96.

Os fundadores do Feijão Cru, assim como outras vilas, eram homens que possuíam riquezas⁶², fazendas e escravos, trazendo para as localidades, todo o prestígio da aristocracia patriarcal. Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala⁶³” define como família patriarcal, o sistema onde o chefe da família era a cabeça do fogo⁶⁴ e trazia os demais indivíduos ali residentes sob seu domínio, incluindo escravos e agregados, embora este padrão familiar não pudesse ser tido como um molde, na visão de Mariza Corrêa. Eni de Mesquita Samara também traz o conceito de família patriarcal como a “anexação de outros elementos, como filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, expostos, serviçais, amigos, agregados e escravos”⁶⁵. Essas famílias formavam verdadeiros clãs, cujo poder econômico e político delineavam os contornos das cidades que floresciam.

[...] quando esses clãs da Mata se consolidaram e passaram a exercer, economicamente, a liderança da província, aliando cultura de café e alimentos, eles não se mostraram como inteiramente novos no cenário político haja vista as muitas ligações familiares já estabelecidas entre eles e os clãs mais antigos. Como poderemos perceber [...] os vínculos políticos-familiares eram inúmeros.⁶⁶

Através dessas concessões de sesmarias, iniciou-se de fato a ocupação da Mata. Chegavam importantes famílias carregando consigo seus filhos, escravos, sua riqueza material, a mão de obra braçal, fundamental à expansão das lavouras de café; e suas virtudes, seus defeitos, muita religiosidade, hospitalidade, ignorância e desapego total ao conforto e bem-estar.

Por concessões indiretas, compras e cessões que lhe foram feitas, o comendador Manoel José Monteiro de Barros estabeleceu nas margens do Angu, do Pirapetinga, do Feijão Cru, do São Lourenço, estendendo-se ao limoeiro, um verdadeiro patriarcado, mas, também, raízes profundas para a formação social, política, econômica e religiosa de vasta região da Zona da Mata. Leopoldina, o antigo arraial de São Sebastião do Feijão Cru, com toda a imponência de grande cidade, muito deve ao labor e à pertinácia dos Monteiro de Barros.⁶⁷

⁶² Jonis Freire define como ricos, em uma sociedade escravista, aqueles que possuíam homens. Ver: FREIRE, Jonis. Composição da riqueza em grandes propriedades do sudeste escravista, Minas Gerais século XIX. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 299-326, jan./jun. 2009. p. 310.

⁶³ Sobre o conceito de família patriarcal, ver: FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1987, 25 ed; CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio Augusto. (et al). (org.) *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

⁶⁴ Fogos eram as habitações, definidas dessa forma como referência ao lar, onde se cozinhava e se vivia.

⁶⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1998, p.46.

⁶⁶ GENOVÊS, P. F. *O espelho da Monarquia: Minas Gerais e o Império no segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003, p. 274.

⁶⁷ MERCADANTE, *Os sertões de leste...* p.69.

Através da efetiva ocupação da região fez-se então necessário um controle do número de habitantes que ocupavam a pequena freguesia. Os Mapas de População eram listagens organizadas pela paróquia das cidades cujo objetivo principal era controlar a arrecadação de impostos. Portanto, era necessário o conhecimento de quem eram os habitantes e quais eram os pagadores de impostos. O Mapa de População de 1831, da Paróquia de São José do Além Paraíba, abrangia os Curatos de São Sebastião do Feijão Cru e de Nossa Senhora das Mercês do Cágado (Mar de Espanha). Já em 1835, o povoado passou a Distrito de São Sebastião do Feijão Cru, Termo da Vila do Pomba, conquistando um Curato.⁶⁸ Nesta contagem, foram registrados 105 fogos⁶⁹ habitados por 1.274 pessoas.⁷⁰ A principal atividade econômica desenvolvida no período, descrita na listagem era o cultivo das lavouras de milho. Cabe salientar que a contagem foi repassada ao presidente da Província apenas em 1838 por Manoel Ferreira Britto, o responsável pela organização da mesma.

Em 1837, o Feijão Cru era distrito do município da vila de São Manoel do Pomba, e, anteriormente, pertencia ao município de Barbacena, passando a pertencer depois ao município de Mar de Espanha. Corria o tempo e o arraial crescia, passando a se chamar freguesia de São Sebastião do Feijão Cru, cujas atividades relacionadas ao cultivo de grãos dentre outros colaboraram para elevá-la à categoria de vila. “E a 27 de abril de 1854, pela lei nº 666, a então freguesia de São Sebastião do Feijão Cru ganhou o título de Vila Leopoldina.”⁷¹ A vila incorporou os distritos da Piedade, do Rio Pardo, de Madre de Deus do Angu, de São José do Parahyba, de Conceição da Boa Vista, da Capivara, de Laranjal e do Meia Pataca. E em 10 de outubro de 1861, a então vila de Leopoldina, pela lei nº 1.116 foi elevada à categoria de cidade.

O quadro 1 traz a população de Leopoldina levantada no Recenseamento do Império do Brasil, no ano de 1872. Foi dividida pelas paróquias pertencentes ao município que foram recenseadas na ocasião. O levantamento foi realizado seguindo a Lei 1.829 de 09 de setembro de 1870, mas que só se realizou na região em 1874. Ficou a cargo da função o vigário José Francisco dos Santos Durães e Francisco José de Freitas Lima, substituindo os nomeados ao cargo pelo fato de os mesmos não residirem na paróquia.

⁶⁸ Curato era uma área geográfica dotada de uma igreja menor ou uma capela, que estava sob a dependência de uma paróquia, porém mantinha um cura (padre) residente que cuidava das atividades religiosas como o batismo, casamentos, bênçãos, extrema unção e missas. Era um designativo para aldeias ou vilas que se tornariam freguesias e cidades.

⁶⁹ No passado, definiam-se por fogos as habitações, o local onde “se fazia fogo”, referindo-se ao fogão, à lenha, o local onde se produzia os alimentos.

⁷⁰ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Mapa da População do Feijão Cru, MP-CX.03-DOC.06.

⁷¹ CASTRO, Os sertões de leste... p.110.

Nestes levantamentos populacionais, os erros e omissões eram comuns. Havia resistência tanto por parte do governo, bem como dos habitantes que se esquivavam temendo impostos ou o recrutamento militar e ainda o pouco caso dos recenseadores. Embora seja passível a erros, é um importante instrumento que nos possibilita analisar a distribuição da população livre e escrava na freguesia. No quadro 1 dispomos a população de Leopoldina em números, dividida por paróquias e listando o número de habitantes livres e escravos em cada uma delas.

Quadro 1- População de Leopoldina por paróquia 1872

	Livre	Escravo	Total
São Sebastião da Leopoldina	4.845	3.100	7.935
Nossa Sr ^a da Madre de Deus do Angu	2.341	2.666	5.007
Santa Rita da Meia Pataca	4.706	1.250	5.956
Nossa Sr ^a da Conceição do Laranjal	3.247	802	4.049
Sant' Anna do Pirapitinga	3.275	1.021	4.296
Nossa Sr ^a da Piedade	3.523	1.575	5.098
Nossa Sr ^a da Conceição da Boa Vista	3.019	2.611	5.630
Senhor Bom Jesus do Rio Pardo	1.687	2.228	3.915
Total	26.633	15.253	41.886

Fonte: Recenseamento do Império do Brasil 1872

Observa-se que a população livre da freguesia compreendia 26.633 ou 63,58% do total de habitantes; os escravos totalizavam 15.253 almas ou 36,41% da população, divididas na cidade e nos distritos de Leopoldina. Nas paróquias de Nossa Senhora da Madre de Deus do Angu e Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, a população escrava superava os livres. Mediante estes altos índices da população escrava na freguesia, certamente surgem indagações. Qual o motivo para este alto número de escravos? Onde trabalhavam? Qual sua procedência? Através de dados quantitativos encontrados no Recenseamento, procuraremos neste capítulo responder a algumas destas questões que servirão como um pano de fundo para a análise das fugas empreendidas por esses escravos, assunto que será tratado no próximo capítulo.

Vejamos que em 1835, a população de São Sebastião da Leopoldina contava com 1.274 habitantes e em 1872, a população total da freguesia é contabilizada em 41.886 habitantes. Em trinta e sete anos, pouco mais que três décadas, a população aumenta vertiginosamente em 40.612

sob um percentual de 96,9%. O crescimento populacional de uma determinada região pode estar intrinsecamente ligado ao seu desenvolvimento econômico. Com uma economia em ascensão, é através da circulação de informação que a localidade toma certa notoriedade, passando a abarcar novas atividades urbanas e rurais, novos proprietários de terras que provavelmente se dedicaram a atividades agrícolas condizentes com o solo e a temperatura. Este fator pode ser comprovado pelo próprio recenseamento, que em Leopoldina e seus distritos a maioria de seus habitantes, tanto homens como mulheres, livres e escravos, trabalhavam na lavoura, seja de café ou milho, dentre outros gêneros que seriam cultivados na região.

Dentre as ocupações mais recorrentes em Leopoldina no período estavam os lavradores e os criados, ou que trabalhavam com serviços domésticos. Estas funções eram executadas tanto por homens quanto pelas mulheres. Os escravos em sua maioria estavam inseridos nas lavouras ou nestes serviços domésticos. Mais um fator que explica a expansão agrícola e cafeeira na região.

Em meados dos anos 1870, a Zona da Mata assumiu lugar importante na produção de café, “nada que se assemelhasse à paisagem de “mar de café” do planalto paulista, mas sua produção vai aos poucos tomando corpo de modo a competir com a concorrência fluminense.”⁷² Em um cenário de terras férteis, temperatura sem muitas oscilações, índice de chuvas bem distribuído durante o ano, “o café encontrou em localidades como Mar de Espanha, Juiz de Fora, Leopoldina, entre outros, seu habitat ideal”.

[...] marcham os cafezais ao aproximar-se a primeira metade do século XIX. Cruzam as serras marítimas pelo vale do rio Sant’Anna e ribeirões próximos, chegando ao planalto. Ocupando os distritos de Vassouras, transpõem o Paraíba na região de Valença, até alcançar os vales do rio Preto e do Paraibuna. Assim, via Paraíba, entram pelo vale do Paraibuna adentro, demandando a zona de Juiz de Fora. [...] na década de 30 avançam para Sapucaia e Porto Novo e dominam afinal a Mata mineira. Assim, as terras limítrofes do Paraíba se povoam de lavouras e mais lavouras, ricas, por vezes, riquíssimas, em Mar de Espanha, Rio Novo, Pomba e Leopoldina [...] A lavoura em expansão eliminava a descontinuidade de povoamento entre o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.⁷³

A expansão cafeeira, responsável pelo movimento de expansão e povoamento da Mata Mineira, teve suas origens muito próximas das do Vale do Paraíba fluminense. Foi o café, devido à elevação de seus preços e sua lucratividade, associado à boa parte de terras disponíveis, o responsável pelo dinamismo de ambas as regiões, que, ao mesmo tempo, lhes conferiu uma “identidade”. Assim como o ouro foi responsável pela grande migração para a capitania mineira no

⁷² ANDRADE, *Batismo e apadrinhamento...* p.44.

⁷³ *Ibidem*, p.91.

período colonial, o café possibilitou um rearranjo populacional interno na província. No entanto, é importante salientar que a produção agrícola e a grande disponibilidade de terras na região foram os grandes responsáveis pela acumulação de capital que seria investido no cultivo da rubiácea, cujos excedentes impulsionaram o crescimento urbano na Zona da Mata mineira.

Com o acelerado desenvolvimento das lavouras cafeeiras na Mata mineira, houve também uma nova redistribuição demográfica na região. “Após a diminuição da mineração, houve nas gerais um redimensionamento econômico, demográfico e político-que se expressou na importância atribuída a outras microrregiões mineiras e, dessa forma, ganhou destaque a Zona da Mata”.⁷⁴ Os grandes centros mineradores como São João Del Rei, Ouro Preto, Sabará e Mariana, esvaziaram-se e surgiram novos centros na Mata, onde a economia se baseava no cultivo e exportação de café, trazendo grandes produtores até a década de 1880.

No entanto, a produção cafeeira não foi a única responsável pela movimentação da economia na Zona da Mata no período. Diferentes autores corroboram com o fato de que a economia cafeeira se desenvolveu em concomitância com a economia de subsistência e posteriormente à agroexportação, angariando capitais internamente e constituindo-se na principal região produtora da Província.

A existência de lavouras de alimentos no interior de fazendas cafeeiras deve ser considerada um traço estrutural do sistema agrário-cafeicultor, perceptível em outras regiões [...] A presença destas lavouras implementava a capacidade reprodutiva das fazendas que precisavam recorrer menos ao mercado, pela satisfação das necessidades de subsistência da unidade.⁷⁵

Jonis Freire afirma que a produção de outros gêneros agrícolas, foi o que possibilitou a acumulação de capital, que, posteriormente, seria investido na plantação e cultivo do café e na ampliação de suas lavouras.⁷⁶ Jamila Câmara, em sua dissertação de mestrado, ao estudar São Paulo do Muriaé, defende a hipótese de que este tipo de produção não deve ser entendida apenas como economia de subsistência, mas como uma produção multifacetada⁷⁷. Alguns autores afirmam que

⁷⁴ FREIRE, *Escravidão e família escrava ...* p.37.

⁷⁵ OLIVEIRA, *Negócios de famílias...* p. 188.

⁷⁶ FREIRE, *Escravidão e família escrava...* p.327.

⁷⁷ CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói, 2014, p. 85.

essa economia de subsistência gerou excedentes que propiciaram à região o cultivo do café como principal produto agrícola para exportação.⁷⁸

De acordo com Maria Yedda Leite Linhares, a província de Minas não declinaria com a decadência aurífera, pois apresentava uma economia diversificada e de subsistência com modelos econômicos próprios, não concentrados apenas na “plantation”.⁷⁹ Clotilde Paiva, em sua tese de doutoramento, reafirma que o declínio da extração aurífera não acarretou na decadência econômica da região, mas sim em uma transição da principal atividade, a mineração, para um diversificado mercado de produção de alimentos e atividades artesanais.⁸⁰

Corroboramos nesse sentido com os autores, sustentando-nos na afirmação do engenheiro Carlos Prates, que descreve sua passagem por Leopoldina destacando as fazendas mais importantes, situadas nos distritos de Santa Izabel, Campo Limpo, Providência, Tebas e Piedade. Nelas, descreve o engenheiro, se cultivava cereais, como o arroz, a cana, o milho e as plantações de café. Em fins do século XIX, Leopoldina era o terceiro maior produtor de café da Província de Minas Gerais.⁸¹

Segundo Ana Lúcia Duarte Lanna, a economia de subsistência “tanto pode indicar produção de alimentos voltada basicamente para suprir as necessidades do mercado interno consumidor, como produção para autoconsumo com eventuais excedentes comercializáveis”⁸². Defende também que, se a produção, além de garantir o sustento da população tem uma parte comercializada, deve ser denominada como mercantil; e quando se refere à comercialização de produtos além dos limites da província, a autora define como exportação. Se em Leopoldina a produção era multifacetada e se vendia o excedente, então não se define apenas como subsistente, uma vez que exportava os excedentes produzidos, como os grãos e o café.

O contingente escravo da Zona da Mata mineira está atrelado à estrutura das propriedades fundiárias, que traz diferentes estudos com relação ao tamanho das mesmas e seu setor produtivo.

⁷⁸ Ver: ALMICO, Rita. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2001; ORLANDO, Arthur da Costa. *Infraestrutura e desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriaé: finais do século XIX e início do XX (1870-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2020. PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora-1870/1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁷⁹ LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial, 1979, p. 150.

⁸⁰ PAIVA, Clotilde. *População e economia das Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 42.

⁸¹ PRATES, Carlos. *A lavoura e a indústria da Zona da Mata*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1905.

⁸² LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. 2.ed. – Campinas, Editora da UNICAMP, 1989. p. 25.

Jonis Freire, ao se valer de Registros de Terras do município de Juiz de Fora, concluiu que nesta região predominavam as propriedades de tamanho médio. O autor encontrou 145 proprietários que adquiriram maior parte das terras pelo meio da compra. Para Leopoldina, o autor registrou 82 proprietários, dos quais 27 deles possuíam 88,45% de toda a área registrada. Em Mar de Espanha, os proprietários chegavam a 270 e Cataguases 207 proprietários.⁸³

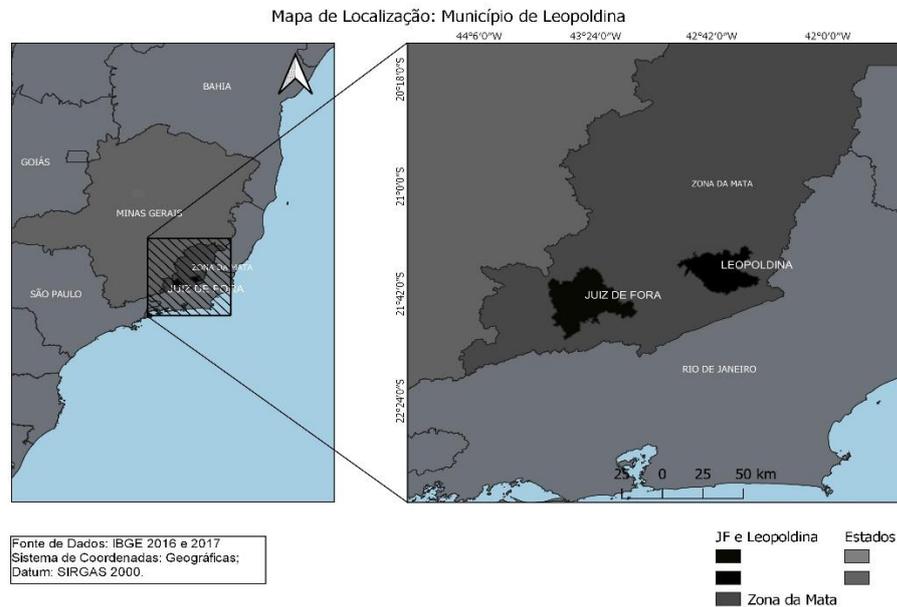
Rômulo Andrade, analisando inventários *post-mortem* e editais de leilão, constatou que em Juiz de Fora havia unidades de produção cafeeira de grande porte. Já em São Paulo do Muriaé, constatou que predominavam as propriedades de pequeno porte, assim como a freguesia de Nossa Senhora da Glória. Para o autor, as propriedades concentravam o maior número de escravos, maior quantidade de pés de café e de terras.⁸⁴ Nas demais regiões, como na Zona da Mata central e norte, o tamanho das propriedades diferem, sendo constituída por pequenas propriedades. Para a Zona da Mata Sul constatou que as propriedades eram menos divididas e possuíam uma maior área de plantio. Essas evidências revelam a heterogeneidade da Zona da mata, vista durante muito tempo pela historiografia como uma região de características homogêneas.

O mapa 1 traz a região da Zona da Mata mineira com destaque para os municípios de Leopoldina e Juiz de Fora, evidenciando a proximidade entre ambas as localidades e as mesmas com o Rio de Janeiro. Por estarem próximas, as cidades em questão teriam maiores possibilidades de efetuarem trocas comerciais com a Corte, favorecendo um maior trânsito de pessoas e mercadorias, influenciando também no campo das ideias que se propagavam no decorrer do século XIX.

⁸³ FREIRE, Jonis. *Batismo e Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, 1838-1888*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: São Paulo, 2004, p. 22.

⁸⁴ ANDRADE, Rômulo. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1991, p. 97.

Mapa 1: Zona da Mata mineira com destaque para Leopoldina e Juiz de Fora⁸⁵



O quadro 2, elaborado por Roberto Borges Martins, traz o crescimento da produção cafeeira nas principais regiões onde a rubiácea avançava ao longo do século XIX, no período de 1852 a 1888. Este quadro nos permite compreender melhor o avanço no cultivo do café nas principais regiões e o aumento significativo em Minas Gerais no período.

⁸⁵ QGIS DEVELOPMENT TEAM. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. 2019. Disponível em: <<http://qgis.osgeo.org>> Acesso em: 20/08/2019. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Base Cartográfica do Brasil. 2016. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2016/> Acesso em: 20/08/2019

Quadro 2 – Crescimento das Principais áreas cafeeiras – 1852-1888.

Período	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo (Vale do Paraíba)	São Paulo (Oeste)
1852-55	6,58	75,33	12,6	6,01
1856-60	7,91	72,84	10,5	8,73
1861-65	12,12	62,48	10,8	14,5
1866-70	16,02	60,2	9,2	14,4
1871-75	17,22	56,59	9,12	17,1
1876-80	19,07	48,3	8,44	24,17
1881-85	20,11	40,17	7,13	32,56
1886-88	26,17	31,29	4,91	37,61

Fonte: MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980, p. 16.

Analisando as informações do quadro elaborado por Roberto Borges Martins que tomamos como base, percebe-se que a produção cafeeira da Zona da Mata mineira tornou-se crescente a partir da década de 1850, chegando a dobrar na década de 1860. Neste mesmo período, Minas Gerais ultrapassa a produção obtida no oeste paulista e no Vale do Paraíba, sofrendo um decréscimo com relação a mesma nas décadas subsequentes. Enquanto a produção mineira ascendia no decorrer das décadas, no Rio de Janeiro decrescia, chegando à metade de sua capacidade no fim da década de 1880. Sobretudo, ao se comparar com a produção no resto do país, é perceptível a tardia expansão cafeeira em Minas Gerais, enquanto a produção no Vale do Paraíba seguia de maneira crescente.

Os recursos obtidos através da produção cafeeira propiciavam o crescimento das vilas e cidades, bem como inúmeras benfeitorias, como a construção de fogos e fazendo despontar a sociedade carregada de prestígio social, riqueza e poder. Leopoldina segue esta linha e a cidade,

[...] contém uma população composta de um riquíssimo pessoal. Ali se encontram muitos homens de letras, entre advogados e médicos distintos. Um povo excelente, morigerado, hospitaleiro e todo devotado à religião e prática do bem. [...] Este município é um dos que mais café exporta e tem um excelente e brilhante porvir. As terras do município são as melhores que se podem desejar para a lavoura do café e dos gêneros alimentícios, que ali produzem com uma uberdade muito satisfatória.⁸⁶

⁸⁶ SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais*/ José Joaquim da Silva. Introdução de Oswaldo Bueno Amorim Filho; atualização ortográfica- Maria Lúcia Brandão Freire de Mello.- Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997, p.137.

Junto ao crescente processo de modernização e ao surto cafeeiro, houve igual aumento na demanda por braços nas lavouras de café ou nas construções civis, incorporando o negro para tais fins. Necessitavam de mais braços para desenvolver todo o processo de preparo da terra, o plantio e a colheita do café. A população da Zona da Mata em 1872 era de 373.765 pessoas. Deste total, 95.099 eram escravos, representando um percentual de 25,4% da população total da região. No quadro abaixo é possível observar quais eram os maiores municípios escravistas da região.

Quadro 3 - Quadro geral dos municípios e da população da Zona da Mata de Minas Gerais em 1872

Nº	Município	Nº de Freguesias	População		
			Livre	Escrava	Total
01	Ponte Nova	09	49.627	7.604	57.231
02	Leopoldina	08	26.633	15.253	41.886
03	Juiz de Fora¹	05	23.968	14.368	38.336
04	Santa Rita do Turvo	06	30.460	6.636	37.096
05	Muriaé ²	11	27.682	6.938	34.610
06	Pomba	06	25.528	7.028	32.556
07	Ubá	06	25.311	7.149	32.460
08	Mar de Espanha	05	19.632	12.658	32.290
09	Rio Novo	03	15.838	6.957	22.795
10	Piranga	06	18.241	4.195	22.436
11	Rio Preto	05	15.746	6.313	22.059
	Total	70	278.666	95.099	373.765

(1) 01 paróquia não recenseada (N. Sr^a. da Glória em S. Pedro D'Alcântara).

(2) 01 curato não recenseado (Divino Espírito Santo).

Fonte: ANDRADE, Rômulo. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora: UFJF, v. 1, n. 2, p. 21-33, dezembro, 1997. <http://www.ufjf.br/~clionet/rehb> p. 21.

Neste panorama geral da população da Zona da Mata podemos observar que Leopoldina era o maior município escravista da região, seguido por Juiz de Fora. Da população total de Leopoldina, 15.253 era escravo, totalizando 36,4% a população, sendo utilizados em grande parte nas lavouras e em trabalhos domésticos conforme foi dito anteriormente. Elione Guimarães contesta estes números, uma vez que a freguesia de Simão Pereira não foi recenseada em 1872. A autora enfatiza que a freguesia era uma das grandes produtoras de café no período, e que conseqüentemente o número de escravos utilizados nessas lavouras seria muito elevado.⁸⁷ Dessa forma, Juiz de Fora estaria à frente de Leopoldina no tocante ao quadro populacional escravo.

Dentre a população escrava no município, em todas as paróquias recenseadas, 8.160 ou 53,49% eram do sexo masculino e 7.093 ou 46,50% eram do sexo feminino. Percebemos que havia um desequilíbrio entre os sexos, ainda que não fosse uma grande diferença. Este desequilíbrio foi visto em outras regiões, embora tenha diminuído após o fim do tráfico intercontinental e favorecido o aumento no número de famílias escravas, conforme traz Manolo Florentino e José Roberto Góes, ao estudar as famílias escravas no Rio de Janeiro.

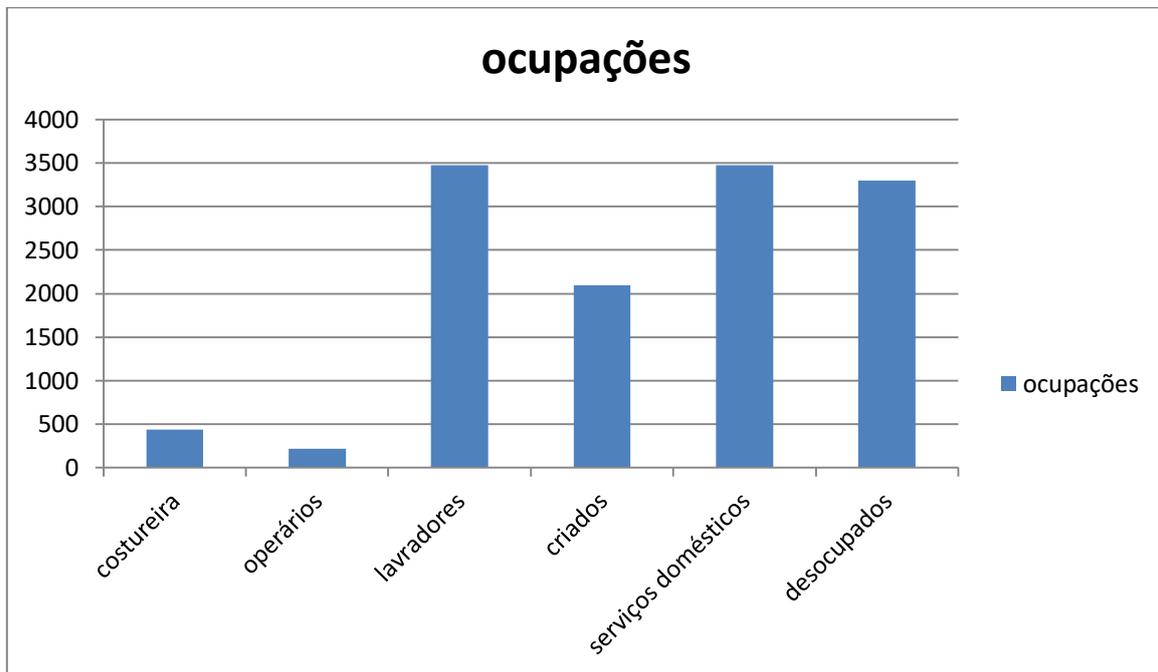
Com a proibição definitiva do tráfico, ao mesmo tempo em que o preço dos cativos sofria um aumento generalizado, os senhores brasileiros buscariam prolongar-lhes a vida útil. Assim, o desequilíbrio entre os sexos foi diminuindo. [...] o índice de sobrevivência dos recém-nascidos teria crescido e o tempo de vida útil dos adultos teria aumentado, enquanto também se dilatavam as suas potencialidades auto reprodutoras. Tais mudanças se traduziram, por exemplo, na maior incidência de famílias escravas.⁸⁸

Com base nas informações obtidas através do Recenseamento geral do Império do Brasil, listamos no gráfico 1 as principais atividades que os escravos da freguesia de Leopoldina exerciam em 1872. Escravos de ambos os sexos, em idade produtiva estavam inseridos em atividades diversas, geralmente voltadas ao trabalho doméstico, manual e ofícios mecânicos, conforme podemos observar.

⁸⁷ GUIMARÃES, Elione Silva. *Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX*. São Paulo: Fapeb (Fundo de Apoio à Pesquisa na Educação Básica) / Annablume, 2006. p. 54-5.

⁸⁸ FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas-Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.179-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 29.

Gráfico 1- Principais ocupações da população escrava de Leopoldina em 1872



Fonte: Recenseamento do Império do Brasil, 1872, vol.2, p. 188-211. Ocupação da população escrava de Leopoldina e distritos.

No gráfico 1 estão expostas as principais ocupações no qual os escravos, de ambos os sexos, estavam inseridos, de acordo com o Recenseamento do Império do Brasil. O trabalho na lavoura representava 22,78% divididos entre homens e mulheres; no trabalho doméstico totalizavam 22,80% também divididos entre os homens e as mulheres; os operários, que desempenhavam atividades mecânicas ou manuais representavam apenas 1,44% da população escrava, sendo apenas homens. Em menor proporção também estavam as costureiras, representando apenas 2,87%, sendo apenas as mulheres. Os criados, que eram os serviçais que trabalhavam como pagens, as amas, ou mesmo aqueles escravos que faziam serviços externos na rua, representavam 13,73% dos trabalhadores. Percebemos que maioria se ocupava do trabalho nas lavouras, comprovando a tese de diferentes autores para a economia agrícola ou cafeeira. O setor operário engloba as atividades mecânicas ou manuais, sendo distribuído entre as atividades em ferro, madeira, couro, tecidos. De acordo com Douglas Libby, o desenvolvimento do setor operário artesanal foi impulsionado pela dinâmica das atividades agrícolas, que demandavam instrumentos de ferro e madeira e pelas empresas de mineração, que dependiam de ferramentas e tecidos de algodão para vestuário dos

escravos. Era viável a produção desses utensílios nas freguesias, uma vez que o transporte do Rio de Janeiro para as mesmas era difícil.⁸⁹ E para Oflam José,

[...] os denominados ofícios mecânicos representavam as primeiras tentativas de qualificar a mão de obra do negro nas Gerais. [...] O senhor dele alugava seus serviços e, para estimular-lhe a produtividade, garantir-lhe tolerável ou agradável modo de viver, que incluía tarefas bem mais suaves que as da mineração, residência nos centros urbanos, maior tempo disponível, contato com famílias de boa posição, facilidades para a emancipação remunerada, constituição regular de família, assistência na doença.⁹⁰

A aprendizagem de uma profissão facilitava o acesso do escravo na cidade, bem como a ampliação das redes de sociabilidade, uma vez que a execução do trabalho lhes permitia certa mobilidade, diferente do trabalho pesado na lavoura. Pelos dados obtidos no Recenseamento, podemos ver que a mão de obra escrava especializada na freguesia representava minoria, no entanto é um fator que não deve ser descartado. Os escravos exerciam mais de uma função dentro da escravaria, principalmente no trabalho doméstico, o que para Carlos Bacellar significava que, “dentro de um ambiente doméstico a falta de recursos não permitiria a alocação de um escravo em uma única esfera do trabalho”.⁹¹

No gráfico 1 observamos também o alto índice de escravos desocupados, totalizando 21,60%.⁹² É uma quantia considerável e nos deixa dúvidas. Por que haveria tantos escravos desocupados? Será que exerciam algum tipo de atividade que não foi mencionada pelo recenseador? Onde estaria alocado esse contingente escravo?

A primeira metade do século XIX caracterizou-se pelo fluxo intenso de escravos desembarcados no Brasil pelo tráfico intercontinental. Um grande número de negros foi trazido de diferentes regiões da África e comercializado nos mercados do Rio de Janeiro e no nordeste do país, sendo um dos pilares do sistema escravista brasileiro. Até o fim do tráfico, em 1850, se garantiu o abastecimento de mão de obra no país. Jonis Freire aponta que maioria dos escravos do sudeste brasileiro era proveniente da África Central Ocidental, da Costa da Mina e de Angola, totalizando

⁸⁹ LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 349.

⁹⁰ JOSÉ, *O negro na economia mineira...* p. 121.

⁹¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001, p.147.

⁹² O termo “desocupados” foi transcrito conforme encontrado na fonte. Para tais números não encontramos qualquer tipo de especificação por parte do recenseador. Esta designação ainda é uma incógnita para os historiadores, por se tratar de escravos definidos como ociosos.

21% das importações do país.⁹³ Como mera mercadoria, o escravo nesse período custava pouco e na visão do viajante Debret, “na Costa da África, a compra de negros se faz por troca; dão-lhes ferro em barra, aguardente, fumo, pólvora, fuzis, sabres, quinquilharias, etc.”⁹⁴

Segundo Hebe de Castro Mattos⁹⁵, a proibição do tráfico intercontinental ainda manteve sua permanência ilegal por algum tempo, promovendo mudanças na estrutura de posse de escravos. Com a proibição, houve uma transferência via tráfico interno, de escravos das regiões economicamente decadentes como o Norte e o Nordeste do país, para as regiões economicamente ascendentes no sudeste.

Quadro 4- Escravos Africanos em São Sebastião da Leopoldina e distritos em 1872.

	Leopoldina	Angu	S. Rita	Laranjal	Pirapetinga	Piedade	B.Vista	R.Pardo
Homens	197	117	80	73	148	57	81	83
Mulheres	89	90	34	51	72	28	79	79
Soma	286	207	114	124	220	85	160	162

Fonte: Recenseamento do Império do Brasil 1872, vol. 2, p. 188-211.

No quadro 4, vemos distribuídos nos sete distritos de Leopoldina, os escravos cujo recenseador declarou como africanos. É evidente o desequilíbrio entre os sexos em todos os distritos recenseados e a alta taxa de masculinidade entre os escravos africanos. Nas primeiras décadas do século XIX, o africano era inserido nas fazendas já na fase adulta, em plena atividade laboral. Era considerado como um concorrente pelos demais companheiros de cativo, já que existiam poucas mulheres disponíveis. Além disso, os recém-chegados eram considerados boçais, por não conhecerem a língua e os costumes brasileiros.

No período por nós abordado, esses africanos já tinham absorvido o cotidiano do cativo, não eram mais boçais, mantinham relacionamentos ou constituíam famílias, conheciam as crenças e os costumes brasileiros. Foram batizados e compartilharam dos costumes cristãos dos senhores brancos. Já não eram maioria, pois com fim do comércio atlântico de escravos e a mudança na configuração da população escrava nas províncias, evidenciam-se os processos de reprodução natural, que deram origem à mestiçagem.

⁹³ FREIRE, *Escravidão e família escrava...* p. 103.

⁹⁴ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Ed. Citada, tomo 1, vol. I e II, p. 184.

⁹⁵ Ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Tabela 1- Cor da população livre e escrava de São Sebastião da Leopoldina e distritos 1872.

Livres			Escravos	
Cor	Nº	%	Nº	%
Branco	14.397	34,37	---	---
Pardo	7.881	18,82	5.394	12,88
Preto	3.834	9,15	9.859	23,54
Caboclo	521	1,24	—	---
Total	26.633	63,58	15.253	36,42

Fonte: Recenseamento do Império do Brasil, 1872, p. 188-211.

Nesta tabela podemos observar o grande contingente de pretos e pardos escravos em Leopoldina. Entre os livres, predominavam os brancos, havendo na sequência um significativo número de pardos e pretos, o que poderia indicar talvez indivíduos libertos ou forros. Os libertos em sua nova condição tinham aberto um leque de possibilidades na sociedade. Poderiam sustentar seu status de livre ainda mais se possuíssem bens ou escravos. Mesmo assim, deveriam guardar suas cartas de alforria no intuito de se defenderem de uma possível tentativa de reescravização.⁹⁶ Convém levantar alguns pontos com relação a estes números. As designações de origem e cor eram confusas por parte do recenseador. Ele dividia os indivíduos por cor no intuito de agrupá-los e demarcar suas ascendências. As características ali definidas os aproximavam ou distanciavam de sua origem cativa.

Não restavam dúvidas quanto aos indivíduos brancos se tratarem de pessoas livres, porém, o designativo de cor do escravo é um assunto não consensual, uma vez que os recenseadores definiam conforme lhe convinha. Os termos descritos pelo recenseador apontavam para a organização da hierarquia social na sociedade escravista, na qual a cor e a origem dos indivíduos era um aspecto primordial. A posição social, procedência ou características físicas dos indivíduos ajudam a entender a dinâmica das alforrias, dos matrimônios ou apadrinhamento.

Os pardos, crioulos, mulatos e cabras eram a designação para os escravos nascidos no Brasil. Para Mary Karasch ser crioulo ou pardo era motivo de orgulho por quem os utilizava, pois os diferenciariam dos negros africanos. Os pardos eram os mulatos filhos de brancos com africanos. A

⁹⁶ FREIRE, *Escravidão e família escrava...* p. 117.

seu ver, somente o termo cabra teria uma conotação negativa, uma vez que o indivíduo seria fruto de uma raça mista sem ter uma ancestralidade definida.⁹⁷

Na tabela 1 podemos observar que o recenseador só utilizou a designação preta ou parda, para escravos e para negros livres. Pelo quadro 7, vemos que havia um total de 1.358 escravos africanos na freguesia e em seus distritos e na tabela 1, constam 9.859 pretos. Por estes números podemos deduzir que o recenseador declarou como pretos um número muito além do número de africanos ali existentes. Isso demonstra que a designação de cor nas listas nominativas e nos recenseamentos variava de acordo com o critério que o recenseador utilizava em suas anotações. Por este motivo não há um consenso quanto a essas designações, cabendo ao pesquisador observar as especificidades de cada localidade estudada.

Com o fim do tráfico, a mão de obra deveria ser repostada rapidamente para que a produção se mantivesse a todo vapor. Provenientes, principalmente do tráfico interprovincial, a partir de 1850⁹⁸, desembarcaram no sudeste mais de 200 mil escravos. O auge ocorreu entre 1873 e 1881, quando 90 mil negros, numa média de 10 mil por ano, entraram no país através dos portos do Rio de Janeiro e Santos.⁹⁹ Grande parte desses escravos era proveniente de áreas urbanas e regiões de atividades agrícolas não voltadas para a exportação. Para Sidney Chalhoub,

O tráfico interno deslocou para o sudeste, a partir de meados do século XIX, milhares de escravos que se viram subitamente arrancados de seus locais de origem, da companhia de seus familiares, e do desempenho das tarefas às quais estavam acostumados. Muitos destes negros reagiram agredindo seus novos senhores, atacando os donos das casas de comissões-lojas de compra e venda de escravos-, provocando brigas ou desordens que impedissem sua ida para as fazendas de café, fugindo e procurando retornar à sua província de origem.¹⁰⁰

Esse grande contingente escravo que chegava a Minas era então inserido nas lavouras, suprimindo a falta de negros africanos que chegavam aos portos, reduzidos drasticamente com o fim do tráfico intercontinental em 1850. Nesse período com o crescimento da comercialização do café, aumentaram-se também as escravarias na Zona da Mata mineira. Sendo necessários mais homens para trabalhar na produção, é através do tráfico interno que será suprida maior parte dessa mão de obra.

⁹⁷ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1800 - 1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.37.

⁹⁸ Cabe ressaltar que neste período, o tráfico internacional estava proibido devido à Lei Eusébio de Queirós, Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850. Lei completa disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581. Acesso em: 08/04/2019.

⁹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade/ Sidney Chalhoub.*- São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.43.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.27.

Em meados do século XIX, a Mata era responsável por 99% da produção mineira de café. Entre 1870 e 1930, o café representava 60% do valor total das exportações de Minas Gerais.¹⁰¹ Leopoldina, durante o século XIX, foi um dos centros cafeeiros mais prósperos da Zona da Mata. O grande número de cativos da freguesia era utilizado em larga escala nas lavouras, em suas numerosas fazendas, que em 1856 chegava a setenta e uma propriedades.¹⁰²

A produção de café, nesta década estava consolidada em muitas unidades de produção agroexportadoras, apropriando-se de um vasto patrimônio agrário, poder e privilégios que fizeram destes proprietários grandes barões do café, disseminando grande influência na vida econômica e política da região. Esses indivíduos, provenientes principalmente das regiões mineradoras, acumularam capitais, transformando as sesmarias recebidas em grandes latifúndios cafeeiros.

O escoamento da produção agrícola e cafeeira partia de Leopoldina por diferentes caminhos. As cargas vivas eram tocadas a pé pelas estradas por treinados boiadeiros. As cargas provenientes da lavoura ou dos engenhos, eram geralmente transportadas por tropas de muares e carros de bois para o Registro do Porto Novo do Cunha, atual Além Paraíba ou, para o Registro do Porto da Barra do Pomba, atual Aperibé, no Rio de Janeiro. Conforme constatou Nilza Cantoni, entre 1841 a 1859, se transportaram por esses caminhos produtos como açúcar, azeite, café, cavalo, feijão, galinha, polvilho, queijo, toucinho e varas de pano (provavelmente tecido grosseiro de algodão). A partir de 1860, o café foi o principal produto transportado para a Província do Rio de Janeiro.¹⁰³

Em fins do século XIX, Leopoldina acompanhava o crescimento e o avanço provenientes do cultivo acelerado do café na região. Nesse período, sua população se beneficiou com chegada da energia através da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina; de uma das mais importantes redes de transportes da Zona da Mata, a Leopoldina Railway Ltda, conquistada com capital britânico, cuja sede se localizava em Londres. E também, acompanhou a chegada das primeiras ferrovias no Brasil.

Através de incentivos do governo Imperial e vultosos empréstimos britânicos, os importantes fazendeiros do café não escondiam seu interesse pelas ferrovias, visto o impacto que as mesmas trouxeram à economia paulista. A chegada da ferrovia apresentou uma revolução na economia de Leopoldina e da região, permitindo um significativo aumento nos lucros obtidos na

¹⁰¹ ALMICO, Rita. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2001, p.37.

¹⁰² NOGUEIRA, Natania Aparecida Silva. *Leopoldina: instrução, mito político e formação de elites na Zona da Mata mineira (1895-1930)*. Leopoldina MG: Ed. Do Autor, 2011, p.16.

¹⁰³ CANTONI, Nilza. MACHADO, Luja. *Pelos 164 anos de emancipação de Leopoldina: as Exportações da Produção do Feijão Cru*. 2018. Disponível em: <http://cantoni.pro.br/blog/2018/06/101-pelos-164-anos-de-emancipacao-de-leopoldina-as-exportacoes-da-producao-do-feijao-cru/> Acesso em: 19/04/2019.

venda do café, uma vez que reduzia o tempo de transporte, o custo do frete e a quantidade de escravos utilizados nas tropas, facilitando ainda o escoamento do café para as outras regiões. Sendo assim, “a Leopoldina foi a primeira estrada de ferro de Minas Gerais, criada pela Lei da Província de Minas Gerais nº 1.826, de 10/10/1871. A linha férrea da Leopoldina partia de Porto Novo do Cunha (Além Paraíba), onde terminavam os trilhos da Pedro II, com o destino final na cidade de Leopoldina. No ano de 1879 a malha ferroviária atingia Ubá, Cataguases e Leopoldina”.¹⁰⁴

Um município também de grande importância, localizado na Mata mineira, que competia, em poder econômico com Leopoldina neste período é Juiz de Fora, este que também delinea o perfil escravista da Zona da Mata mineira no oitocentos, destacado neste trabalho no qual discursaremos a seguir.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p.19.

1.3- Juiz de Fora: a Manchester Mineira

O progresso que acompanha a cidade de Juiz de Fora desde meados do século XIX é um reflexo das ações de importantes atores do passado. Barões do café, homens de letras e comerciantes que fizeram da cidade uma terra promissora, que abrigava riqueza, poder e cultura. Os viajantes que por ali passaram deixaram registradas suas impressões sobre a paisagem que vislumbravam.

A uma légua e $\frac{3}{4}$ de Marmelo se encontra a habitação de Juiz de Fora, nome que sem dúvida procede do emprego que ocupava o primeiro proprietário. Da venda de Juiz de Fora tem-se sob os olhos uma paisagem encantadora. Essa venda foi construída na extremidade de uma vasta campina, rodeada por toda a parte de morros. O Paraibuna corre ao lado do caminho; sobe um pequeno regato que nele se lança, depois de atravessar a estrada, foi construída uma ponte de madeira de efeito muito pitoresco; perto há um cruzeiro: mais longe se vê uma capela abandonada e as ruínas de um engenho. Ao lado da venda existe um vasto rancho, e bem próximo, um paiol de milho.¹⁰⁵

O viajante Auguste de Saint-Hilaire descreve, em sua viagem à província de Minas Gerais, a habitação, que mais tarde se transformaria na cidade de Juiz de Fora, constituída por uma venda, rodeada de morros e um rancho, típico das paragens de tropeiros. Foi uma das primeiras descrições do lugar, sendo de grande importância para história da cidade, em um tempo onde não existiam fotografias para registrar o que se encontrava pelo caminho.

Antes da chegada dos colonizadores, a paisagem da região era marcada pela vegetação Atlântica, caracterizada por florestas estacionais semidescuidais, cobrindo o relevo montanhoso de serras e morros. Devido a essa vegetação densa, foi denominada de região da mata, sendo ocupada por populações indígenas, em especial os puri. O rio Paraibuna, principal rede fluvial que corta a região, traz às suas margens, diferentes pontos de paragens, onde Juiz de Fora, o antigo arraial de Santo Antônio do Paraibuna, cresceu ao redor do mesmo.

O Caminho Novo favoreceu o povoamento de regiões da Mata Mineira com terras propícias ao cultivo do café. Vindos das regiões mineradoras em declínio, conforme visto por alguns autores, os primeiros habitantes se estabeleciam às margens do rio Paraibuna, nas sesmarias recebidas pelo governo.

¹⁰⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975, p.52.

A partir do final da década de 1970, haverá revisão profunda do entendimento da trajetória da economia mineira no século XIX em que se destacam os trabalhos de Alcyr Lenharo (1979), Roberto Borges Martins (1980 e 1982), Robert Slenes (1985), Douglas Cole Libby (1987) e João Fragoso e Manolo Florentino (1993). Em que pese as divergências, e mesmo o caráter polêmico de algumas destas intervenções, estes textos constroem um novo quadro da economia mineira no século XIX, em que a prostração, a paralisia que quiseram ver como típicas da economia mineira naquele período, cedem lugar à afirmação de uma economia diversificada e dinâmica, nos limites da ordem geral da economia brasileira de então escravista, exportadora, mercantil e dependente.¹⁰⁶

Até o fim da década de 1970, a historiografia abordou a Mata mineira como uma região estagnada a partir do declínio da produção aurífera, como se a diversificação da região deixasse de existir até o surto cafeeiro em meados do século XIX. Nesta concepção, a região teria passado por uma fase de regressão para uma economia baseada apenas na agropecuária e agricultura de subsistência. Seguindo esta linha, aplicava-se ao enorme contingente escravista, a diminuição, devido ao desgaste natural se fazendo presente em maior parte no Vale do Paraíba.¹⁰⁷

Nos trabalhos mais recentes, destacam a importância da Mata como a maior concentradora de mão de obra escrava no oitocentos. Alguns dos autores ligam a história econômica da província de Minas Gerais à mineração, por vezes isentando-se de mencionar as outras formas de acumulação do capital que se desenvolveram no decorrer do século XIX, como a agroexportação, fator abordado por Anderson Pires¹⁰⁸, corroborando com o modelo também proposto por Robert Slenes.¹⁰⁹

Para Rita de Cássia Almico, Juiz de Fora, “dentre outras cidades da Mata, desenvolveu uma trajetória que partiu de uma estrutura escravista agroexportadora cafeeira – incentivo inicial para o seu desenvolvimento – para um fundamento urbano-industrial, analogamente ao que ocorreu em outros centros do país como Rio de Janeiro e São Paulo.”¹¹⁰ Estas seriam então condições básicas para a existência do forte fluxo de escravos no interior da província e o grande responsável pelo estoque de mão de obra cativa presente no decorrer do século XIX. E na visão de Domingos Giroletti:

¹⁰⁶ PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Autêntica Editora: São Paulo, ed.1, 2007, p. 62.

¹⁰⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1969, p. 91.

¹⁰⁸ O modelo de agroexportação foi abordado por Anderson José Pires, em sua dissertação de mestrado, *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*, para a região da Mata mineira, em especial para a cidade de Juiz de Fora. Este modelo utiliza de grandes propriedades que o excedente produzido permitiu a retenção de recursos financeiros que seriam usados posteriormente em investimentos urbanos. O autor aborda a doação de sesmarias como principal fonte de acesso a terra no período.

¹⁰⁹ SLENES, Robert Wayne. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH nº17*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985, p. 468.

¹¹⁰ ALMICO, *Fortunas em movimento...* p. 16.

No processo de industrialização de Juiz de Fora, a generalização da economia mercantil se deveu ao desenvolvimento do setor de mercado externo – produção e exportação de café – na Zona da Mata. A ele também se atribui o desenvolvimento do setor de mercado interno, dos transportes, das cidades e a formação dos capitais que iram financiar o surto industrial local. Porém, isto não será suficiente para explicar por que o processo se desencadeia e se dá mais intensamente em Juiz de Fora e não em outra cidade da região. A maior acumulação e concentração de capital ocorreram naquele núcleo urbano devido à formação de um entreposto comercial de exportação e importação a partir da abertura da Rodovia União e Indústria. A inauguração da Ferrovia D. Pedro II, em 1875, e posterior abertura ou entroncamento de outras ferrovias (Leopoldina, Juiz de Fora e Lima Duarte) vieram reiterar até certo período sua função de polarização econômica regional.¹¹¹

Algumas das posições assumidas sobre determinados aspectos históricos e econômicos demonstram certo desconhecimento acerca das suas especificidades regionais, que formam uma espécie de mosaico mineiro, termo empregado por John Wirth quanto às peculiaridades de cada região mineira.¹¹² O limite de suas extensões territoriais é definido por elementos geográficos e históricos, que combinados, delineiam seus contornos a partir da aproximação econômica e cultural entre elas. De acordo com Patrício Carneiro, “A diversidade das formações regionais pode ser explicada pelo desenvolvimento desigual dos processos sociais, tanto no tempo como no espaço. Os agentes sociais, em especial os de maior poder político e econômico, ao produzirem o espaço geográfico fazem surgir áreas heterogêneas.”¹¹³

Laird Bergad, ao se valer da divisão de comarcas de 1833, que aborda a heterogeneidade da província em termos de extensão e ritmo de atividade econômica, conclui que houve uma tendência do crescimento econômico e demográfico das regiões tradicionalmente periféricas, como Juiz de Fora.

As antigas áreas da periferia ao norte cresceram em ritmo mais acelerado; a zona cafeeira do sudeste, a comarca de Parahybuna de 1833, também teve um dinâmico aumento da população. As três vastas regiões – Paracatu, São Francisco e Jequitinhonha -, que formam um arco em torno dos quatro distritos mineiros do centro, aumentaram sua participação na população total, passando de 16,4% a 22,8% entre 1833 e 1872; Paracatu e Jequitinhonha apresentaram os maiores índices de crescimento anual: 3,7%. [...] Contudo, foi a zona cafeeira da comarca de Parahybuna de 1833 que se tornou a mais importante região de colonização em Minas Gerais na época do censo de 1872. Um quinto da população total vivia ali em 1872; o número de habitantes aumentara 3,7 vezes desde 1833.¹¹⁴

¹¹¹ GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, p.113.

¹¹² WIRTH, John. *O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 39.

¹¹³ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. Departamento de Geografia da UFMG, Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado em Geografia), 2008, p. 31.

¹¹⁴ BERGAD, *Escravidão e História Econômica...* p. 171.

Juiz de Fora, situada ao sul da Zona da Mata Mineira, caracteriza-se por uma região de produção cafeeira crescente a partir de 1850, sendo a mais rica da província até o início do século XX. Com uma área que corresponde a apenas 5% do território do estado de Minas Gerais, essa região encontra-se próxima ao Vale do Paraíba Fluminense, onde se localizava a Corte e principal centro de produção voltado para a exportação do país durante o século XIX, além de ter sido grande produtor de café durante todo o oitocentos, entrando em declínio apenas no início do século XX.

[...] dois fatores vieram dar um grande impulso ao processo de ocupação não só do município como de toda a região: a decadência da economia aurífera e o processo de expansão da cultura cafeeira, esta última sendo grandemente impulsionada pela transferência de recursos decorrentes da primeira. É a expansão da cultura cafeeira que promove um movimento significativo de ocupação da Zona da Mata. O crescimento demográfico em geral acompanhado pelo surgimento dos primeiros núcleos efetivamente urbanos na região é vertiginoso durante todo o século XIX.¹¹⁵

Por Santo Antônio do Paraibuna passava o Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais. Próximo à estrada, cresceram os povoados na primeira metade do oitocentos, cujo êxodo das regiões mineradoras os fez surgir em pontos esparsos. Às margens do caminho surgiram diversos postos de registro e fiscalização do ouro, que deram origem a arraiais que se transformariam em importantes cidades como Juiz de Fora. A sede do município era um lugarejo com duas ou três choças. Entretanto, a passagem de tropas e de gente com destino às fazendas fluminenses dava àqueles sítios um movimento constante. Proporcionava a colocação do sobejo das lavouras na rota de um comércio sempre crescente.¹¹⁶

Em 1812 a família Dias Tostes, sob o domínio de seu chefe Antônio Dias, proprietário da chamada “fazenda velha” que se encontrava do outro lado do rio, se estabeleceu no arraial sob a graciosa colina que se formava. Em 1836, Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, mais conhecido como Henrique Guilherme Fernando Halfeld, engenheiro alemão, casado com a filha de Dias Tostes, foi nomeado Engenheiro da Província de Minas Gerais, onde projetou e construiu a abertura de um caminho que ia de Vila Rica a Paraibuna, juntamente com Antônio José da Silva Pinto, o Barão de Bertioga.

¹¹⁵ PIRES, *Capital agrário, investimentos...* p.36.

¹¹⁶ MERCADANTE, *Os sertões do leste...* p.85.

No tocante à população, na lista nominativa de 1831, conforme citou Caio Batista, a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, que abrangia a área urbanizada do arraial de Santo Antônio do Paraibuna, contava com 1.336 almas. Deste número, 546 eram pessoas livres e 790, escravos, que correspondia a 40,8% e 59,2% dos habitantes respectivamente.¹¹⁷ “Em 1839 a localidade contava com numerosa população, passando a chamar-se Vila de Santo Antônio do Paraibuna”.¹¹⁸

No Alto dos Passos foi construído o prédio que servia às sessões da Câmara Municipal, onde bifurcava com ela a Rua da Califórnia e a Rua Halfeld, local onde se edificou o sobrado da família Tostes.¹¹⁹ A avenida, hoje denominada Barão do Rio Branco, era chamada Rua Principal, depois Rua da Direita. Em torno dela se desenvolveu a cidade, que rapidamente se aglomerou de comércios, prédios de moradia e importantes construções, como igrejas, teatros, agências bancárias.

Imagem 2: Avenida Rio Branco com Rua Halfeld (1870)



Av. Rio Branco com Rua Halfeld

Fonte: <http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/ruaspracas/halfeld/index.html>

No Alto dos Passos, coração da cidade, estava o centro da vida em Juiz de Fora. Lá se encontravam os negociantes, a farmácia, os hotéis. De acordo com Sônia Miranda, foi nesta área

¹¹⁷ BATISTA, Caio da Silva. Cotidiano e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora século XIX. *FACES DA HISTÓRIA*, Assis-SP, v.3, nº2, p. 113-135, jul.-dez., 2016, p.118.

¹¹⁸ ALMICO, *Fortunas em movimento...* p.37.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 18.

que “[...] a elite agrária residente na cidade optou por um centro de poder estabelecido sob a trilogia Igreja / Repartições Públicas / Praça Central”¹²⁰. Seguindo a mesma linha, se estabeleceram nesta área central, profissionais liberais e comerciantes, criando uma tradição mercantil que se faz presente ainda hoje. Era onde se iniciava a economia crescente, onde girava o dinheiro, a cultura, a instrução, que mais tarde, ainda no século XIX, elevaria a freguesia ao título de “Manchester Mineira”, como referência a Manchester na Inglaterra, famosa cidade industrial e pela posição privilegiada que ocupava na economia da Zona da Mata mineira, pelo desenvolvimento urbano e rápido crescimento industrial na cidade.

Em 31/05/1850, com a Lei Provincial nº472, o arraial foi elevado à categoria de Vila de Santo Antônio do Paraibuna, compreendendo as paróquias Santo Antônio do Juiz de Fora e Chapéu D’Uvas, sendo desmembrado do município de Barbacena. A primeira englobava o distrito sede (Santo Antônio do Paraibuna) e os distritos de Caeté, Chácara, Grama, Matias Barbosa e Sarandi, representando a área urbana, rural e os arredores do município de Juiz de Fora.

Imagem 3: Planta de algumas vias da Vila de Santo Antônio do Paraibuna desenhada pelo engenheiro Henrique Halfeld em 1853



Fonte: Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Acervo Maurício Lima Corrêa

Em 1854, a municipalidade percebe a necessidade de construir novas ruas e surgem novos investimentos na área urbana, onde a vila então “fica elevada à categoria de cidade a villa de Santo Antônio do Parahybuna com a denominação de cidade do Parahybuna. Ficam revogadas todas as

¹²⁰ MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1990, p. 94.

Leis e disposições em contrário.”¹²¹ Nesse período então, a Mata abrigava municípios que compunham a área mais importante economicamente na província mineira. O aumento vertiginoso da produção cafeeira proporcionou o crescimento demográfico e o desenvolvimento da localidade. A plantação de café modificava o espaço. “Desloca-se do vale direito do Paraíba na segunda metade do século XIX. Filhos e netos de mineiros regressavam à província materna. O latifúndio exaurira o solo fluminense e avançava tragando novas terras com negro e café”.¹²²

A partir da análise de inventários *post-mortem*, Elione Silva Guimarães¹²³ constata que em Juiz de Fora havia uma diversificação das unidades produtoras com a presença de pequenas e médias propriedades, utilizando um número reduzido de escravos dedicados à produção de alimentos básicos como o milho, o feijão, o arroz, a carne bovina e suína entre outros, sendo provavelmente destinados ao mercado interno e à subsistência das unidades produtivas cafeeiras. No entanto, a base da economia na freguesia, na segunda metade do século XIX, foi a produção cafeeira destinada à exportação. A expansão cafeeira na região proporcionou acumulação de capital sendo utilizado em boa parte dos investimentos urbanos, elevando a cidade à posição de polo cultural e comercial da região.

Entre 1855/56, Juiz de Fora despontava como um dos principais produtores de café da Zona da Mata mineira, mantendo-se nesta posição até as primeiras décadas do século XX¹²⁴. A expansão cafeeira no município coincidiu com o período de crise do sistema escravista que se fazia a partir do fim do tráfico transatlântico e de pressões externas e internas a favor do fim da abolição. Entretanto, mesmo diante desses fatores, a produção cafeeira em Juiz de Fora, teve sustentáculo na mão de obra escrava até os últimos momentos da escravidão.

Atrelado ao crescimento surge uma demanda por melhorias, principalmente nas estradas que ligavam o Rio de Janeiro a Minas, estas que já se encontravam em estado de precariedade. Destaca-se assim, a implantação de uma malha rodoferroviária, formada a partir de 1836 pela Estrada Paraibuna, pela Rodovia União-Indústria que foi concluída em 1861 e pelas estradas de ferro Cataguases, Leopoldina e Pedro II. Ao ligarem a parte sul da Mata ao Rio de Janeiro, estas vias impulsionaram o crescimento da economia cafeeira na região, uma vez que possibilitavam o escoamento mais rápido das produções obtidas na freguesia.

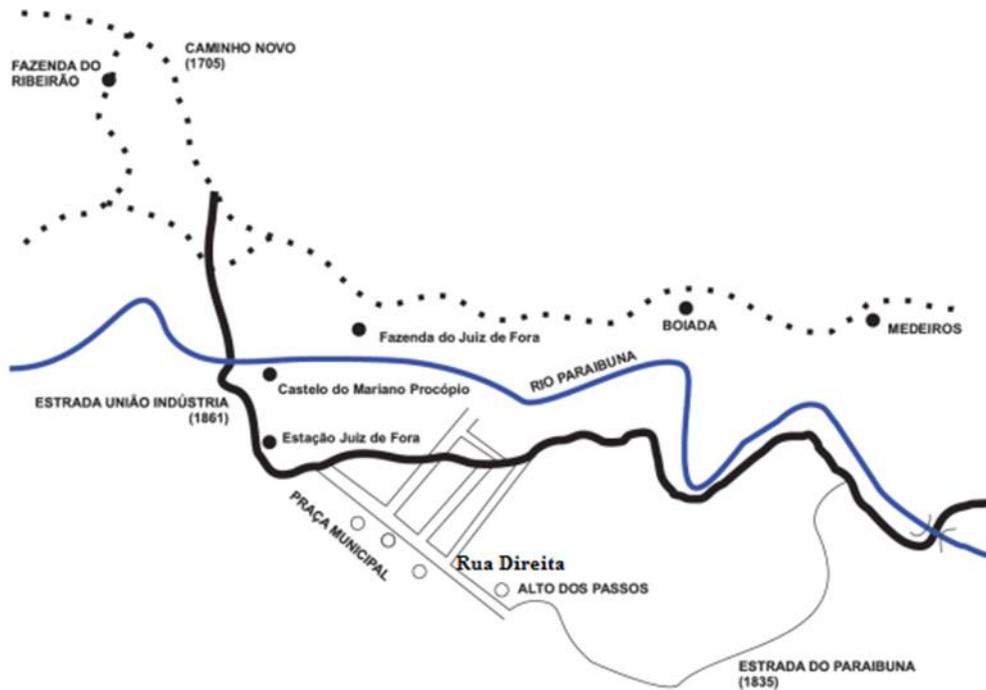
¹²¹ RAPM, LEI N.759 DE 2 DE MAIO DE 1856. Coleção Leis Mineiras, T. 22, Part. 1, 1856, p. 6-7. Tipografia Provincial de Minas.

¹²² MERCADANTE, *Os sertões do leste...* p. 70.

¹²³ GUIMARÃES, *Violência entre parceiros de cativeiro...* p.55.

¹²⁴ ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 1992.

Mapa 2 – O aumento da malha urbana de Juiz de Fora



Fonte: OLIVEIRA, Paulino de, 1966. Modificado por: BARBOSA, Ana Aparecida; DURSO, Pauliana Casarin; LEÃO, Daniele Helena; OLIVEIRA, Juliana Maria; PORTES, Raquel Von Randow. Apud BATISTA, Caio da Silva. *A dinâmica da escravidão urbana no interior do Sudeste do Brasil: cotidiano, senhores e alforrias, Juiz de Fora 1831 – 1888*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Tese (Doutorado em História), Juiz de Fora, 2019, p. 54.

A construção da União e Indústria teve início em 1852, a partir da iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage. A rodovia representava um esforço para a modernização do então precário Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro a Minas, onde visava facilitar o escoamento do café para o porto do Rio de Janeiro. “Além de desenvolver de forma significativa a economia urbana de Juiz de Fora, a rodovia União e Indústria auxiliou no aumento da malha urbana dessa localidade. A partir da construção dessa estrada, a região Norte de Juiz de Fora passou a ser povoada de forma mais maciça.”¹²⁵ Facilitaria também o acesso a Petrópolis, que se dava por Magé no Rio de Janeiro através de barcas e em seguida se continuava o caminho por meio de carruagens. Um projeto moderno, com pontes de ferro, ramais e estações que percorriam diferentes cidades como Juiz de Fora e utilizava como mão de obra para tal empreendimento, escravos e imigrantes alemães.

¹²⁵ BATISTA, *A dinâmica da escravidão urbana...* p.53.

Imagem 4: Trecho da estrada União & Indústria no fim do século XIX.



Fonte: Acervo Humberto Ferreira

Para Peter Blasenheim¹²⁶, embora a estrada fosse bastante íngreme e estreita, limitando o transporte pelas mulas na Estrada Paraibuna, ela teve significativo impacto em Juiz de Fora, tornando menor a distância até o Rio de Janeiro, escoando mais rapidamente boa parte da remessa de café produzida na cidade e nas regiões vizinhas. Na década de 1860 se efetivaram as primeiras iniciativas de trazer ao município a infraestrutura básica e o crescimento urbano com a primeira planta da cidade, elaborada pelo engenheiro Gustavo Dott e aprovada pela portaria de 18 de julho do mesmo ano. Nela continha o nivelamento das ruas, a canalização e o rebaixamento do rio Paraibuna, bem como a abertura e o calçamento de novas ruas e melhorias do sistema de esgoto e a captação das águas pluviais.

Em 1859, foi fundada a Santa Casa de Misericórdia, pelo comendador José Antônio da Silva Pinto, o Barão de Bertioga e sua mulher Dona Maria José Miquelina da Silva, sendo doada à Irmandade Nossa Senhora dos Passos, obtendo a mesma, isenção de direitos provinciais. A Casa de Misericórdia, já oferecia tratamento aos doentes pobres, sendo financiada pelo próprio barão a título humanitário, como ato de caridade aos mais necessitados.

¹²⁶ BLASENHEIM, Peter Louis. *A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906*. 1982. 372 f. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, Stanford University, Stanford, 1982.

O Barão, vindo de Rezende da Costa em Minas Gerais, foi um dos pioneiros do plantio de café na região. Entre 1832 e 1840 veio residir em Juiz de Fora onde se inseriu na política exercendo o cargo de vereador. Um homem rico, piedoso e sem filhos, comprou um terreno perto de sua residência e fundou ali a Santa Casa. Esteve presente no crescimento da cidade participando ativamente da vida pública onde deixou importantes contribuições.

No ano 1861, o ramal da Estrada União e Indústria chegava à Vila de Juiz de Fora ligando-a a Petrópolis. A região alcançou maior visibilidade quanto aos investimentos e em pouco tempo se tornou o principal entreposto comercial de Minas. Ainda sobre a União e Indústria constata Anderson Pires,

[...] provoca um grande impulso no processo da expansão cafeeira que vinha ocorrendo até então, consolidando definitivamente a economia agroexportadora da região. [...] a rodovia vai propiciar a colocação do município de Juiz de Fora como ponto de referência fundamental no interior da economia da Zona da Mata [...] dando ao município não só a função de entreposto comercial e área de confluência de produção e capital gerados na atividade agroexportadora local, mas também , a de núcleo urbano fundamental de um complexo agroexportador até então em gestação.¹²⁷

Em 1865, o Barão de São Marcelino defendeu na Assembleia Legislativa Provincial a mudança de nome da Cidade do Paraibuna. Em 19 de dezembro de 1865, pela Lei Provincial nº 1.261 em seu art. 13, determina que a “Cidade do Parahybuna denominar-se-há Cidade do Juiz de Fora.”¹²⁸ Neste período, a cidade vislumbrava o avanço, onde nas sessões da Câmara se mobilizavam os representantes do povo em prol da arborização da cidade, acompanhando as tendências europeias. Foi realizado então, o calçamento das principais ruas, que se tornavam um lamaçal quando chovia.

Em 1866, o vereador Dr. Alves Vilela apresentou à Câmara Municipal um projeto que visava a criação de uma Escola Técnica de Agricultura, com o objetivo de atender alunos pobres, que não tinham condições de arcar com os custos educacionais, sendo eles órfãos e expostos do Município. Construída pela Companhia União e Indústria, a escola foi inaugurada em 1869 e contava com 60 acomodações, recebendo alunos dos seguintes municípios: Cantagalo, Paraíba do Sul, Vassouras e Valência (ambas da província do Rio de Janeiro); Leopoldina, Mar de Espanha, Juiz de Fora, Pomba, Barbacena, São João Del Rei, Turvo, Baependi, Aiuruoca, Cristina, Itajubá e

¹²⁷ PIRES, *Capital agrário, investimentos...* p. 121.

¹²⁸ RAPM, LEI N. 1.261 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1856. Coleção Leis Mineiras, T. 31, Part. 1, 1866, p. 21. Tipografia Provincial de Minas.

Ubá.¹²⁹ Apesar dos diversos empreendimentos executados pela Companhia União e Indústria, a empresa não obteve o rendimento esperado. Além disso, Mariano Procópio esteve mais interessado na chegada da Estrada de Ferro do que na Companhia, que começou a fracassar em meados de 1870.

A importância real da União e Indústria durou apenas oito anos. Em 1868, fazendeiros começaram a transportar café pela estrada de ferro Dom Pedro Segundo, uma ferrovia que ladeava a estrada na Província do Rio e cobrava fretes mais baratos. Reconhecendo que a União e Indústria não era viável, Procópio convenceu os economistas a vender para a Pedro Segundo. Como parte dessa transação ele passou a ser o terceiro diretor da ferrovia. A partir daí a estrada se deteriorou, sendo intransponível até 1892.¹³⁰

O estabelecimento das comunicações férreas entre a Província de Minas Gerais e a Corte veio acelerar, ainda mais que a Companhia União e Indústria, o progresso de Juiz de Fora. A ferrovia trouxe novas possibilidades de crescimento e voltou a atenção para a cidade, como uma terra promissora. A estrada, que possuía diferentes ramais, logo chegou à Mata, sendo um ramal que ia de Leopoldina ao Porto Novo do Cunha, de Mar de Espanha a Chiador, de Juiz de Fora a Ubá, até a cidade da Campanha. Porém, consta que Juiz de Fora não possuía estação para abrigar a ferrovia. Sendo assim, uniram-se os vereadores em sessão da Câmara para obter concessão e verbas necessárias para a construção da mesma. A estação foi inaugurada em 07 de junho de 1877, data em que se inauguraram também as estações de Matias Barbosa, Espírito Santo e Cedofeita.

Neste período Juiz de Fora se firmou como o principal centro político e econômico da Mata mineira, atraindo membros importantes da oligarquia cafeeira, comerciantes, profissionais liberais, se firmando como um importante entreposto comercial ao oferecer serviços na área urbana como a hotelaria, sapataria, alfaiates, confeitarias, dentre outras atividades que moviam a economia da cidade que florescia a cada dia. Esse crescimento foi possível principalmente pelos diversos investimentos públicos e privados realizados na década de 1870, bem como a dinâmica da economia agroexportadora regional.

O café proporcionava às comunidades o calçamento, a luz elétrica e, finalmente, certa ordem social e política. As cidades progrediram após a especialização da lavoura [...] Cresceram as comunidades, que receberam melhor organização administrativa e judiciária. Vieram os doutores para os cargos magistratura, os

¹²⁹ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Editora Dias Cardoso, Juiz de Fora, 1966, p. 59.

¹³⁰ BLASENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas gerais no século dezenove. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v.2, nº2, p. 86.

bancários atraídos para a solução dos litígios, reduzindo a incidência de disputas violentas.¹³¹

O crescimento decorrente dos investimentos no cultivo do café conferiu a Juiz de Fora os contornos do progresso, visível no aglomerado de pessoas que se concentravam na cidade e em seus distritos. No quadro 5, com base no Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, listamos a população livre e escrava na freguesia, dividida entre a sede Santo Antônio do Juiz de Fora e seus distritos: Nossa Senhora da Assunção do Chapéu D’Uvas, São José do Rio Preto e São Francisco de Paula do Monte Verde. O distrito de São Pedro D’Alcântara, que também pertencia a Juiz de Fora no período não foi recenseado.

Quadro 5- População de Juiz de Fora por paróquia 1872

	Livre	Escrava	Total
Santo Antônio do Juiz de Fora	11.604	7.171	18.775
Nossa Sr ^a da Assunção do Chapéu D’Uvas	4.831	1.584	6.415
São José do Rio Preto	5.039	4.103	9.142
São Francisco de Paula do Monte Verde	2.494	1.510	4.004
São Pedro de Alcântara*	—	—	—
Total	23.968	14.368	38.336

*Paróquia não recenseada

Fonte: Recenseamento do Império do Brasil 1872

Ao analisar o Recenseamento de 1872, é possível observar que Juiz de Fora teve um aumento vertiginoso de sua população, somando aos distritos, em relação à população contada em 1831. A população de Juiz de Fora se constituía por 38.336 almas, representando 10,25% da população de Minas Gerais, sendo 23.968 ou 62,53% de homens livres e 14.368 ou 37,47% de escravos, num total de cinco freguesias recenseadas. Vale ressaltar que nem todos os municípios foram recenseados, exclui-se em Juiz de Fora a paróquia de Nossa Senhora da Glória em São Pedro D’Alcântara. Para estas lacunas nos recenseamentos podemos sugerir diferentes causas, pois embora haja dados concretos, a prática estatística muitas vezes deixava a desejar. É de se supor que talvez os vigários não tivessem interesse em recensear tal área, deixando as informações confusas e falhas.

¹³¹ MERCADANTE, *Os sertões do leste...* p. 95.

No tocante a falta de recenseamento da paróquia de São Pedro D'Alcântara, Elione Guimarães indica, através da análise de outras fontes, uma população escrava bem superior à apontada no quadro geral do recenseamento. De acordo com a autora, a população escrava nessa paróquia em 1872 estava em torno de 5.000 almas. Este contingente, somado aos 14.368 cativos recenseados, totalizaria cerca de 19.368.¹³² A não inclusão da paróquia, no total geral de escravos do município de Juiz de Fora, já permite levantar a hipótese de que o número de escravos era superior ao apresentado. Deve ser levado em conta o fato de que São Pedro D'Alcântara estava entre as freguesias de maior produção cafeeira do município e, conseqüentemente, englobaria maior concentração de escravos.

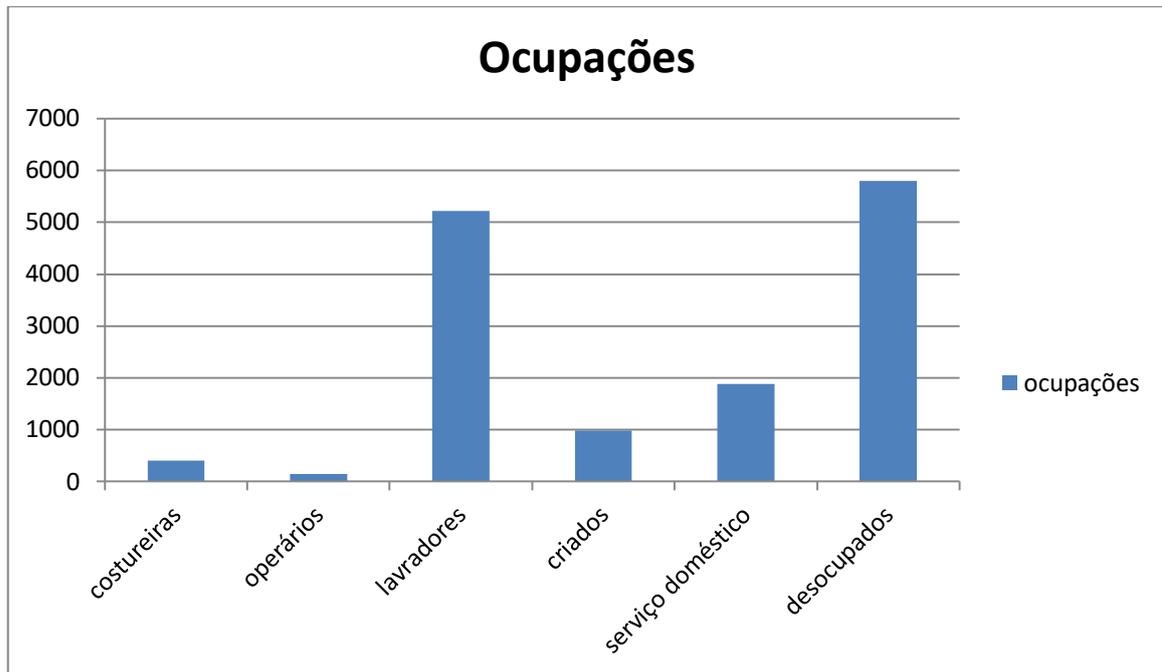
Conforme visto no quadro 04, Juiz de Fora era o terceiro município onde mais se concentrava a população escrava da Zona da Mata mineira oitocentista. Dentre a população escrava do município, em todas as paróquias recenseadas, 8.156 ou 56,76% eram do sexo masculino; enquanto 6.212 ou 43,27% eram do sexo feminino. Assim como Leopoldina, nas escravarias de Juiz de Fora também havia um desequilíbrio entre os sexos, seguindo certo padrão como em outras freguesias escravistas no período.

A mão de obra cativa era reposta no município principalmente através do tráfico interno, conforme salientam alguns autores¹³³, destacando que a reprodução natural também era utilizada em complementação ao tráfico. No gráfico 2 dispomos as principais atividades exercidas pelos escravos de ambos os sexos na cidade de Juiz de Fora e seus distritos, com base nos dados obtidos através do Recenseamento de 1872.

¹³² GUIMARÃES, *Violência entre parceiros de cativo*.... p. 54-56.

¹³³ Para tráfico interno em Juiz de Fora ver: MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos estabelecidos na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX)*. Monografia (Especialização em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1998.

Gráfico 2 – Principais ocupações da população escrava de Juiz de Fora em 1872



Fonte: Recenseamento do Império do Brasil, 1872, vol.2, p.1029-1038. Ocupação da população escrava de Juiz de Fora e distritos.

Analisando o gráfico 2, percebemos que o menor índice de escravos constituía a camada operária de Juiz de Fora, representando 1% dos trabalhadores da cidade. No período recenseado, 1872, este índice pode ser justificado pela forte presença da mão de obra alemã, que chegavam em grande número à cidade. As costureiras, ocupação exercida em especial pelas mulheres, totalizavam 2,78%, índice também pouco significativo diante do grande número de escravos existentes na cidade. O serviço doméstico representava 13,14% dos trabalhadores, encontrados em sua maioria em Juiz de Fora, fato que pode ser explicado devido ao maior número de habitantes concentrados na área urbana, onde residiam as famílias mais influentes e havia a necessidade de mais serviços para executar as tarefas da casa. Os criados totalizavam 6,86%. Dentre esses criados destacam-se os copeiros, pajens, engomadeiras, ocupações também desenvolvidas nas residências urbanas em especial.

A maior camada de trabalhadores estava inserida na lavoura representando 36,28% do total. Conforme visto anteriormente em Leopoldina, este alto contingente atenta para o predomínio do uso de mão de obra escrava utilizado nas atividades agrícolas, enfatizando a produção cafeeira crescente no período, que de acordo com Rita Almico, “em meados do XIX, a Mata era responsável por 99%

da produção mineira de café. [...] Entre 1870 e 1930, o café vai participar em cerca de 60% do total do valor das exportações de Minas Gerais.”¹³⁴

O que nos chama a atenção no gráfico é o índice de escravos sem ocupação na cidade, designados pelo recenseador como “sem profissão”. Totalizando 5.797 ou 40,17%, estes representam quase metade da população escrava de Juiz de Fora. O mesmo questionamento foi feito anteriormente para Leopoldina, por que tantos escravos classificados como sem profissão? Em Juiz de Fora eles superam os trabalhadores com algum ofício. Essa massa ociosa pode assim ter sido classificada de maneira inadequada pelo recenseador, que pode não ter levado em consideração as atividades mais comuns, realizadas tanto nas cidades como na área rural.

Na visão de Thorstein Veblen, esta discriminação ocorre no modo de considerar qual forma de trabalho é digna ou não, “enquanto as funções dignas são aquelas em que intervém um elemento de proeza; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe”¹³⁵ E muitos eram os escravos que desempenhavam atividades rotineiras como os domadores de animais, os carreiros, os homens que cuidavam da limpeza urbana, dentre outras atividades recorrentes no período escravista. Quanto à procedência desses escravos, nos pautamos também no recenseamento para distinguir sua naturalidade. No quadro 6 buscamos evidenciar o número de africanos que habitavam Juiz de Fora em 1872.

Quadro 6 – Escravos africanos em Santo Antônio do Paraibuna e distritos em 1872

	Sto. A. Paraibuna	N. S. Ch. D’Uvas	S. J. Rio Preto	S. F. Paula M. Ve
Homens	953	222	359	95
Mulheres	809	63	169	90
Soma	1.762	289	528	185

Fonte: Recenseamento do Império do Brasil, 1872, v.2, p.1030-1037.

Distribuídos em Santo Antônio do Paraibuna e em seus distritos, os africanos compunham parte do contingente escravo que movimentava a produção na cidade. O número de africanos representava 19,2% do total de escravos, em um período onde em boa parte das escravarias era observada a mestiçagem, já decorridas duas décadas após o fim do tráfico transatlântico. É perceptível o desequilíbrio entre os sexos entre os africanos, fator também comum nas escravarias

¹³⁴ ALMICO, *Fortunas em movimento...* p.37.

¹³⁵ VELEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965, p.25.

juiz-foranas. Na tabela 2 podemos observar a distinção de cor dos escravos e da população livre recenseada:

Tabela 2- Cor da população livre e escrava de Santo Antônio do Paraibuna e distritos 1872.

Livres		Escravos			
		Nº	%	Nº	%
Cor					
Branco	13.827	36,06	---	---	
Pardo	5.982	15,6	3.436	8,96	
Preto	3.810	9,97	10.932	28,51	
Caboclo	349	0,9	---	---	
Total	23.968	62,53	14.368	37,47	

Fonte: Recenseamento do Império do Brasil, 1872, v.2, p.

A partir dos dados obtidos na tabela 2, podemos constatar a forte presença de pretos nas escravarias de Juiz de Fora, totalizando 10.932 ou 28,51% do total de 14.368 escravos. Conforme salientado anteriormente, a designação de cor que o recenseador anotava era condizente com sua própria concepção acerca do que significava ser preto, pardo ou branco em uma sociedade escravista. No Recenseamento, especificaram-se os escravos de origem brasileira, sendo então 2.764 africanos e 11.604 brasileiros, em sua maioria provenientes da província de Minas Gerais, fato que, conforme visto anteriormente, reforça a tese de reprodução natural nas Minas oitocentistas. Para Jonis Freire,

Algumas pesquisas sobre a Província Mineira apontaram evidências de processos de reprodução natural entre os cativos, o que teria sido importante dentro do escravismo mesmo em períodos adversos, devido ao tráfico interprovincial e ao fim do comércio atlântico de escravos. Sugerem, também, que, após a sua extinção, essa população se encontrava plenamente reprodutiva, desmistificando a afirmação de que o aumento geral da população cativa só foi garantido, no seu conjunto, com altas taxas de imigração forçada.¹³⁶

¹³⁶ FREIRE, *Escravidão e família escrava...* p.26.

A maior parte desses escravos estava concentrada na cidade de Juiz de Fora, trabalhando ao ganho, alugados ou em ofícios especializados, comprovando a mobilidade dos mesmos nas ruas da cidade. Transitavam durante o dia ou à noite exercendo suas atividades e participando ativamente do crescimento urbano visto em fins do século XIX.

O crescimento urbano atraiu para Juiz de Fora um contingente significativo de homens livres, somados aos cativos absorvidos pela produção cafeeira, conferindo ao município um significativo aumento populacional. A década de 1870 traz os primeiros investimentos importantes no setor industrial e comercial. Entre 1870 e 1877 “há um crescimento de 50.98% no número de estabelecimentos comerciais no município, que salta de 153 no primeiro ano para 231 no segundo. Em 1875 a Estrada de Ferro Pedro II atinge o município, consolidando sua posição de polo urbano regional.”¹³⁷

Juiz de Fora então se expandia rapidamente, tanto na infraestrutura, como no quesito populacional. Segundo Cleyton Souza Barros, em 1870, “a cidade ganhou outras melhorias com a instalação de um telégrafo, da imprensa, de um fórum de justiça, de um banco”¹³⁸, se firmando como o principal centro urbano e comercial da Zona da Mata mineira, atraindo o interesse de investidores em diferentes áreas. De acordo com Paulino de Oliveira, nesse período, segundo uma relação enviada ao Governo da Província, existiam em Juiz de Fora,

[...] 190 estabelecimentos industriais e comerciais, a saber: casas de negócio, 107; mascates e fazendas, 13; mascate de jóias, 4; oficinas de marceneiros, 2; oficinas de ferreiro, 7; fábrica de cerveja, 1; olarias, 6; carnicheiros, 2; sapateiros, 2; fábrica de fogos, 2; farmácias, 5; funileiros, 2; alfaiates, 2; barbeiros, 2; padarias, 2; charuteiros, 2; hotéis, 8; fábricas de carroças, 3; fábrica de chapéus de sol, 1; casa de lavar chapéus, 1; relojoeiros, 3; cambistas, 2; livreiro, 1; seleiros, 3; ourives, 1; bilhares, 1; casa bancária, 1; alcolchoeiro, 1.¹³⁹

A cidade, nesse período, se tornou um atrativo importante para a população na Zona da Mata, com características que proporcionaram um efetivo desenvolvimento industrial. A rodovia União e Indústria e a estrada de ferro Dom Pedro II facilitavam o escoamento da produção agrícola e cafeeira desenvolvida na cidade, fomentando a acumulação de capitais, e despontava para um mercado urbano em potencial, tanto para o consumo como para a mão de obra utilizada na

¹³⁷ PIRES, *Capital agrário...* p. 120.

¹³⁸ BARROS, Cleyton Souza. Eletricidade como elemento de modernização em Juiz de Fora (1889 – 1915). *HEERA. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 3, Nº5, jul-dez, 2008, p. 3.

¹³⁹ OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora...* p. 103.

indústria.¹⁴⁰ Diante disso, Juiz de Fora se tornaria a cidade mais importante da província modificando as relações sociais e de poder existentes.

O centro industrial formado na cidade se organizou financeiramente com capitais provenientes dos setores agrários, tendo o café como produto principal. Outros componentes também podem ser destacados como facilitadores do progresso industrial de Juiz de Fora. Dentre eles podemos destacar a sua localização privilegiada entre os principais centros urbanos do sudeste brasileiro: São Paulo, Rio de Janeiro e Ouro Preto; e o fato que desde 1889, a cidade abrigava a sede do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e a Companhia Mineira de Eletricidade, fornecedora de energia elétrica utilizada na iluminação pública e em inúmeras indústrias da cidade. Para Rita Almico,

O crescimento industrial de Juiz de Fora e sua constituição mostraram-se como indissociáveis da estrutura e da dinâmica da economia agroexportadora regional. Este crescimento industrial tem seu capital originado direta ou indiretamente no seu núcleo principal, ou seja, a acumulação do capital cafeeiro realizada na região. Essa acumulação vai implicar na diversificação setorial da economia agroexportadora, principalmente no setor urbano.¹⁴¹

A chegada da energia elétrica foi elemento fundamental para Juiz de Fora se inserir nas poucas cidades industrializadas do país. As grandes indústrias que começavam a desabrochar necessitavam de uma força motriz eficiente e barata, diferente das manufaturas desenvolvidas até o final da década de 1880. Neste período, o industrial Bernardo Mascarenhas chega à cidade, trazendo consigo capital e ideias à frente de seu tempo, impulsionando o setor industrial local. Através de suas viagens à Europa, reuniu o conhecimento necessário para fundar, juntamente com seus irmãos, uma tecelagem em Sete Lagoas, Minas Gerais. O desejo de trazer a tecelagem para Juiz de Fora surgiu a partir da facilidade no transporte e na mão de obra que ali encontrou, além de suas pretensões com relação à queda d'água que existia próxima à cidade, que mais tarde seria a Usina de Marmelos.

Bernardo Mascarenhas então realiza diferentes empreendimentos sob a forma de sociedade anônima, como a Companhia Construtora Mineira, responsável pela construção de prédios residenciais e industriais, inclusive sua tecelagem. Em 1888 inaugura sua indústria, a Tecelagem

¹⁴⁰ MIRANDA, *Cidade, Capital e Poder...* p. 100.

¹⁴¹ ALMICO, *Fortunas em movimento...* p. 50.

Bernardo Mascarenhas, em um local privilegiado; se encontrava próximo às colônias alemãs, à estação ferroviária, a dois cursos d'água e da fonte de energia necessária para tal empreendimento.

Por anos a questão da instalação da energia elétrica na cidade foi levada aos discursos dos vereadores na Câmara Municipal, a partir de diferentes propostas e sistemas de iluminação. Iluminadas por lampiões a querosene e posteriormente a gás, a iluminação elétrica foi um marco para a cidade, modernizando-a em todos os setores. Sendo assim, em 1887, Bernardo Mascarenhas enviou à Câmara Municipal a proposta de adotar a iluminação elétrica, reconhecendo a grande vantagem da mesma em relação à iluminação a gás em questão. Nasce então a Companhia Mineira de Eletricidade, dando um passo a frente no setor industrial e urbano da cidade.

A iluminação elétrica mudou significativamente a paisagem urbana. O povo ainda não se sentia familiarizado com aquele tipo de iluminação, por medo de descargas elétricas, mas era inegável o fato de que a eletricidade trouxe inúmeras melhorias para a cidade. Somente através dela foi possível a instalação dos primeiros bondes elétricos a circular no perímetro urbano. A paisagem urbana toma então novos contornos em meados do século XIX,

No meado do oitocentos ganha nítido contorno a paisagem social. As aldeias viraram cidades, crescidas com casario e jardins. O café fortaleceu a lavoura, e o trem facilitaria o contato com o progresso litorâneo. Chega a informação pelo telégrafo e correio, atualizando a gente interessada nas coisas. [...] a linha férrea estendeu-se por diferentes caminhos. A folha da capital diária trazia as novas. Aparece a imprensa. Escolas e grupos deram início à atividade de instrução. Irradia-se o ensino. Parte de Juiz de Fora e Leopoldina. [...] A vida desenvolve-se de forma idêntica em inúmeras comunidades das antigas Áreas Proibidas.¹⁴²

Diante de uma cidade em ascensão, acompanhada pelo crescimento industrial e urbano, questionamos o alto índice de fugas publicadas no jornal. Embora houvesse o aumento das manumissões no período em questão, fins do século XIX muitos escravos ainda fugiam, o que nos faz levantar a hipótese de que o cativo não lhes fornecia alternativas para uma negociação. Acompanhado ao crescente aumento populacional e do dinamismo que acompanhava a cidade de Juiz de Fora em fins do XIX, estão os escravos fugitivos, anunciados em grande quantidade nas páginas do periódico *Pharol*, na coluna “Anúncios”, em letras menores, mas não menos importantes que as demais mercadorias anunciadas. Eram tidos como bens semoventes, como uma mercadoria

¹⁴² MERCADANTE, *Os sertões de leste...* p. 120.

perdida que deveria ser recuperada a todo custo. Os proprietários ofereciam recompensas significativas em troca de informações precisas ou pela captura desses escravos.

A relação senhor/escravo possivelmente se pautava em conflitos e a fuga neste sentido poderia representar um total rompimento desta relação. Os escravos domésticos ou especializados geralmente tinham uma maior proximidade com seus senhores e era esperado que servissem aos mesmos tendo em troca alguma benesse, mas esses escravos permeavam os anúncios de fuga do *Pharol*. Mediante o perfil populacional de Juiz de Fora em 1872, buscamos compreender onde estavam inseridos esses escravos, quais suas principais atividades, para traçar parte do perfil dos mesmos e quais estratégias utilizavam nas fugas.

No próximo capítulo, trataremos parte do perfil escravo e as estratégias que utilizavam nas fugas que empreendiam, ou mesmo para manterem-se vivos e recobrar parte do que foi arrancado de suas vidas no intenso comércio de braços no decorrer do século XIX. Para tal, analisaremos dois importantes periódicos oitocentistas da Mata mineira, denominados *O Leopoldinense*, impresso na freguesia de Leopoldina e o *Pharol*, impresso na freguesia de Juiz de Fora, levando em consideração o fato de ambas as freguesias possuírem o maior contingente de escravos da Zona da Mata mineira no século XIX.

Tomaremos como pano de fundo, trabalhos que discursam a respeito do viver escravo no cativeiro, das tensões que se encontravam presentes em seu cotidiano, bem como as possibilidades que os mesmos encontraram mediante um cenário caótico e sem perspectivas futuras. Esses fatos ocasionariam a rebeldia ou a fuga de muitos deles. Partimos do princípio de que, por um lado, a vida nas grandes fazendas cafeeiras na Zona da Mata possibilitou certa estabilização no cativeiro, onde o escravo, de certa forma conseguia manter vivas suas tradições e os laços familiares.

[...] a família escrava seria fundamental ao funcionamento da escravidão, e o medo da dissolução de seus laços teria instaurado a “paz das senzalas”. Todavia, alguns conflitos ocorriam nelas, devido a tensões étnicas- entre africanos e entre africanos e crioulos- e às disputas pelo “mercado” matrimonial, que os escravos mais velhos teriam dominado, pela obtenção das mulheres mais jovens e férteis.¹⁴³

Por outro lado, a concentração social da posse de cativos fez com que a escravidão perdesse a legitimidade, aumentando as tensões entre senhores e escravos. Os escravos das propriedades menores passaram a conviver com a hipótese permanente de serem vendidos a qualquer momento. O medo permanente da separação entre os membros da família levaram muitos

¹⁴³ FREIRE, *Escravidão e família escrava...* p. 21.

escravos a cometerem crimes violentos e a tentar o suicídio. A ameaça da venda funcionou ainda como mais um elemento de dominação por parte senhorial.¹⁴⁴ Percebemos que apesar da dominação e constante repressão no qual estavam submetidos, os escravos forjaram estratégias cotidianas na busca por liberdade, ainda que não obtivessem sucesso em tal empreendimento.

¹⁴⁴ GUIMARÃES, *Violência entre parceiros de cativoiro...* p. 54.

CAPÍTULO 2- O ESCRAVO NAS PÁGINAS DO JORNAL *O LEOPOLDINENSE*

2.1- O surgimento da Imprensa no Brasil e em Minas Gerais: breves apontamentos

Podemos definir o jornal como sendo fruto da convergência de diversos fatores históricos, como o surgimento dos correios, da tipografia e do livro. O jornalismo transforma a realidade em relatos, sendo peça fundamental no registro de acontecimentos conferindo-lhe função histórica na sociedade. Possui um caráter de testemunho, pois seu registro atravessa décadas ou séculos e pode ser resgatado a partir do trabalho de historiadores e pesquisadores. Segundo Rodrigo Fialho Silva, no século XIX, a função do jornal não é apenas noticiar e informar, era, sobretudo “civilizar” seus leitores, no sentido de lhe inserir doutrinas filosóficas e políticas através de seus lançamentos semanais.

Nesse período nota-se que boa parte dos editores voltava a temática de seus editoriais a um ideal civilizatório. Antes do aparecimento da imprensa em Minas, os jornais vinham da corte e até mesmo do interior trazendo suas notícias, suas pretensões políticas e econômicas. Para Rodrigo Fialho, o jornal “seria o responsável somente por reproduzir os fatos nas páginas impressas como artifício propagador das ideias de uma minoria, a Imprensa foi reflexo daqueles que detinham o poder econômico e político, o que lhes facilitaria o acesso ao mundo das letras”¹⁴⁵.

Até a chegada da Família Real ao Brasil, era proibida toda e qualquer atividade impressa-jornais ou livros. A Imprensa Nacional nasceu em 13 de maio de 1808, por um decreto do príncipe regente D. João, sob o nome de Impressão Régia. Nesse período, os jornais já emergiam em várias partes do mundo, principalmente na Europa. No início do século XIX, os jornais se tornaram o principal veículo de divulgação de informações e, a 10 de setembro de 1808, surgiu o primeiro jornal impresso no Brasil, chamado “A Gazeta do Rio de Janeiro”, fundado por Frei Tibúrcio José da Rocha, sendo editado sob a censura prévia. Os jornais no século XIX eram de caráter doutrinário, onde as notícias veiculadas tinham o intuito de moldar a opinião do povo em favor da Família Real.

A imprensa, mesmo que oficial, se fazia presente na Corte desde 1808, através da publicação e circulação da Gazeta do Rio de Janeiro e, em Londres, do Correio Braziliense. A partir desta data, o Rio de Janeiro se configura, para a região Centro-Sul, como referência política e cultural, onde as relações políticas e

¹⁴⁵ SILVA, Rodrigo Fialho. O tom e o traço: apontamentos historiográficos sobre a imprensa no Brasil e em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, *Escritas*, vol. 7, n. 1, 2015, ISSN 2238 – 7188, p. 19.

econômicas são discutidas, estabelecidas, negociadas e acordadas. Torna-se também a principal referência cultural na América Portuguesa.¹⁴⁶

Alguns meses antes, em 01 de julho de 1808, Hipólito José da Costa lançou o “Correio Braziliense”, impresso em Londres e trazido ao Brasil clandestinamente. Sua função tinha caráter ideológico, que para Hipólito deveria evidenciar os defeitos administrativos do Brasil. Este jornal defendia ideias liberais como o fim da escravidão negra. Estes pioneiros na imprensa nacional despontaram para muitos outros jornais que viriam a surgir nos séculos seguintes. Através dos jornais, historicamente, o povo reivindicava, mesmo que de forma indireta, por seus direitos.

Os jornais na capital do Rio de Janeiro surgiam aos montes, após o decreto sobre liberdade de imprensa¹⁴⁷ que encorajou os jornalistas a propagarem suas ideias sem o medo de repressões do governo como nos primeiros periódicos lançados no país. Era significativo o número de periódicos que se espalhavam de norte a sul do país, que contribuíam em grande parte para a mobilização de uma opinião pública no país¹⁴⁸.

A princípio, a disseminação dos periódicos por Minas Gerais não foi efetivada de forma rápida. De acordo com Rodrigo Fialho, o correio era mais regular nas áreas mais centrais da Província, sendo efetuadas as entregas através de sua principal linha que era Ouro Preto- Rio de Janeiro, o que demorava alguns dias. O transporte dos jornais era feito a cavalo e a pé, dependendo do estado no qual se encontrava as estradas. As mulas também eram muito utilizadas, sendo conhecidas como cargueiros. Ao chegar às províncias soltava-se “fogos” para avisar a população que o periódico havia chegado, para que as pessoas pudessem pegar no ponto de entrega. Certamente esse trabalho desde a impressão do periódico até a sua chegada às mãos do leitor era muito demorado, fazendo com que as notícias chegassem atrasadas até o assinante. Diante desses percalços, percebeu-se então a necessidade da criação de uma tipografia na capital mineira, que facilitasse o processo, evitando toda a demora nas entregas ao destinatário. Sendo assim,

[...] buscou-se refazer os itinerários por onde as notícias ziguezagueavam, na tentativa de perceber a existência de uma dinâmica no que diz respeito à

¹⁴⁶ SILVA, Rodrigo Fialho. Antes do Compilador Mineiro: caminhos das notícias e ensaios impressos em Minas Gerais no contexto político da Independência (1821-1822). In: SILVA, Rodrigo Fialho (org.). *Do texto ao contexto: História, Literatura e Educação*- Barbacena, MG: EdUEMG, 2015, p. 14.

¹⁴⁷ A primeira lei de imprensa no Brasil se deu através de um decreto do Governo Imperial, de 22 de novembro de 1823, que deliberava a liberdade de imprensa, de ideias e opiniões favoráveis ao Governo. Para ver o decreto na íntegra: disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-22-11-1823.htm. Acesso em: 17/06/2020.

¹⁴⁸ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa. Atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

comunicação e suas ramificações a partir do Rio de Janeiro, com destino a Minas Gerais e vice-versa. Da mesma forma, fontes inéditas, como o abaixo-assinado do Arraial do Tejuco, apontam para uma preocupação eminente em se estabelecer uma tipografia na capital mineira para então se criarem os periódicos, sinônimos de civilização naquele tempo. As tensões políticas suscitadas no contexto da Independência foram significativas para uma embrionária história da tipografia e das impressões em Minas antes do aparecimento do primeiro periódico.¹⁴⁹

Seguindo este caminho em meio a muitos percalços, surge a tipografia “Patrícia Barbosa e Cia”, sob a direção do Padre José Joaquim Viegas de Menezes, que ficou pronta no final de 1821, ano em que foi concedida a liberdade de imprensa no Brasil. Porém, a tipografia só passou a funcionar a partir do mês de abril de 1822, data da licença conferida pelo governo para seu funcionamento.¹⁵⁰ Observa-se também que neste mesmo intervalo de tempo, dois meses antes, surge outra tipografia na capital denominada “provincial”, de cunho oficial e financiada pelas autoridades, prestava serviços ao governo e ao público, distribuindo notícias do príncipe regente e a família Imperial.

A visita de D. Pedro I a Minas se deu no intuito de selar o apoio dos mineiros à causa da Independência, ainda que houvesse resistência por parte do governador Manuel de Portugal e Castro em constituir um novo governo, buscando apoio de autoridades pertencentes ao Antigo Regime para que a estrutura política vigente na província não fosse alterada. O imperador durante sua visita a Minas utilizou da imprensa para propagar suas ideias ao povo. Ordenou então que a tipografia “provincial” imprimisse um documento com o objetivo de selar compromisso político com a província. Sendo assim, a tipografia repassava à população a imagem e os ideais de D. Pedro I pretendidas no contexto da Independência. Durante o governo Pedrino, os redatores dos periódicos se ocupavam em discutir o tema “constituição” e seu papel na construção do Estado e da Nação em seus jornais.

Ao analisar periódicos nesse período, podemos observar que os redatores se posicionavam frente a questões políticas e os trâmites que envolviam as eleições e outros assuntos que interessavam as elites mineiras. Os jornais mineiros no século XIX tinham como princípio básico veicular ideias no intuito de educar o povo dentro dos padrões civilizatórios da Europa. O que se dizia informalmente nas praças e bares, agora tinha um espaço adequado para a propagação de seus aspectos culturais, políticos e econômicos.

¹⁴⁹ SILVA, *Antes do Compilador Mineiro...* p. 29.

¹⁵⁰ SILVA, *O tom e o traço...* p.22.

Em Minas constituiu-se uma elite política também peculiar, em que se destacavam magistrados, fazendeiros, comerciantes, padres e professores. Ou ainda, e com maior precisão, comerciantes, proprietários de terras e escravos, magistrados proprietários, padres proprietários, proprietários comerciantes, padres advogados e padres professores, numa elite em que se salientavam a heterogeneidade e a imbricação de funções. Uma elite que tinha ligações com a propriedade e a escravidão [...] e que manifestou-se na opção pelo liberalismo moderados, numa opção que cremos orgânica àquela sociedade, interpretando e moldando, a um só tempo, a sociedade civil mineira.¹⁵¹

O primeiro periódico mineiro de que se tem notícia surgiu em Vila Rica, atual Ouro Preto, em 13 de outubro de 1823, sob o título de *O Compilador Mineiro*, sendo o Padre José Joaquim Viegas de Menezes, o responsável por sua produção. O periódico era publicado duas vezes por semana, as quartas e as sextas feiras. Com apenas vinte e nove edições, o impresso teve curta duração e em 09 de janeiro de 1824 foi distribuída sua última edição. Seu conteúdo trazia notícias estrangeiras, bem como artigos extraídos de outros periódicos do país. Foi uma maneira de inserir a população na vida pública. No jornal havia a possibilidade de se denunciar os maus tratos contra os empregados, como também um espaço para a disseminação de ideias. Na visão de Jairo Faria Mendes, a imprensa brasileira passava por maus momentos. Jornais foram fechados e jornalistas perseguidos. A imprensa nas Gerais nasceu após a Independência e sofria também com essas perseguições, porém, como os primeiros periódicos eram moderados, não foram grandes alvos.¹⁵²

Com o fim do periódico *O Compilador Mineiro*, surge a 12 de janeiro de 1824 o *Abelha do Itacolumy*, periódico de caráter conservador, que circulava toda segunda, quarta e sexta feira, tendo sido editado na mesma tipografia do *Compilador*, a Patrícia de Barboza e Cia. O conteúdo do jornal possuía um caráter mais conservador do que o *Compilador*. Para Rodrigo Fialho, “Chama-nos a atenção o significativo número de portarias e decretos publicados pelo periódico. Tais iniciativas atribuem, aparentemente um tom oficial.”¹⁵³

O redator do periódico justificou esses artigos oficiais como sendo necessários para a divulgação das leis que eram desconhecidas para a população e que eles deveriam estar cientes da legislação que vigorava em seu país. Em 1825, o *Abelha do Itacolumy* chegou ao fim após a venda da tipografia onde era impresso.

¹⁵¹ SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In: *História e Imprensa: representações culturais e políticas de poder/* Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, Marco Morel, Tania Maria Bessone da C. Ferreira (organiz.)-Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 40.

¹⁵² MENDES, Jairo Faria. *Memória dos jornais mineiros do século XIX: revisão crítica das fontes historiográficas*. Novo Hamburgo, RS, 2005.

¹⁵³ SILVA, Rodrigo Fialho. Disfarces públicos e desafetos privados: a cultura política do anonimato na imprensa mineira oitocentista (1823-1831). *Mal-Estar e Sociedade* - Ano VI - n. 11 - Barbacena - julho/dezembro 2013, p. 91.

Em 18 de julho de 1825, entrou em circulação o jornal *O Universal*, liberal moderado, que foi veiculado em um período de aproximadamente dezessete anos, sendo a folha mineira mais importante da época.¹⁵⁴ Seu redator principal era o político Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este jornal tinha como tema principal atos governamentais, leis, decretos, editais e anúncios de escravos fugidos que também permeavam suas páginas. Cabe ressaltar que o jornal *O Universal* foi um dos primeiros jornais mineiros a tratar a fuga de escravos como parte de seus anúncios de vendas, assim como as mercadorias oferecidas às pessoas. A descrição que utilizavam para publicar esses anúncios eram bastante depreciativas, associando-os a animais, demonstrando características bastante preconceituosas e estereotipadas.

Além da tipografia Patrícia de Barboza e Cia, foram construídas duas outras oficinas gráficas nos anos 1820, sendo responsáveis pela impressão de outros jornais mineiros. Uma delas foi instalada no Arraial do Tejuco, atual Diamantina, que imprimiu o *Echo do Serro*, o primeiro da região. Outra tipografia foi montada no Arraial do Itambé, próximo ao Tejuco, de onde saiu o *Liberal do Serro*.

Minas foi surpreendentemente fértil na produção de jornais durante o Primeiro Reinado. Além dos já mencionados, *O telegrapho*, extremamente conservador e que polemizou com a imprensa liberal e circulou até 1839, foram importantes *O precursor das Eleições*, primeiro jornal apolítico; *O Novo Argos* (1829) e o *Astro de Minas* (1827), de São João Del Rei, que seguiram a mesma linha moderada de *O Universal*; e *O Amigo da Verdade* (1829), conservador.¹⁵⁵

Muitos jornais foram impressos na província de Minas Gerais no decorrer do século XIX e a Zona da Mata também se inseriu na arte impressa, a partir de 1870. Os periódicos passam a se concentrar na região e na nova capital da província, Belo Horizonte (criada em 12 de dezembro de 1897, com o nome Cidade de Minas). Acompanhando o avanço da imprensa, surge em Juiz de Fora o *Pharol* na década de 1870, vigorando até 1933, ano em que encerra suas atividades. Cabe salientar que o *Pharol* não era o único periódico a circular Juiz de Fora no período. Havia outros que tiveram uma duração curta, como, *O Imparcial*, *Comercial*, *O Paraibuna*, *Gazeta de Juiz de Fora*.¹⁵⁶ Em Leopoldina é criado o periódico *O Leopoldinense* em 1879, onde circulou até 1900.

¹⁵⁴ MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: Da Era Colonial à Regência (1500-1840)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 336.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 336.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Almir. *A imprensa em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1981, p.28.

2.2- O jornal *O Leopoldinense* no século XIX

Imagem 5: Cabeçalho do jornal *O Leopoldinense* 1881



Fonte: *O Leopoldinense*, ed. 11, 17/02/1881. Disponível em: memoria.bn.br Acesso em 03/06/19.

Com a multiplicação de periódicos e revistas no século XIX, Leopoldina desponta também para o crescimento da arte impressa no país e lança seu primeiro periódico no dia 01 de janeiro de 1879, sob o título de *O Leopoldinense*. Hebdomadário de formato *in-fólio*, foi editado pelo Alferes Francisco da Costa Sobrinho e impresso na tipografia “Costa Sobrinho & C.”, situada à antiga Rua do Rosário, 37 (atual Rua Tiradentes), sendo o primeiro periódico a circular na cidade de Leopoldina e o primeiro a utilizar o nome *O Leopoldinense*. Seu proprietário, o Alferes Francisco da Costa Sobrinho, é o que mais tempo esteve à frente da direção. Importante figura na cidade foi prestador de serviços à pátria e à província de Minas Gerais, atuando como combatente na Guerra do Paraguai sendo referenciado pela Corte e pela Imprensa. Segundo Luiza Helena Moraes Barbosa, em maio de 1882, a sociedade “Costa Sobrinho & C.” foi desfeita, sendo repassada a tipografia ao sócio Francisco da Costa Sobrinho, não modificando em nada a linha editorial e a estrutura do jornal. “A publicação, sob nova administração, continua uma vez por semana, agora com sede à Rua Barão de Cotegipe, nº 10. A gerência e toda a parte administrativa foram atribuídas ao ten. José de Oliveira Martins.”¹⁵⁷

No cabeçalho do jornal *O Leopoldinense* aparecia descrito “Folha Commercial Agrícola e Noticiosa” “Dedicada a causa pública e social”, sendo esse seu objetivo maior perante seus leitores. Trazia em suas páginas diferentes conteúdos como Administração Pública, Agroindústria, Educação, Escravidão, Imigração, Literatura, Poder Judiciário, Política, Religião, Serviços

¹⁵⁷ BARBOSA, Luiza Helena Moraes. *O cotidiano impresso: o folhetim e a crônica nas páginas do jornal O Leopoldinense no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora/CES-JF, Juiz de Fora, 2017, p. 24.

Públicos, Social, Transportes e Variedades. Funcionava como um almanaque onde se encontrava uma coletânea de informações para entretenimento e enriquecimento cultural de seus leitores. Ao ler o periódico oitocentista, nos chama a atenção o significativo número de anúncios de fugas de escravos que ocorriam com frequência na cidade e nas áreas circunvizinhas.

O periódico circulou em um período de efervescência política na cidade de Leopoldina, assim como em todo o país, onde havia discussões a respeito da libertação dos escravos por grande parte da população e dos intelectuais da época. Era tempo de acirradas disputas políticas e um forte apelo literário, sendo bastante influenciado pelas publicações francesas e pelos jornais da Corte. Seguindo estas tendências, o jornal se posicionou na defesa pela libertação e se colocou diversas vezes a favor da substituição da mão de obra escrava por colonos estrangeiros. Isso está explícito no jornal *O Leopoldinense* em seu exemplar de número 50, “Ao processo de eliminação devemos juntar o da substituição. Ao escravo que vai desaparecendo devemos substituir a imigração”.¹⁵⁸ A multiplicação de jornais e revistas no século XIX, era um dos meios utilizados para que a sociedade se comunicasse, expressasse suas opiniões e serviam também para anunciar produtos a venda ou negócios em geral.

A circulação dos periódicos não se restringia às pessoas letradas. A leitura pública auxiliava na disseminação das notícias e boa parte da população, mesmo analfabeta, poderia estar a par dos acontecimentos que movimentavam a cidade de Leopoldina e região. Os assinantes do periódico eram seus principais financiadores e pagavam uma assinatura mensal pelos exemplares. Outra fonte importante de financiamento era a administração municipal, demonstrada pelos folhetos informativos que compunham as colunas do periódico. Havia também a participação ativa da Igreja Católica, através dos anúncios de batismos, casamentos ou notas falecimento dos habitantes.

Os textos, no periódico, são pautados na vida cotidiana das pessoas e são elaborados mediante a vivência da população leopoldinense. A literatura também tinha seu espaço nos periódicos através dos contos, folhetins e poesias, que na maioria das vezes se apresentava em capítulos, assim como as novelas, prendendo o leitor aos acontecimentos que continuariam nos próximos exemplares. Esses elementos, carregados de sentimentos, típicos do romantismo no século XIX, traziam a valorização dos elementos femininos, dando enfoque “à figura da mulher e sua fragilidade, obediência e resignação por meio do romance- folhetim”.¹⁵⁹

No campo da agroindústria, o jornal tratava notícias que envolviam o café, principal atividade agrícola no período, como também a produção de leite e seus derivados, dentre outras

¹⁵⁸ *O Leopoldinense*, 07/07/1881, Ed.50, p.01.

¹⁵⁹ BARBOSA, *O cotidiano impresso...* p. 64.

atividades econômicas como o cultivo de grãos como o arroz, o milho e a soja. A administração pública tinha como pauta avisos sobre recolhimento de tributos, disponibilizando listas de votantes, alistamento militar e atas da Câmara. A educação se fazia presente na forma de anúncios de escolas regulares, públicas e particulares, bem como cursos noturnos oferecidos e anúncios de livros à venda. A escravidão, tema principal da nossa investigação, era retratada sob a forma de anúncios de escravos fugidos ou venda dos mesmos. Brigas, furtos, suicídios ou assassinatos eram recorrentes nas colunas do noticiário.

Eram também descritos artigos sobre o descumprimento das leis impostas aos escravos e em 1888, em razão da abolição, eles foram desaparecendo do jornal, dando espaço aos imigrantes que chegavam à hospedaria Horta Barbosa na cidade de Juiz de Fora. Os imigrantes substituiriam a mão de obra escrava e os jornais traziam em suas páginas, orientações para contratação e recepção desses colonos.

O poder judiciário se apresentava através das convocações para júri, notícias sobre julgamentos e a prisão de meliantes. No campo político, havia a propaganda política, bem como comentários enaltecendo ou acusando os líderes políticos da cidade de Leopoldina. Na maioria dos jornais, essas acusações eram feitas de forma anônima, no intuito de evitar possíveis desavenças entre o redator e a classe política. Os autores utilizavam pseudônimos para se expressar diante de diversos problemas que ocorriam na cidade. Segundo Rodrigo Fialho,

Ao utilizarem seus pseudônimos, os correspondentes, que procediam de várias camadas sociais e profissão, deixavam transparecer suas predileções políticas. Numa visão de conjunto, os anônimos mantinham as discussões semanais dos periódicos e podem ser entendidos como um dos elementos substanciais e estratégicos para a manutenção, circulação e venda dos periódicos.¹⁶⁰

O anonimato permitia aos autores se expressarem politicamente ou denunciarem os problemas da época, sem uma exposição iminente, embora muitos dos que estavam envolvidos na vida política sabiam quem estava por trás das “máscaras”. O anonimato permitia aos jornalistas, que também eram políticos, na maioria das vezes, dizer na imprensa o que não se podia dizer na Câmara ou no Senado, acabando por representar seus interesses perante os leitores, criando um convencimento quanto às palavras ali escritas.¹⁶¹

¹⁶⁰ SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)*. Tese de Doutorado em História. UERJ \ Rio de Janeiro, 2011, p. 112.

¹⁶¹ SILVA, *Disfarces públicos e desafetos...* p. 115.

No *Leopoldinense*, não havia regularidade quanto ao tema publicado em suas colunas, fator comum nos periódicos do mesmo período. O jornal teve importante participação na vida cultural de seus leitores. “Era a primeira folha que aparecia na vasta região percorrida pela estrada de ferro Leopoldina.”¹⁶² De acordo com notas publicadas pela redação, o perfil jornalístico da folha ia de encontro aos interesses partidários, em uma época em que “desfralda-se arrogante uma audaciosa bandeira da corrupção”.¹⁶³

Definindo-se como liberal, o jornal era vendido para os assinantes com pagamento adiantado, sendo publicadas cobranças das mensalidades em todos os exemplares semanais. Leopoldina assiste ao avanço da imprensa em Minas na segunda metade do século XIX e o jornal *O Leopoldinense* busca acompanhar as principais tendências da Província. Dentre os diferentes temas abordados no periódico, trabalharemos com a sessão *Anúncios*, onde se encontram as fugas de escravos, um dos objetos a serem analisados no presente trabalho.

¹⁶² *O Leopoldinense*, ed. 29, 1883, p. 5.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 5, c. 1.

2.3- Escravidão e resistência escrava: apontamentos iniciais

Ao debruçarmos sobre o complexo universo escravista, antes de tudo é importante que se compreenda o papel do escravo, como indivíduo ativo capaz de adaptar-se ou mesmo modificar o ambiente no qual vive, resistindo à dominação imposta por seus senhores. A fuga, nesse sentido, se revela como uma das formas de resistência escrava comum na sociedade escravista.

A coisificação do escravo esteve presente na historiografia acerca do assunto até poucas décadas atrás. Dessa forma, o escravo “teria sido passivo frente à dominação dos senhores, só o deixando de ser quando lutando de maneira clara contra a instituição escravista: morrendo, fugindo ou se organizando em quilombos ou mocambos”.¹⁶⁴ Essa concepção, alimentava uma historiografia que ressaltava a violência e os castigos severos como principais marcas do regime escravista.

Nesta visão estereotipada, os escravos teriam sua vida moldada apenas pelos desejos de seus senhores não restando alternativas para desenvolver relações afetivas duradouras, laços de parentesco ou mesmo não poderiam manifestar sua cultura, tradições e crenças em seu cotidiano. Eram vistos como promíscuos e obedientes a seus senhores. No entanto, diferentes fontes históricas vieram à tona quebrando esses estereótipos e possibilitando observações mais precisas acerca do cotidiano escravo e suas relações com seus senhores ou seus companheiros de cativeiro, seja através do batismo ou pelos casamentos.

A década de 1980 trouxe novas possibilidades na reconstituição do viver escravo no Brasil. Autores como Robert Slenes, Stuart Schwartz, Sylvia Lara, Sidney Chalhoub¹⁶⁵, dentre outros, trouxeram em seus trabalhos a figura do escravo como agente ativo, capaz de reagir à dominação que seus senhores lhes impunham. Estes escravos, mesmo que de forma limitada, buscavam formas de manter seus laços familiares, forjando mecanismos de sobrevivência na busca da tão sonhada liberdade.

A concepção de escravidão na visão destes autores era pautada na resistência escrava diante da violência imposta pelo sistema. Quando algum direito era negado ou o castigo era demasiado cruel, uma das estratégias que o escravo utilizava era a fuga. O principal aspecto da fuga nesse sentido é a não aceitação do domínio do senhor, mostrando que o escravo já não é um ser passivo, mas capaz de reagir quando coagido. Este fator revela que na relação entre senhor e escravo, existia a capacidade de os escravos conquistarem espaços de autonomia ao transformar concessões, ainda que pequenas, em direitos.

¹⁶⁴ FARIA, *A colônia em movimento...* p. 290.

¹⁶⁵ Cf. Slenes (1988); Schwartz (1988); Lara (1988); Chalhoub (1989).

Muitos escravos viviam em um ambiente inóspito, onde muitas vezes não tinham condições decentes de vida e eram constantemente submetidos aos castigos severos. Muitos deles, porém, não se acomodaram diante deste quadro e resistiram de diferentes maneiras. Buscavam assim, obter ganhos pessoais, mesmo que pequenos e que significariam a obtenção de alguma autonomia no sistema escravista, que de acordo com Sidney Chalhoub (1990):

Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isto ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão- e lutavam então para alargar, quiçá transformar este campo de possibilidades.¹⁶⁶

A fuga então poderia ser uma forma de negociação por um cativo mais justo, por obtenção de recursos ou benesses, como um pedaço de terra para plantar, folgas semanais ou mesmo o direito de constituir família. Esses direitos só seriam garantidos se houvesse consentimento por parte do senhor e o interesse em concedê-los. Porém, “por mais que os senhores pretendessem controlar a vida de seus escravos, raramente conseguiam. Apesar de todos os limites, os escravos conseguiam formas de conduzir, ainda que de maneira insatisfatória, suas vidas”¹⁶⁷. E corroborando com Liana Maria Reis (1995):

Seja por qual motivo fosse, a fuga sinalizava para o cativo a possibilidade de construção de uma nova vida e mesmo a constituição de um núcleo familiar, ainda que juridicamente o fugitivo permanecesse escravo, correndo o risco de ser reconhecido e preso a qualquer momento.¹⁶⁸

Uma das obras de destaque na revisão historiográfica da escravidão, no qual tomaremos como pano de fundo para o presente trabalho é *Visões da Liberdade* do autor Sidney Chalhoub. O autor enfatiza o viver escravo e o insere num mundo de estratégias de sobrevivência, com vistas à liberdade. Este trabalho é de grande relevância para a compreensão de que o escravo não se limitava à dura jornada de trabalho e aos recorrentes castigos. Na visão de Sheila de Castro Faria,

¹⁶⁶ CHALHOUB, *Visões da liberdade...* p. 52.

¹⁶⁷ AMANTINO, Marcia. A escravidão em Cataguases e os cativos da família Vieira, in: *Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade/* Jorge Prata de Sousa e Rômulo Garcia de Andrade (orgs.). Rio de Janeiro: Apicuri, 2012, p. 36.

¹⁶⁸ REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias no cotidiano escravista mineiro. *Cadernos De História*, Belo Horizonte, v.1, nº1, out.1995, p. 18.

O que era ser escravo? Difícil responder. Após esta nova historiografia, entretanto, sabe-se que não era trabalhar, comer e dormir acorrentado a grilhões silenciosos. Em termos figurativos, é a ponta de um véu que, já levantada, deixa entrever uma comunidade não fechada em si mesma, que em seu dia-a-dia trabalhava, comia, amava, odiava, convivia intimamente com os livres, comercializava, andava por caminhos e ruas, conversava, tramava, etc. Vivia, em suma. Mas vivia escrava! E este dado é fundamental.¹⁶⁹

Nesse sentido, o escravo forjava meios para conduzir suas vidas. Apesar de viverem a escravidão, não se faziam meros objetos nas mãos de seus senhores. Tinham lógicas individuais ou coletivas em resposta ao cativo e dentro do que lhes foi possível, criaram situações que lhes permitiam compor sua identidade mesmo que à revelia de seus senhores. De acordo com Sidney Chalhoub, a maior parte dos escravos tentou buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades que havia dentro da própria escravidão; “longe de serem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam”.¹⁷⁰

Os comportamentos individuais não são mecanismos determinados: eles refletem o uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo de possíveis, trabalhando para a identificação de processos e não da simples descrição de formas.¹⁷¹

Dentre essas estratégias utilizadas está a constituição de famílias. Nos estudos recentes, a historiografia trouxe ênfase à família escrava, que antes era considerada inexistente, devido à promiscuidade e anomia que eram associadas a eles. Acreditava-se que era impossível tecer relações duradouras frente à violência e opressão que a escravidão pressupunha. No entanto, a partir de 1970, através de pesquisas de cunho demográfico, a família escrava foi reconhecida como instituição importante.

Robert W. Slenes, em seu livro *Na senzala, uma flor*, discute a existência da família escrava nas senzalas. Para o autor, se não houvesse relações afetivas entre os escravos, não haveria amor, nem esperança, nem recordações. Ele discute a família escrava à luz da cultura africana, mas suas conclusões e métodos vão muito além do proposto, quando argumenta que tradições africanas fundamentaram identidades e solidariedades que marcaram a luta de classes no Sudeste escravista. E para Jonis Freire,

¹⁶⁹ FARIA, *A colônia em movimento...* p. 291.

¹⁷⁰ CHALHOUB, *Visões da liberdade...* p. 252.

¹⁷¹ ROSENTAL, Paul André. Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998, 159-163.

O casamento, o acesso a trabalhos qualificados e a formação de famílias constituíam parte importante das estratégias empregadas pelos escravos, em sua busca pela liberdade (alforria). Tais estratégias permitem conhecer a quem os cativos destinaram seus esforços para conquistar esse “sonho de liberdade”: pais, mães ou filhos.¹⁷²

Para Jorge Prata de Sousa, “a família cativa era um mecanismo de que serviam os senhores para manter controlada sua escravaria, ou seja, a existência de uma família impedia, ou pelo menos dificultava a fuga e a rebeldia.”¹⁷³ Segundo Sheila de Castro Faria¹⁷⁴, aos escravos interessava o casamento, mas sempre dependiam do consentimento de seus senhores. Estes impunham diversos mecanismos de controle aos seus escravos, como os castigos físicos, o trabalho exaustivo e péssimas condições de vida, fatores estes que iriam culminar nas fugas de muitos deles.

A família, por um lado era um artifício senhorial de controle, mas era também uma forma de o escravo manter viva sua identidade, seus laços culturais. Eram estratégias de sobrevivência, onde uma família representaria a humanidade que lhes faltava no sistema escravista brutal e degradante. Para Manolo Florentino, a família escrava operava como um “forte mecanismo de estabilização social”¹⁷⁵, criando vínculos através de seus filhos.

Outra autora de papel importante nesta revisão historiográfica é Sílvia Hunold Lara. Para a autora, os castigos físicos eram aceitáveis tanto para a sociedade colonial, como para os próprios escravos e que até certo ponto era visto como algo natural.¹⁷⁶ Havia uma leitura diferente das funções do castigo por parte dos senhores, dos escravos, da Igreja e da Coroa e muito foi falado a respeito dos excessos envolvidos na sua prática.

Para os negros, o significado da liberdade foi forjado na experiência do cativo; e, sem dúvida, um dos aspectos mais traumáticos da escravidão era a constante compra e venda de seres humanos. [...] Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativo justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos

¹⁷² FREIRE, *Escravidão e família escrava...* p. 24.

¹⁷³ SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (orgs). *Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade*. Apicuri, Rio de Janeiro, 2012, p. 27.

¹⁷⁴ Ver: FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁷⁵ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (século XVI – XIX). *Análise Social*, 203, XLVII (2º), 2012, 236 – 267.

¹⁷⁶ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.72.

estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda.¹⁷⁷

Seja para dominar, educar ou ordenar o trabalho, a prática do castigo físico se associava à consensualidade do regime escravista. Embora sofressem os constantes castigos, esta relação era pautada também pela negociação entre as partes. As concessões cedidas aos escravos eram essenciais para a preservação do regime. Dessa forma, o direito de ter folgas semanais, descanso em dias santos e um pedaço de terra para cultivo próprio foram aceitos pelos senhores.¹⁷⁸ Para Elione Silva Guimarães,

[...] não foi incomum, no período escravista e nos primeiros anos após a abolição, que os libertos tivessem acesso à terra, fosse por compra ou herança, por meio de usufruto ou propriedade. Muitas vezes, essas terras foram legadas por ex-senhores e, grosso modo, constituíam-se em pequenas propriedades agrárias, não raro em meio a terras pró-indivisas.¹⁷⁹

Uma parte significativa da história foi revelada pelas vozes daqueles que antes eram vistos apenas como ferramentas de trabalho. No entanto, essa expansão conceitual da resistência acabou tornando-a muitas vezes sem sentido, pois todo ato do cativo poderia ser entendido como tal. Para a historiografia tradicional, a humanidade do escravo se manifestava em ações violentas como os assassinatos e insurreições ou mesmo as fugas ou os enfrentamentos com os senhores e as forças de repressão. Dessa forma, a formação de quilombos e as grandes revoltas foram as formas mais célebres de resistência.¹⁸⁰

As diferentes formas de resistência devem ser compreendidas a partir da experiência do cativo. Os diferentes sistemas escravistas existentes na América desencadearam formas também diversas de resistência. Nas grandes áreas de plantation marcadas pelo desequilíbrio entre brancos e negros, predomínio dos africanos nas escravarias, poucas alforrias, onde a liberdade tornava-se mais difícil pela via legal da alforria, as fugas e as revoltas representaram a melhor opção.

¹⁷⁷ CHALHOUB, *Visões da liberdade...* p. 27.

¹⁷⁸ Jacob Goreneder define o cultivo de roças pelos escravos como uma “brecha camponesa”, referindo-se a estas concessões cedidas pelos senhores como uma negociação entre as partes. Para mais ver: GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 71.

¹⁷⁹ GUIMARÃES, Elione Silva. . Terra de pretos na Fazenda da Tapera (Juiz de Fora-MG). In: Jorge Prata de Souza; Rômulo Garcia de Andrade. (Org.). *Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade*. 1 ed. Rio de Janeiro: APICURI, 2012, v. 1, p. 45-73, p. 48.

¹⁸⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos – CEBRAP*, n.º.74, São Paulo, Mar. 2006.

[...] os grupos escravos, na busca de forjar espaços de autonomia econômica, social e cultural, interagiram com o regime de trabalho a que estavam submetidos, respondendo às diferentes conjunturas com a acomodação e resistência, moldando, em última análise, o sistema escravista que procurava reduzi-los a meros instrumentos de produção das riquezas coloniais.¹⁸¹

Uma forma de o escravo conseguir sua tão sonhada liberdade era a alforria, comuns em fins do século XIX. A concessão da alforria era parte de um processo dentro da vida escrava. Ele sabia que poderia conquistá-la, mas para tal era necessário obediência e submissão ao seu senhor. Dessa maneira, os bons serviços prestados no cativo eram reconhecidos e recompensados. No entanto, muitos senhores concediam a liberdade com a condição de fidelidade por parte dos escravos mesmo após libertos, como prova do acordo moral entre as partes.

“Ex-escravos de ofício, de boa conduta e econômicos, conseguiram comprar do senhor sua alforria, preceito legal que lhes devolveu a liberdade e lhes atribuiu o estatuto de cidadãos”¹⁸². No entanto, cabe acrescentar uma ressalva quanto ao termo “cidadão” proposto por Debret. O escravo alforriado, liberto, coartado, embora fosse legalmente livre, continuava às margens da sociedade, sem muitas chances de poder viver de maneira íntegra como as outras pessoas, sem poder usufruir de seus direitos como cidadãos. O pecúlio, obtido através de serviços extras pelos escravos, possibilitava a compra da alforria, através da negociação com seus senhores. A alforria poderia também ser obtida como forma de gratidão do senhor aos bons serviços prestados, em testamento, no leito de sua morte.

Seria injusto não acrescentar que é de costume generoso no Brasil entre gente rica, conceder por testamento, e a título de recompensa, a liberdade a certo número de seus escravos dos dois sexos, ato de caridade infinitamente vantajoso para os negros de um senhor que morre na flor da idade, e cujas disposições liberais estendem-se por vezes até a doação de uma quantia de dinheiro ou a constituição de uma pequena pensão vitalícia.¹⁸³

¹⁸¹ MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira De História*, SP, v.8, n°16, p.143-160, 1988, p. 146.

¹⁸² Observação feita pelo viajante Jean Baptiste Debret e, sua viagem ao Rio de Janeiro, quando observou a rotina dos escravos na Corte. Ver: DEBRET, Jean Baptiste. *Rio de Janeiro, cidade mestiça: nascimento da imagem de uma nação/* ilustrações e comentários de Jean Baptiste Debret; textos Luiz Felipe de Alencastro, Serge Gruzinski e Tierno Monénembo; reunidos e apresentados por Patrick Straumann; tradução de Rosa Freire D’Aguiar.- São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 16.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 74.

O índice de alforrias que vigorou em Minas durante o século XVIII e XIX esteve ligado às redes de solidariedade que se formavam nas posses. Muitas foram as estratégias utilizadas para que o escravo obtivesse a alforria. Aqueles que possuíam família, mesmo depois de libertos poderiam continuar a servir a seu senhor, agora com a condição de ex-escravos. Funcionava como uma perpetuação do sistema escravista, uma vez que esses escravos muitas vezes não tinham destino certo após libertos, ou mesmo não queriam deixar suas famílias à mercê do cativo.

A passagem da condição de cativo para a de liberto foi motivo de variados estratagemas, ora solitárias, ora familiares, que os escravos elaboravam, utilizando-se de suas experiências, seus conhecimentos e sua astúcia no embate cotidiano pela obtenção do sonho de liberdade, comprando, ganhando, negociando e brigando.¹⁸⁴

Outra forma de alforria vista em muitas igrejas, era a chamada alforria de pia, quando a criança era alforriada no ato do batismo, na pia batismal. Na Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Leopoldina encontramos quatro alforrias de pia batismal, no qual três delas eram de crianças pardas. Surge-nos uma indagação: estas crianças teriam sido alforriadas pelo fato de serem filhas de seus senhores? Nos registros não há especificação do porquê destas alforrias. Designa-se nos registros apenas que o senhor “desistiu dos serviços do ingênuo”¹⁸⁵. Tarcísio Botelho e Douglas Libby atentam para o fato de que os proprietários tendessem a ser mais generosos com os filhos nascidos livres.¹⁸⁶ Esta seria uma possível explicação para este fato, tendo em vista que o apreço destes senhores por suas escravas permitiria que se tornasse livre o recém-nascido, mas não assumindo publicamente a paternidade, menos ainda o concubinato com uma escrava.

Apesar de poucas alforrias terem sido concedidas, podemos supor que haveria algum laço entre a mãe e seu senhor, ainda que a alforria tivesse sido concedida por gratidão aos serviços prestados ou mesmo se a criança fosse filha deste senhor. A ascensão social era um fator muito visado entre a população escrava, sendo obtida por vezes no apadrinhamento. Silvia Maria Jardim Brügger define o compadrio como uma “aliança para cima”, onde os padrinhos se encontravam provavelmente em patamares superiores ao das famílias dos batizados.¹⁸⁷ Esse laço que se iniciaria a partir do apadrinhamento poderia trazer benefícios sociais aos afilhados ou aos pais, portanto, ter uma pessoa de prestígio como padrinho poderia ser uma possível ajuda nas condições de vida do

¹⁸⁴ FREIRE, *Escravidão e família escrava...* p. 326.

¹⁸⁵ Registros de Batismo de escravos, Paróquia Nossa Senhora do Rosário 1884-1888, Livro 04A.

¹⁸⁶ LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R.. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, Belo Horizonte, v.31, p.69-96, 2004.

¹⁸⁷ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*, São Paulo: Annablume, 2007.

afilhado e sua família. A proteção que se esperava de um padrinho era o desejo de qualquer escravo, ou mesmo de livres pobres que esperavam obter ajuda seja financeira, ou espiritual. Essa proteção e os laços de solidariedade poderiam muitas vezes auxiliar os escravos fugitivos, quando recebiam auxílio dos mesmos para se esconderem.

Essa solidariedade que o escravo encontrava nas pessoas livres lhes permitia a obtenção de benesses, que para Michel Bertrand é uma estrutura construída pela existência de laços ou relações entre diversos indivíduos. Essa rede de relações permitiria a circulação de bens ou serviços, seja material ou imaterial.¹⁸⁸ E ainda, o “mundo dos homens livres e mundo dos escravos opõem-se, mas estão também em estreita dependência um do outro. Ser escravo no Brasil é buscar a superação das contradições entre esses dois mundos e, ao mesmo tempo, das tensões no grupo dos escravos.”¹⁸⁹

Em 1872 criou-se o fundo de emancipação, um estatuto imperial destinado à libertação dos escravos. Este fundo nutria-se de taxas pagas pelos senhores sobre os escravos que possuíam e davam prioridade aos casados, seguindo-se os têm filhos nascidos livres (isto é, nascidos após 1871), depois os que têm filhos menores de oito anos, casais cujos filhos tenham sido alforriados e ainda não chegavam aos vinte e um anos. Seguem-se os casais cujos filhos menores permanecem escravos, as mães de filhos menores e finalmente os casais sem filhos.¹⁹⁰

Leopoldina seguia essa prática de manumissão pelo fundo de emancipação, conforme descreveu o Presidente da Província Sr. Dr. Antônio Gonçalves Chaves em relatório enviado à Assembleia Legislativa Provincial, no qual, em 1885 foram libertados 3.560 escravos.

O governo tem ligado o maior interesse possível ao serviço da manumissão. Procurando melhorar a classificação e libertação desses escravos e evitar abusos e irregularidades que burlaram completamente tão útil providência [...] estabelecendo regras bem claras que deverão servir de norma às autoridades incubidas do serviço.¹⁹¹

O escravo em fins do século XIX, mediante diferentes debates acerca da abolição da escravidão e em meio a tantas adversidades, encontrou meios de conquistar sua liberdade. Porém, ao aprofundarmos nas páginas dos jornais *O Leopoldinense* e o *Pharol*, nos deparamos com inúmeros anúncios de fugas, vendas, assassinatos, suicídios e revoltas escravas. A seguir,

¹⁸⁸ BERTRAND, Michel. De la familia a la rede de sociabilidad. In: *Revista Mexicana de Sociologia*, nº2, vol. 61, 1999.

¹⁸⁹ MATTOSO, *Ser escravo no Brasil...* p. 123.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 127.

¹⁹¹ Falla que o exmo, Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 24ª Legislatura em 01/08/1885, p. 68. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171>. Acesso em: 18/06/2019.

apresentaremos os anúncios de fugas no jornal *O Leopoldinense*, no intuito de conhecermos melhor o perfil do escravo que estampava esta coluna nos jornais.

2.4 – As fugas de escravos nos anúncios do jornal

Crioulos ou ladinos, homens e mulheres, jovens e velhos, de todos os ofícios e de todas as origens, alimentam a crônica diária dos “escravos em fuga” dos jornais brasileiros. Fogem do senhor da cidade e do dono da fazenda. [...] Fogem das piores condições, sem se darem conta de que sinais particulares distintivos [...] permitiam fácil recaptura.¹⁹²

Há algumas décadas, os anúncios de jornal têm sido tomados como objeto de análise, principalmente quando se pretende apreender parte do cotidiano de determinada época. Gilberto Freyre, em seu trabalho pioneiro a respeito desses anúncios de fugas de escravos no século XIX, busca delinear suas características físicas, bem como seus costumes. Em seu estudo, Freyre levantou anúncios de fugas, prisões e venda de escravos publicados no jornal *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, no período de 1825 e 1888. No entanto, o autor não se preocupou em analisar qual a motivação para as fugas nessas localidades, como também não se preocupou em quantificar esses anúncios e esboçar um perfil dos fujões. No entanto, por ser um estudo pioneiro, é de grande valia para a historiografia acerca da escravidão no país. Para o autor, é possível se compreender a sociedade escravocrata oitocentista pela franqueza com que se descreviam os negros fugidos nos anúncios:

A linguagem dos anúncios de negros fugidos, esta é franca, exata e às vezes crua. Linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutas nas minúcias. Sem retoques nem panos mornos. [...] Explica-se o forte elemento de honestidade que caracteriza esses anúncios: quem tinha seu escravo fugido e queria encontrá-lo precisava dar traços e sinais exatos. [...] Fosse o anunciante embelezar a figura do fujão que era capaz de ficar sem ele para toda a vida.¹⁹³

É dessa forma que observamos nos anúncios dos jornais. Percebemos que através das descrições feitas pelos senhores, pela riqueza dos detalhes, é possível traçar parte do perfil ou mesmo parte do cotidiano dos escravos nas Minas oitocentistas. Sobre essas pistas e sinais que encontramos nos documentos, Sidney Chalhoub diz que são “detalhes que funcionam como chaves para uma rede de significados por vezes inacessíveis a outros métodos”¹⁹⁴. E para Manolo

¹⁹² MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Ed. Brasiliense; Tradução James Amado, SP, 2003., p. 153.

¹⁹³ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.63.

¹⁹⁴ CHALHOUB, *Visões da liberdade...* p. 20.

Florentino e José Roberto Góes “o passado nem sempre deixa marcas muito claras, mesmo se atentamente observado,”¹⁹⁵ o que nos deixa clara a importância de filtrar todos os rastros que os jornais nos proporcionam.

Os escravos fugidos permeiam por diferentes fontes, seja em boletins policiais, seja em testamentos e inventários *post-mortem*, ou no noticiário local, através dos anúncios de fugas no jornal. Nas colunas de notícias do jornal, o escravo é mencionado quando comete crimes, ou quando é autor de furtos, rebeliões ou assassinatos. Quando comete atentados aos seus senhores ou feitores, quando empreende uma fuga violenta ou quando foge de uma escolta.

Na noite de 2 para 3 do corrente, foi assassinado com tiro de espingarda, por um de seus escravos, o importante fazendeiro da estação do Pomba, José Martins. Achava-se este sentado em sua sala, quando um de seus escravos entrou, e tirando a espingarda desfechou-lhe o tiro. O escravo acha-se preso na cidade de Ubá.¹⁹⁶

Uma forma que os senhores encontraram para a captura dos escravos era a publicação de anúncios nos jornais. Esses anúncios de escravos fugidos ou à venda eram comuns em muitos jornais do século XIX. Os senhores descreviam as características físicas e os costumes de seus escravos, no intuito de serem identificados e encontrados com maior facilidade. Eram oferecidas consideráveis recompensas em dinheiro a quem os encontrasse ou trouxesse informações válidas a respeito de seu paradeiro. E para Gilberto Freyre, “se havia os coiteiros de negros, os que apadrinhavam escravos por simples ternura humana, havia também quem vivesse de olhos arregalados para os anúncios, onde se prometiam gratificações generosas pela captura dos negros fugidos.”¹⁹⁷

Mesmo em uma época onde não havia as mídias digitais que trazem as notícias rapidamente, era utilizado um recurso riquíssimo em informações como o jornal, onde permitia que se negociasse qualquer coisa que convinha à população. A intenção com o anúncio de escravos fugidos no jornal representava o interesse do proprietário em recapturar seu bem evadido e, como incentivo, ofereciam recompensas em dinheiro a quem encontrasse seu escravo. Através de uma imagem altamente estereotipada, os escravos figuravam a página de anúncios de compra e venda dos jornais.

¹⁹⁵ FLORENTINO, GÓES, *A paz das senzalas...* p.178.

¹⁹⁶ *O Leopoldinense*, 1882, ed. 66, p.2, c. 3.

¹⁹⁷ FREYRE, *O escravo nos anúncios de jornal...* p. 70.

Em uma análise de alguns estudos que trataram das fugas de escravos, percebemos que os autores limitaram-se a apresentar as características dos escravos fugitivos, não se preocupando por vezes em discutir o contexto escravista em questão. Destacam as características mais comuns dos escravos e das fugas, como o predomínio de jovens e as fugas solitárias.

As pesquisas no geral diferem quanto à origem dos evadidos ou sua etnia. Flávio dos Santos Gomes, ao analisar as fugas de escravos na Corte, atenta para o fato de que a maioria absoluta dos escravos fugidos anunciados nos jornais da corte entre 1809 e 1826 eram africanos.¹⁹⁸ Para a mesma localidade, quase no mesmo período, Mary Karash aponta que, na década de 1830, 80% dos fugitivos eram africanos com menos de 24 anos.¹⁹⁹ Já no Norte do país, entre 1838 e 1864, apenas um quarto dos fugitivos era africano.²⁰⁰ Em Minas Gerais, partindo dos anúncios de escravos fugitivos, verificou-se certo equilíbrio entre africanos e crioulos no mesmo período. Conforme constatou Marcia Amantino, metade dos escravos fugitivos anunciados entre 1825 e 1832 no periódico *O Universal* eram africanos.²⁰¹ Nestes diferentes padrões de fuga, os autores se preocuparam em constatar as características da economia escravista local que definiriam seus aspectos principais como a capacidade de reprodução endógena dos escravos, o acesso ao tráfico de africanos, as condições de trabalho exaustivas, as más condições alimentares que ocasionariam doenças e defeitos físicos, o desequilíbrio entre os sexos e as possibilidades do escravo constituir família.

Para Stuart Schwartz, “os escravos eram uma força de trabalho, e os trabalhos forçados prestados a outros orientavam praticamente todos os aspectos de sua situação. Discutir a vida dos escravos sem reconhecer essa realidade é um exercício de fantasia etnográfica”.²⁰² Para o historiador americano, o trabalho funciona como uma troca entre senhores e cativos, por meio dos quais realizaram uma série de negociações que poderiam abrir certo espaço para os escravos, ou quando negados, poderiam acarretar em atos de resistência como as fugas.

Diante deste quadro, nos deparamos com diferentes questionamentos acerca do viver escravo, como: Quem eram os escravos que fugiam? Qual seria sua motivação para a fuga? O que elas significavam em uma sociedade escravista, cujo período já se notava ideias abolicionistas?

¹⁹⁸ GOMES, Flávio dos Santos. Produzindo a liberdade: fugitivos e identidades no Rio de Janeiro. In _____, *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: Ed. UFP, 2003, pp.45-50

¹⁹⁹ KARASCH, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro...* pp.401-402.

²⁰⁰ REIS, SILVA, *Negociação e Conflito...* p.77.

²⁰¹ AMANTINO, Marcia. *Os escravos fugitivos em Minas Gerais...* p.62.

²⁰² SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes/* Stuart Schwartz; trad. Jussara Simões.- Bauru, SP: Edusc, 2001, p. 223.

Trabalhamos com os anos finais da escravidão, período no qual a mesma já vinha sendo contestada em outros países há algumas décadas, como nos Estados Unidos, onde foi abolida em 1863 pelo presidente Abraham Lincoln. No Brasil, a escravidão perdurou até fins do século XIX, com a assinatura da Lei Áurea a 13 de maio de 1888. Em Minas Gerais no período estudado, o sistema escravista caracterizou-se pela produção mercantil de abastecimento com grande parcela de pequenos senhores que possuíam até cinco cativos, conforme salienta Douglas Libby.²⁰³ Diante desse quadro buscamos ao longo do trabalho responder alguns desses questionamentos, ou mesmo traçar um esboço do que poderia ter sido o viver escravo nas freguesias em questão.

No tocante à forma de reprodução nas escravarias, pesquisas sugeriram que, em Minas Gerais, a reprodução interna esteve presente, especialmente após o fim do tráfico internacional, como forma de substituição da mão de obra escrava.²⁰⁴ Nesse sentido, o grande número de pardos, crioulos, cabras e fulas que caracterizam a região neste período, sinalizam que os laços de parentesco e a família escrava estiveram presentes. Diferentes processos como o tráfico de escravos, a mestiçagem e a reprodução interna marcaram o cenário das Minas oitocentistas.

Com a proibição definitiva do tráfico, ao mesmo tempo que o preço dos cativos sofria um aumento generalizado, os senhores brasileiros buscariam prolongar-lhes a vida útil. Assim, o desequilíbrio entre os sexos foi diminuindo. [...] o índice de sobrevivência dos recém-nascidos teria crescido e o tempo de vida útil dos adultos teria aumentado, enquanto também se dilatavam as suas potencialidades auto-reprodutoras. Tais mudanças se traduziriam, por exemplo, na maior incidência de famílias escravas.²⁰⁵

A família funcionava como meio de estabilização social, sendo a organização parental importante para o sistema escravista, tornando a vida no cativo menos injusta. O escravo não necessitava de muito para obter em parte sua paz. “Descanso, comida, um pouco de sossego e, se possível, roçados, alguns dias livres, divertimentos e famílias.”²⁰⁶

O trabalho nas fazendas era constante e para suprir as necessidades da lavoura demandava uma quantidade considerável de mão de obra, predominantemente escrava. Havia diversidade de ocupações no interior das próprias unidades produtivas, como a criação de animais, plantações de

²⁰³ LIBBY, *Transformação e trabalho...* p.98.

²⁰⁴ Jonis Freire parte do princípio que tráfico e reprodução natural se complementam. O tráfico trouxe grande contingente escravo até 1850. Com a proibição, o tráfico interno se tornou uma solução para a reposição de mão de obra escrava e que a geração após o término do tráfico se encontrava altamente produtiva, corroborando com o modelo encontrado por Paiva e Libby.

²⁰⁵ FLORENTINO, GÓES, *A paz das senzalas...* p. 29.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 173.

milho e feijão, além das atividades desenvolvidas na cidade, no qual se empregava uma quantidade significativa de escravos.

De acordo com informações obtidas no Recenseamento Do Império do Brasil de 1872, tanto em Leopoldina como nos seus sete distritos, a maior parte dos trabalhadores, tanto livres como escravos se ocupavam como lavradores, seguidos pela profissão de criados. O fato de os trabalhadores se ocuparem nas lavouras pode significar a importância deste setor para a região. Como já citado anteriormente, Leopoldina se configura como um dos grandes produtores de café em meados do século XIX.

Quanto ao tamanho das posses, buscaremos trazer para Leopoldina o modelo de distritos e freguesias próximas a mesma. Por questão de proximidade, seria provável que acompanhasse o seu perfil econômico e conseqüentemente o perfil das propriedades. Para Santa Rita do Meia Pataca, distrito de Leopoldina no período, Marcia Amantino encontrou pequenas posses com pequenas unidades domésticas que abrigavam famílias ou pequenos grupos de cativos. Segundo a autora, “a região compreendida por Cataguases, Leopoldina e suas adjacências tinha esse padrão de moradia para os escravos.”²⁰⁷

Jonis Freire, ao estudar o distrito de Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, também pertencente à Leopoldina no período, encontrou propriedades de pequeno e médio porte.²⁰⁸ O mesmo padrão foi visto por Vitória Schettini em São Paulo do Muriaé, onde se configurava propriedades pequenas a médias com poucos cativos. “Não existiam na região grandes propriedades baseadas na “plantation”, pelo contrário, havia como característica um número reduzido de escravos e uma extensão de terras de tamanho pequeno a médio, com raras exceções.”²⁰⁹ Também ao estudar São Paulo do Muriaé, Rômulo Andrade constatou que predominavam as propriedades de pequeno porte, assim como a freguesia de Nossa Senhora da Glória, embora a freguesia fosse maior que São Paulo do Muriaé em extensão territorial. Para o autor, as propriedades concentravam o maior número de escravos, maior quantidade de pés de café e de terras. Diante deste quadro, buscaremos analisar os atores principais, que movimentavam a economia na região, que se ocupavam de todo o trabalho pesado e que eram peça fundamental para a consolidação do sistema escravista em questão. Dessa forma, é neste contexto demarcado por pequenas ou médias posses e por um setor agroexportador escravista com expressivas posses de cativos, que propomos analisar as possibilidades de resistência escrava através das fugas e estratégias que utilizavam.

²⁰⁷ AMANTINO, *A escravidão em Cataguases...* p. 36.

²⁰⁸ FREIRE, *Batismo e compadrio...*p. 22.

²⁰⁹ ANDRADE, *Batismo e apadrinhamento ...* p. 42.

A tabela 2 traz os principais locais de fuga descritos pelos proprietários nos anúncios do jornal *O Leopoldinense* no período de 1881 a 1883. Os anúncios têm como referência a freguesia de Leopoldina e distritos, bem como cidades vizinhas e algumas pertencentes à província do Rio de Janeiro.

Tabela 3 – Local de fuga dos escravos 1881-1883

Local	Nº de fugas	%
Leopoldina	81	64,28
Boa Vista da Capivara	2	1,58
Santa Rita da Meia Pataca	2	1,58
Conceição da Boa Vista	4	3,18
Rio Pardo	5	3,97
Laranjal	3	2,40
Mar de Espanha	2	1,58
Madre de Deus do Angu	9	7,15
Sant'Anna do Pirapetinga	2	1,58
Distritos Fluminenses	7	5,55
Porto Novo do Cunha	4	3,17
Outras freguesias	3	2,40
Não mencionadas	2	1,58
Total	126	100

Fonte: *O Leopoldinense*, 1881-1883.

Os anúncios de fugas analisados neste capítulo foram extraídos do periódico *O Leopoldinense*, da freguesia de Leopoldina. Das 157 edições consultadas, no período de 1876 a 1888, foram encontradas 126 fugas, sendo 64,28% delas provenientes de fazendas localizadas na própria freguesia. As outras fugas foram em distritos e freguesias vizinhas a Leopoldina. Apenas em dois anúncios o proprietário não mencionou o local na descrição. As 126 fugas perfazem uma média de 30 a 50 fugas por ano, sendo 1881 o ano onde mais escravos fugiram, totalizando 53, e em maior quantidade no mês de agosto. À medida que se passaram os anos o número de fugas foi

decrecendo, o que nos sugere um maior número de emancipações no local, conforme visto no relatório do Presidente de Província.²¹⁰

Esses 126 escravos fugidos correspondem a 0,82% do total de escravos da freguesia. No entanto, havia os senhores que provavelmente não anunciavam as fugas ou mesmo que aguardavam o regresso dos escravos após escapadelas curtas, como citam Manolo Florentino e Marcia Amantino, ao estudar a formação de quilombos na América. Para a Ilha de St. Croix nas Antilhas, os autores constataram que o percentual de fugas temporárias era significativamente superior às fugas definitivas.²¹¹

Localizados geralmente na última página, na coluna “Anúncios”, onde se encontrava uma variedade de produtos e serviços ofertados, estavam ali detalhados os escravos fujões, com descrição muitas vezes pejorativa. Tais anúncios trazem as principais informações que permitem elaborar uma caracterização do escravo fugido, tais como cor, sexo, origem (africano, pardo, crioulo ou fula), idade e, em alguns anúncios, o ofício do escravo, as marcas corporais que se caracterizavam por cicatrizes provenientes de doenças ou castigos físicos, ou mesmo marcas tribais; se ele fugiu sozinho ou acompanhado e, no caso dos africanos, se eram ladinos ou boçais. Estas informações nos revelam indícios de aspectos cotidianos, das relações de trabalho ou mesmo relações afetivas.

Imagem 6- Anúncio de fuga de escravos 1881



Fonte: O Leopoldinense, 01/09/1881, Ed.64.

²¹⁰ Falla que o exmo, Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 24ª Legislatura em 01/08/1885, p. 68. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171>. Acesso em: 18/06/2019.

²¹¹ FLORENTINO, AMANTINO, *Fugas, quilombos e fujões...* p. 240.

Em periódicos e jornais publicados por um período mais longo, seriado, os anúncios de fuga podem fornecer pistas para uma análise estatística. Acreditamos que esta seja a fonte mais significativa para o estudo dos escravos fujões, por fornecer detalhes dos mesmos, como um retrato falado. Dessa maneira, tomamos como base documental o periódico *O Leopoldinense*, analisando todos os anúncios de fugas de escravos e o noticiário que se referia a eles, no período de 1876 a 1888, totalizando 157 edições analisadas, com 126 fugas.

Os proprietários de escravos pagavam para publicar seu anúncio no intuito de capturá-los mais facilmente, pois os jornais circulavam ao mesmo tempo em várias localidades e, “permitiam que as pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos”.²¹² Esse importante veículo informativo e histórico, fonte para o desenvolvimento da pesquisa, por meio dos inúmeros anúncios encontrados, permitem traçar parte do cotidiano escravo na freguesia de Leopoldina, bem como em outras localidades.

Buscamos analisar nesses anúncios informações que nos permitem traçar um perfil desses escravos fugidos, tais como sexo, origem (africano, crioulo, cabra, fula, pardo), idade, ofício, marcas corporais, se fugiu sozinho ou acompanhado, entre outras pistas que os senhores forneceram ao publicar os anúncios. Buscamos informações pontuais que permitem compreender parte de seu cotidiano, das relações de trabalho e das estratégias empregadas por eles para não serem capturados.

Muitas são as estratégias utilizadas pelos escravos ao empreender a fuga, como os objetos e roupas que levavam, o “inculcar-se” por liberto ou forro, ou possíveis destinos que seguiriam. Dessa maneira, buscamos neste capítulo explicitar as peculiaridades desses escravos que fugiram em Leopoldina e que foram anunciados no periódico *O Leopoldinense*. Cabe ressaltar, que as características observadas foram registradas através da ótica de seus senhores e tinham o objetivo de capturar seu escravo evadido a todo custo. Sendo assim, a visão dos senhores e seus interesses constituem a forma como esses escravos fugidos eram representados.

Para Gilberto Freyre, “por algum tempo, chegavam esses anúncios a ocupar dois terços e até metade da parte ineditorial dos diários. Sem comparação - a parte mais humana e mais viva dos mesmos diários.”²¹³ No periódico *O Leopoldinense*, eles ocupavam a última página, na seção “Anúncios”, escrito em letras menores que o restante das páginas. Na seção onde se anunciava a venda de livros, remédios, variedades; onde se ofertava ensino ou mesmo onde se vendia pessoas (havia anúncios de vendas ou aluguel de escravos nesta seção), como uma prestação de serviços.

²¹² BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.19.

²¹³ FREYRE, *O escravo nos anúncios de jornais...* p. 50.

Os anúncios de fuga se mostravam como uma referência à escravidão nas páginas do jornal. Assim como outros jornais moderados, não se falava abertamente a favor do fim da escravidão, mas se posicionavam a favor da substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes alemães.

Lilia Schwarcz, ao analisar jornais paulistas, traçou uma tipologia para os escravos noticiados, transformando sua imagem em um consenso para a sociedade. Ela encontrou cativos violentos que agrediam ou assassinavam seu senhor, feitor ou outro companheiro de cativeiro; o negro que não aceitava ser vendido e viver com outro proprietário; os feiticeiros charlatões que faziam mandingas; e o negro suicida ou com morte mal explicada.²¹⁴

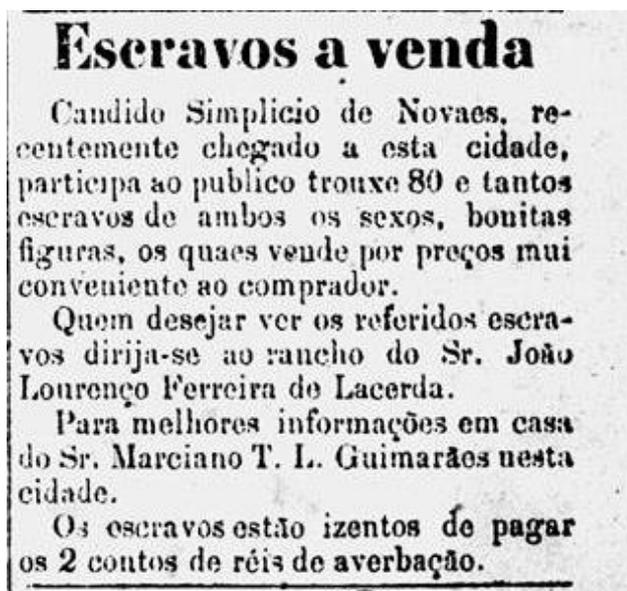
Em transações como aluguel e venda, as descrições eram as melhores possíveis e destacava-se sua beleza ou o fato de serem escravos “sem vícios”. Nos anúncios de fugas eram explicitados os defeitos físicos ou marcas corporais que permitiriam a identificação do escravo e os defeitos de caráter relatados pelo senhor. Eram também descritos como indivíduos de boa figura, sem grandes defeitos físicos e destacavam também a especialização quando possuíam; sua autonomia e a esperteza eram ressaltadas. Havia os escravos que tinham as descrições vagas e pouco precisas quanto à idade, altura, cor da pele e outros atributos, até mesmo o nome alguns deixavam de citar.

Desapareceu da fazenda do abaixo assinado, em 13 de março de 1875, pardo escuro, alto, cheio do corpo, rosto redondo, dentes apodrecidos, cabelo encarapinhado, não tem barba, fala um pouco descansado, pés bem feitos, o dedo de um dos pés é mais curto que o outro por ter sofrido um golpe, é ferreiro e tem arreado tropa e é bom broqueiro de pedra, sabe ler e escrever, tem servido de copeiro e cozinheiro, já esteve como servente no seminário do Caraça [...].²¹⁵

²¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.120.

²¹⁵ *O Leopoldinense*, 19/05/1881, ed.40, p.3.

Imagem 7- Escrava à venda 1881



O Leopoldinense, 12/05/1881, ed.34, p.4, c.3.

[...] os senhores escolhiam para seu serviço pessoal os escravos mais próximos do modelo branco, os nascidos no Brasil, por vezes na própria família do proprietário, nela nascidos e educados, os criados [...] Quando se trata de vendê-los, os senhores não economizam elogios às suas qualidades e os periódicos os descrevem em seus anúncios como indivíduos estimáveis e capazes. [...] sempre debaixo do olho do senhor, sempre controlado e vigiado. Para que possa esperar subir na escada social e finalmente obter sua liberdade, o escravo doméstico, mais que qualquer outro, deve praticar a obediência, a humanidade e a fidelidade, virtudes cardeais do “bom escravo” nos termos em que o senhor o modela.²¹⁶

Muitos senhores se preocupavam em dar informações detalhadas acerca do escravo fugitivo, explicitando cor da pele, nome, idade, defeitos físicos, costumes como o escravo Felipe “preto, nariz chato, cambota das pernas, [...] quando anda as junetas dos pés estalam constantemente. [...] tem um sinal de ferida em ambas as pernas, uma quase sã e a outra bem viva”²¹⁷ ou o escravo Mariano “carpinteiro, alto, magro, fula, boca grande, nariz chato, com sinal de feridas nas pernas e falta de um dedo no pé, tem boa prosa e dá-se por forro.”²¹⁸ Muitos são os anúncios que possuem detalhes importantes como esses, revelando que talvez houvesse certa proximidade entre senhor e escravo, para que ele conhecesse essas características pessoais. Os detalhes descritos nos anúncios possibilitariam a identificação dos mesmos pela população. E para Gilberto Freyre:

²¹⁶ MATTOSO, *Ser escravo no Brasil...* p. 111.

²¹⁷ *O Leopoldinense*, 12/05/1881, ed.34, p.4, c.3

²¹⁸ *O Leopoldinense*, 22/07/1883, ed.32, p.4, c.4.

Explica-se o forte elemento de honestidade que caracteriza esses anúncios: quem tinha seu escravo fugido e queria encontrá-lo precisava dar traços e sinais exatos. [...] Os joelhos grossos ou “metidos para dentro”. As pernas finas ou arqueadas. As cabeças puxadas para trás ou achatadas de lado. A sapiranga. Os olhos encarnados dos cachaceiros. A boca troncha dos cachimbeiros. Nada de cores falsas. Fosse o anunciante embelezar a figura do fujão que era capaz de ficar sem ele para toda a vida.²¹⁹

Outra característica importante na identificação dos escravos eram as marcas de castigo, acidentes ou doenças. Nos anúncios analisados, encontramos 11 anúncios que diziam ser cicatrizes provenientes de cortes, acidentes ou coices de cavalo. Outros 22 onde se declarava sinais decorrentes de doenças como bexiga²²⁰, panarício ou queimaduras. Alguns senhores mencionaram sinais de castigo e uso de objetos de tortura como as pêgas, utilizadas para corrigir o escravo fugitivo ou indisciplinado. Nesses casos, talvez o castigo tenha sido demasiado severo, provocando a fuga dos escravos, como Leão, que “fugiu levando apenas a roupa do corpo e chapéu de palha”²²¹, e talvez, em um ato desesperado tenha fugido por medo de castigos mais cruéis e recorrentes.

Além desses exemplos, há muitos aleijões, com membros amputados, falta de dedos nos pés ou nas mãos, pernas cambetas, dedos encolhidos, mancos. Para Freyre as deformações e marcas corporais recorrentes em anúncios de fuga de escravos eram causadas pelo excesso de trabalho nas lavouras ou nas casas, as condições insalubres das senzalas, a má alimentação dentre outros fatores.²²²

O nome dos escravos foi mencionado em 97% dos anúncios analisados. Para as lacunas, supomos que talvez o senhor acreditasse que o escravo poderia mudar de nome após a fuga para dificultar sua captura, estratégia comum entre os fujões; ou mesmo que esses senhores acreditassem na vigilância da sociedade que denunciava os escravos fujões e vivia de olho nas recompensas oferecidas nos jornais. Dessa forma, contava-se com a vigilância por parte da sociedade, que ao se valer da descrição detalhada do cativo no anúncio de fuga, faziam a captura do fugitivo, tornando esta tarefa mais rápida. Mas as fugas nem sempre eram bem sucedidas. Quando os fugitivos eram apanhados, tinham sua prisão anunciada nos periódicos da cidade. Muitas são as notícias de

²¹⁹ FREYRE, *O escravo nos anúncios de jornais...* p.63.

²²⁰ “Bexiga” era o nome dado à doença hoje conhecida como varíola, que causa manchas na pele, vômito, febre, fadiga intensa. Panarício é uma infecção nas unhas, principalmente das mãos, provenientes de ferimentos, provocando inchaço ou até pus.

²²¹ *O Leopoldinense*, 17/06/1883, ed.26, p.3.

²²² FREYRE, *O escravo nos anúncios de jornais...* p. 61.

escravos presos nas cadeias da cidade após a fuga, aguardando seus senhores reclamarem sua posse. Quando o senhor não reclamava a posse do escravo, este era encaminhado a leilão público.

Acha-se recolhido a cadeia da cidade do Rio Novo, um preto que deu o nome de José. Diz que veio de Tacaratú remetido ao Sr. Evaristo, comissário de escravos do Rio de Janeiro. Supõe-se ser escravo fugido. Tem os seguintes sinais: cheio de corpo, boa estatura, barba e bigode e tem um defeito no olho direito. Traz chapéu de couro e em sua roupa, uma camisa de baeta azul e calça de algodão listrado de Petrópolis com o número 21. Quem ao mesmo se julgar com direito, queira dirigir-se à referida cidade para verificar sua identidade.²²³

Caso o senhor aparecesse para requerer seu escravo, teria que pagar pelos dias no qual este ficou encarcerado. Na volta para a casa, o escravo seria castigado para que servisse de exemplo para os companheiros e que não ousasse empreender novas fugas. Os castigos eram proferidos em casos graves como o furto, a briga, o incitamento às revoltas, a mentira. No entanto, quem definia a gravidade dos casos era o próprio senhor ou mesmo o feitor, que uma vez admitida a ocorrência, executava aos castigos. Eram comuns os instrumentos de tortura como argolas, ganchos, pêgas, correntes. O viajante Jean Baptiste Debret, em viagem ao Rio de Janeiro, citou o “colar de ferro” utilizado pelos fujões:

O colar de ferro é o castigo aplicado ao negro que tem o vício de fugir, assim a patrulha de polícia tem ordem de prender qualquer escravo que o use e seja encontrado de noite zanzando pela cidade, e deve deixá-lo na cadeia até o dia seguinte. Avistado então, o senhor vai buscar seu negro, ou manda que um soldado o conduza até a prisão de correção dos negros²²⁴

A busca por certa autonomia dentro do próprio sistema escravista poderia ser a melhor forma de suportar o cativo. A frustração diante da repressão que viviam poderia levar à fuga, mas havia muitos obstáculos pelo caminho. Um deles era a intensa vigilância da sociedade que funcionava como uma rede de solidariedade com os proprietários, ainda que agissem por interesse na recompensa. Em alguns anúncios aparecia descrito “desconfia-se que foi para os lados de...”. Isso mostra que a notícia da fuga já tinha se espalhado e que o escravo já tinha sido avistado por outras pessoas. Esse comprometimento da sociedade com o escravismo, aliado às informações fornecidas eram fundamentais para desarticular as fugas e podem ter sido inibidores de muitas delas.

²²³ *Pharol*, 26/09/1878, ed. 76, p.2.

²²⁴ DEBRET, *Rio de Janeiro, cidade mestiça...* p. 70.

A maioria das fugas era empreendida por homens sozinhos em idade entre 19 e 30 anos. Das 126 fugas, 92,8% ou 117 eram homens e 7,1% ou 9 eram mulheres. Marcia Amantino também encontrou predominância masculina dos escravos anunciados no jornal *Universal* de Ouro Preto. 83% deles eram homens e 7% mulheres. A autora atribui o baixo índice de mulheres nas fugas ao fato de possuírem laços familiares, evitando as fugas, principalmente aquelas que tinham filhos.²²⁵ As alforrias também contribuíram para este índice, uma vez que as mulheres recebiam mais manumissões do que os homens, logo não necessitariam se arriscar tanto nas fugas.

Para Eduardo França Paiva, as escravas contavam com artifícios que possibilitavam a concessão da alforria, desde atividades econômicas nas vilas, como a venda de quitutes ou prestação de serviços, até favores sexuais a senhores que lhe abriam caminhos para a liberdade.²²⁶ Muitas vezes, as crianças frutos de relações com senhores eram alforriadas nos testamentos, ainda que estes senhores não assumissem a paternidade delas, permanecendo na bastardia.

A idade do escravo foi mencionada em 76% dos anúncios, porém não era uma informação muito precisa, e em grande maioria, diziam de forma aproximada “tinha de 18 a 20 anos mais ou menos”. Quando a idade não foi mencionada, o proprietário substituíria por expressões mais gerais como “moleque”, “rapaz”, “negro”.

Tabela 4 – Faixa etária dos escravos fugidos em Leopoldina 1881-1883.

Idade	Nº de escravos	%
12 a 18 anos	5	3,97
19 a 30 anos	56	44,45
31 a 40 anos	23	18,25
41 a 50 anos	11	8,73
51 a 60 anos	1	0,80
Sem idade mencionada	30	23,80
Total	126	100

Fonte: *O Leopoldinense, 1881-1883*

²²⁵ AMANTINO, *Os escravos fugitivos em Minas Gerais...* p. 62.

²²⁶ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995, p. 108.

Conforme observamos na tabela 3, a maioria dos escravos tinha idade entre 19 a 30 anos. Isso talvez se deva ao fato de ser mais fácil fugir sozinho, sem filhos ou mulher, por não ter laços familiares que o prendam ao cativeiro e ainda pela possibilidade de se defender melhor em caso de captura. De acordo com Robert Slenes, a família escrava era ambígua, por um lado reforçava as relações interpessoais do escravo, mas o mantinha preso à sua situação. O medo de punição contra suas mulheres e filhos poderia desestimular o desejo de contestar contra a repressão. Por outro lado, a família também possibilitava benesses como o acesso a uma parcela de terra para cultivo próprio ou mesmo a liberdade.²²⁷

Em pesquisas sobre fugas, em diferentes localidades, Flávio Gomes encontrou maior número de fugitivos entre 20 e 30 anos.²²⁸ Marcia Amantino identificou maiores fugas entre os escravos de 14 a 30 anos.²²⁹ Em ambas as pesquisas, assim como neste trabalho, os homens eram maioria entre os fugitivos, homens em plena atividade laboral e que teriam provavelmente maiores chances perante o poder de seus senhores.

²²⁷ SLENES, Robert Wayne. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 46.

²²⁸ GOMES, *Produzindo a liberdade...* p. 46.

²²⁹ AMANTINO, *Os escravos fugitivos em Minas Gerais...* p. 62.

Tabela 5 – Qualidade/procedência dos escravos fugidos no *Leopoldinense*

Designativo	Nº de escravos	%
Caboclo aparisado	1	0,80
Cabra	4	3,17
Crioulo	18	14,29
Fula	13	10,31
Preto Retinto	6	4,76
Mulato	6	4,76
Negra	1	0,80
Pardo	15	11,90
Pardo acaboclado	2	1,59
Pardo escuro	6	4,76
Pardo claro	2	1,59
Preto africano	1	0,80
Preto	37	29,36
Sem informação	14	11,11
Total	126	100

Fonte: *O Leopoldinense*, 1881-1883.

A tabela 04 mostra os designativos de cor com o qual os proprietários anunciavam seus escravos fugidos. Observamos um maior número de pretos, totalizando 29,36%, seguido dos crioulos 14,29%, depois pelos pardos 11,9%. Como o local de nascimento desses escravos eram mencionados poucas vezes, não é possível afirmar de onde vinham, porém, é possível pela tabela observar que provavelmente fossem brasileiros, uma vez que definiram como preto africano apenas um dos fugitivos. Os dados aqui obtidos são diferentes dos encontrados por Flávio Gomes²³⁰ no jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, na primeira metade do século XIX. Na Corte, o predomínio era de escravos africanos, totalizando 75% dos anúncios; o que pode ser explicado pela alta no tráfico. Os altos índices de crioulos e pardos encontrados nos anúncios do *Leopoldinense* sugerem a

²³⁰ GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, 1996, p.9.

mestiçagem, clara neste período, onde não há o predomínio do africano nas senzalas, mas a incidência de cabras, fulas, mulatos, evidenciando a reprodução natural que Libby sustenta.²³¹

A fuga era uma alternativa para o escravo mediante a situação que vivia no cativeiro. Nesse sentido, o significativo número de crioulos e pardos fugidos nos traz uma indagação, uma vez que era esperado a eles o acesso mais fácil a benesses senhoriais. Para Marcio Soares, crioulos e pardos recebiam mais alforrias, pois tinham uma situação diferenciada no cativeiro, pois aprendiam as regras de seus senhores mais rapidamente e mediante sua obediência estariam mais aptos a receber a liberdade.²³²

Tabela 6 – Tipo de fuga em Leopoldina 1881-1883

Tipo de fuga	Nº de fugas	%
Sozinho	100	79,37
Acompanhado	26	20,63
Total	126	100

Fonte: *O Leopoldinense* 1881-1883

A maior parte dos escravos fugia sozinho, demonstrando que esta era uma decisão solitária. Entretanto, o cativo poderia evadir da propriedade de seu senhor desacompanhado, mas possivelmente poderia contar com a ajuda de outras pessoas para se esconder ou conseguir seguir outros caminhos rumo à liberdade. Dentre os índices de fuga indicados na tabela 6, 79,37% das fugas se deu por indivíduos sozinhos e apenas 20,63% saíram do cativeiro acompanhados. Marcia Amantino encontrou no *Universal*, 14 cativos que fugiram acompanhados, num total de 65 fugas. Com base na naturalidade dos cativos, a autora percebeu que os africanos fugiram mais com outros escravos próximos, levando-a a crer que as fugas tinham caráter endogâmico.²³³

Havia fugas não individuais no qual o escravo fugia com três ou mais companheiros, que poderiam ter algum parentesco ou que fossem apenas parceiros de cativeiro. As fugas empreendidas por membros de uma mesma família escrava, por escravos casados legalmente ou que mantinham relação consensual, têm sentido especial, pois representava o desejo de viver em liberdade em

²³¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²³² SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 233.

²³³ AMANTINO, *Os escravos fugitivos em Minas Gerais...* p. 63.

companhia da família. Registramos um caso no qual o feitor fugiu com uma escrava. Este anúncio descreve uma fuga na freguesia de Mar de Espanha, no qual a escrava Joanna, uma parda clara, de 32 anos de idade, fugiu com o feitor da fazenda. Ele era natural de Portugal, tinha cabelos e barba ruivos, olhos meio vesgos. Um homem de poucas palavras, que andava sempre de cabeça baixa e tinha o costume de responder sim-senhor ao que lhe perguntavam.²³⁴ Este caso nos leva à hipótese de que ambos talvez mantivessem um relacionamento, pois certamente não fugiriam juntos se não tivessem laços que os unissem, uma vez que a missão do feitor era exatamente evitar as fugas dos escravos, ou puni-los caso necessário.

Os feitores eram intermediários na relação senhor-escravo auxiliando na sua manutenção. Representando a autoridade do senhor, eles eram responsáveis por executar os castigos caso fosse necessário. De acordo com Sílvia Lara, o papel que o feitor exercia no sistema escravista era “uma mediação necessária, porque garantia o exercício da violência, ordenava o trabalho e permitia ao senhor manter-se numa posição relativamente distanciada do excesso da violência”.²³⁵ Sendo muitas vezes bastante severos no castigo, incitavam a revolta por parte dos escravos que acabavam por assassiná-los, como relata o Presidente de Província Sr. Dr. Antônio Gonçalves Chaves, em 1885,

No município do Mar de Espanha apresentaram-se dezesseis escravos do fazendeiro Belchior Dutra de Moraes, confessando haver assassinado o feitor da fazenda, João Francisco da Silva. Do inquérito resultou serem seis os delinquentes, contra os quais instaurara-se processo no júzo municipal, sendo os demais entregues ao seu senhor.²³⁶

Relatos de assassinatos e violência contra os senhores e feitores eram recorrentes, demonstrando que os atos eram consequência da insatisfação com o cativo e para Sidney Chalhoub, “as práticas mais abertas de resistência por parte dos negros eram a única maneira de eles se afirmarem como pessoas humanas, como sujeitos de sua própria história”²³⁷ e ainda, “do que precisava a escravidão era justamente da humanidade do escravo; do contrário, bastariam bois e cavalos.”²³⁸

Dentre os casos de assassinato observados no noticiário do *Leopoldinense*, observamos o caso de um escravo que matou seu proprietário José Martins, um importante fazendeiro da estação

²³⁴ *O Leopoldinense*, 17/02/1881, ed.11, p.4.

²³⁵ LARA, *Campos da violência...* p.166.

²³⁶ Relatório do Presidente de Província... p.33.

²³⁷ CHALHOUB, *Visões da liberdade...* p.250.

²³⁸ FLORENTINO, GÓES, *A paz das senzalas...* p.172.

do Pomba, a tiros de espingarda. O senhor achava-se sentado na sala de sua casa, quando o escravo desfechou-lhe os tiros.²³⁹ Este ato desesperado revela a insatisfação perante a um cativo injusto, onde possivelmente não restava mais esperanças quanto a alforria ou outra forma de liberdade para este escravo. O crime é o primeiro ato humano sintetizado, por exemplo, no roubo, no assassinato de senhores, na fuga ou na formação de quilombos.²⁴⁰

Encontramos casais que fugiram juntos como João, cabra, alto, muito prosa e discursador; e sua companheira Roza, negra, baixa, papuda, também muito prosa. Ambos levaram roupa ao fugir e seu proprietário desconfia que tenham ido para os lados da cidade de Oliveira de onde são naturais.²⁴¹ E em outro anúncio, o escravo José, pardo, 45 anos presumíveis, com um sinal de coice que levou de um animal, sabe ler e conhece as letras, bom contador de histórias para divertir crianças; intitula-se por José Maria e passa-se por forro. Fugiu com Thereza, também parda, de 25 a 30 anos, fala bem, muito esperta. Protesta-se com todo rigor contra quem tiver os acoutado.²⁴² Nesses casos, fica evidente a existência dos relacionamentos entre escravos e, de acordo com Marcia Amantino, faziam com que se mantivessem os “laços de união e proteção” que o casamento proporcionava. Seja através de um casamento firmado perante a igreja, seja por uniões consensuais, o fato é que a importância dessas relações sociais forjadas pelos escravos deve sempre ser ressaltada, uma vez que reforçavam a importância dos laços familiares e da solidariedade entre os seus.

Dentre as fugas não individuais encontradas no periódico, fugiram, a 21 de agosto de 1881, da freguesia de Aparecida, termo de Sapucaia (Rio de Janeiro), quatro escravos de nomes: Victor, Rufino, Francisco e Maria, pardos e pretos, com idade entre 20 e 30 anos. Eles levaram toda a roupa que possuíam e seu proprietário desconfia que tenham partido rumo à Estrada de Ferro Leopoldina.²⁴³ E da Fazenda Palmeiral, Estação de São Luiz, Estrada de Ferro Leopoldina, fugiram cinco escravos de também de um mesmo proprietário, pardos e fulas, de idade entre 20 a 40 anos. Alguns deles tinham mais de um ofício e sabiam ler e escrever.²⁴⁴ Percebemos nestes exemplos que os fugitivos possivelmente tomaram rumo à estrada de ferro, pois certamente sabiam que ela seguiria para cidades maiores, sendo mais fácil assim chegar até a Corte, por onde passariam despercebidos em meio à multidão. Muitos são os anúncios que supõe a estrada como possível rota

²³⁹ *O Leopoldinense*, 08/09/1881, ed.66, p.2.

²⁴⁰ FLORENTINO, AMANTINO, *Uma morfologia dos quilombos...* p.261.

²⁴¹ *O Leopoldinense*, 04/09/1881, ed.65, p.3.

²⁴² *O Leopoldinense*, 05/03/1882, ed.18, p.3.

²⁴³ *O Leopoldinense*, 21/08/1881, ed. 62, p. 4.

²⁴⁴ *O Leopoldinense*, 21/06/1883, ed. 27, p. 3.

de fuga. Os escravos que sabiam ler e possuíam ofícios especializados poderiam ter uma melhor chance de inserção no mercado de trabalho disponível nas cidades.

Observamos também nos anúncios que muitos fugitivos levavam consigo roupas e apetrechos, elementos esses que possibilitavam ao escravo misturar-se aos forros e livres nas cidades para onde iriam. Ao fugir, o escravo Adão “levou calça de merinó cetim, já velha e paletó de lã xadrez já usado, levou dois chapéus um de lebre preto e outro de Chile também usado, com copa alta”.²⁴⁵ certamente este tipo de roupa era comum na época e estar vestido dessa forma faria com que esse escravo fosse apenas mais um na multidão. Segundo Marcia Amantino, isto “possibilitava a sua inserção em outros lugares, passando despercebido aos olhos das pessoas livres.”²⁴⁶

Maior parte dos anúncios descreve a vestimenta que os escravos utilizavam antes das fugas ou roupas que levavam em trouxas, armas, facas ou elementos culturais como os cachimbos. Esta era uma estratégia utilizada pelos escravos para passar-se por forro em outras terras, porém, poderia facilitar sua identificação e possível captura, tendo em vista que muitas pessoas livres viviam de olho nos jornais em busca das recompensas oferecidas e facilmente os entregariam ao seu senhor caso os avistassem. “[...] levou um saco com roupa e vestia calça de riscadinho, camisa de algodão fina, chapéu de lebre preto e paletó de brim. Cabelo cortado bem baixo e barba. Leva argola no pescoço. Vieram ao rio pardo para serem vendidos.”²⁴⁷ A argola no pescoço era utilizada como castigo para os escravos fugitivos, como uma espécie de alerta caso fugissem novamente. Eram comuns os instrumentos de tortura como argolas, ganchos, pêgas, correntes.

“Inculcar-se por forro” era também uma estratégia muito utilizada por eles. A mudança de nome, ou mesmo a falsificação de documentos como a carta de alforria eram formas de viver como livre, no intuito de fugir das perseguições e mesmo para dificultar sua captura. E para Liana Reis, “a mudança de nome era a estratégia de defesa usual dos escravos, e que naquele momento a possibilidade de confirmar a veracidade da identificação do indivíduo era extremamente limitada”²⁴⁸, como o escravo José, um pardo de 45 anos que “é muito contador de histórias para divertir crianças, sabe fazer letras ou escrever alguma coisa, [...] fala bem, intitula-se por José Maria e passa-se por forro”²⁴⁹ ou o escravo Theodoro, que “anda bem vestido, tem dentes perfeitos, [...]

²⁴⁵ *O Leopoldinense*, 18/05/1881, Ed.34, p.3.

²⁴⁶ AMANTINO, *Os escravos fugitivos em Minas Gerais...* p. 46.

²⁴⁷ *O Leopoldinense*, 13/04/ 1882, ed.29, p. 4

²⁴⁸ REIS, *Vivendo a liberdade...* p.20.

²⁴⁹ *O Leopoldinense*, 05/03/1882, ed.18, p.4.

levou faca Laporte com bainha e cabo de metal e passa por forro”.²⁵⁰ Este escravo provavelmente seguia com destino à cidade, onde teria maiores chances de não ser reconhecido, uma vez que andava bem vestido e era esperto o bastante para fingir-se de forro. A cidade era um destino bastante visado pelos fujões. Na visão de Ademir Gebara, “fugir para as cidades não significa apenas liberdade, significa também uma forma de viver de acordo com hábitos e expectativas desejadas. A cidade significava liberdade e emprego, significava uma alternativa mais factível do que a vida na mata.”²⁵¹

Encontramos nos anúncios a menção a um padrinho. Na fuga, o escravo João, um fula de 25 anos, muito esperto no serviço, foi apadrinhar-se na fazenda do Sr. Josué de Vargas e dali evadiu-se de novo.²⁵² Percebemos que João possivelmente teria uma ligação com seu padrinho e recorreu à proteção que o mesmo poderia lhe proporcionar no momento da fuga. Para Sílvia Lara, um padrinho poderia contribuir com uma melhor relação entre senhor e escravo e reforçava alguns aspectos da relação escravista, como o castigo justo, além de reforçar laços de solidariedade e proteção entre as partes.²⁵³ Esta fuga termina de maneira trágica. No dia 08 de maio de 1881, lemos no noticiário que “muitas pessoas hesitam, outras, porém, arrastadas pela curiosidade, agrupam-se em redor da árvore e nela avistam suspenso o cadáver de João, [...] o infeliz tinha apenas 25 anos de idade.”²⁵⁴

Em alguns anúncios encontramos os fugitivos descritos como “muito prosa”, “fala bem” ou “bastante ladino”. Fugiu na estação de Providência o escravo Aleixo, crioulo de 30 anos, natural de Mariana; fala descansado, sendo alias muito prosa e muito esperto. Desconfia-se que fugiu para os lados do Rio São Francisco, província do Espírito Santo.²⁵⁵ Esta facilidade no conversar e a esperteza nos seus atos poderiam ser de grande valia durante a fuga. Em contato com os livres, estas características lhe facilitariam sua inserção nas cidades. Os senhores alertavam sobre os escravos de “boa prosa”, pois poderiam dar fáceis explicações do motivo pelo qual estariam passando por aquele local.

Os escravos atuavam em ocupações especializadas, tendo certa mobilidade diante dos demais irmãos de cativeiro, aumentando sua rede de sociabilidade podendo assim, através do ganho por seus serviços, angariar pecúlio para uma possível compra de alforria. A importância de se ter

²⁵⁰ *O Leopoldinense*, 11/08/1881, ed.58, p.4.

²⁵¹ GEBARA, Ademir. Escravos: fugas e fugas. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo. V. 6, nº. 12, mar/ago 1986, p.97.

²⁵² *O Leopoldinense*, 24/04/1881, ed.29, p.4.

²⁵³ LARA, *Campos da Violência...* p.264.

²⁵⁴ *O Leopoldinense*, 08/05/1881, ed.33, p.2.

²⁵⁵ *O Leopoldinense*, 11/02/1883, ed.7, p.3.

um ofício em meio à sociedade escravocrata se dava pelo fato de se obter maior autonomia dentro do sistema, uma vez que o escravo especializado tinha maior mobilidade nas cidades e “ter uma ocupação reconhecida socialmente distinguia o indivíduo, reforçava sua identidade diferenciando-o dos demais”²⁵⁶. E conseqüentemente, “os escravos com ocupações especializadas talvez não fugissem necessariamente mais, e sim fossem capturados menos. Procurando ocupação, contavam, certamente, com vários protetores e coiteiros, podendo assim continuar maior tempo ausente.”²⁵⁷

Muitas pessoas viviam de olho nos anúncios de fugas, uma vez que os proprietários dos escravos ofereciam recompensas em dinheiro a quem os prendesse ou trouxesse notícias satisfatórias a respeito de seu paradeiro. Os senhores acreditavam na vigilância da sociedade e no poder que seu nome carregava, ou mesmo se pautava nas punições previstas pela lei contra quem ajudasse escravos fugitivos. No entanto, essas medidas não inibiram livres, libertos ou mesmo escravos de apoiar escravos fugitivos, seja no intuito de ajudá-los ou mesmo se aproveitar da circunstância.

Mesmo sob o alvo de penas, observamos nos anúncios, diversas suspeitas de acoitamento por parte de pessoas livres ou forras. Abstendo-se de sua responsabilidade pela fuga, os senhores frequentemente expressavam nos anúncios a ideia de que os escravos não fugiriam por vontade própria, mas seduzidos por terceiros. “Fugiu no dia 31 de agosto próximo passado a escrava Maria, [...] julga-se que tenha ido para a Corte ou esteja acoutada por alguém mesmo no Porto Novo do Cunha”.²⁵⁸ A desconfiança de acoitamento era uma constante nos anúncios onde, “protesta-se com todo o rigor da lei a quem tiver acoutado” ou então “desconfia-se que tenha ido”. Por vezes o escravo buscava asilo com seus antigos donos buscando apadrinhamento ou mesmo partia em busca da família do qual foi afastado no momento da venda, “[...] foi criado na Vargem Grande perto de Simão Pereira para onde desconfia-se ter fugido.” Este fato mostra uma tentativa do escravo de reatar os laços familiares interrompidos pela venda.

As estratégias dos escravos foram variadas e complexas. Mesmo no seu cotidiano, necessitavam buscar possíveis soluções para manterem-se vivos ou mesmo amenizarem momentaneamente sua severa condição social. Buscavam então, na medida do que lhes era possível, manter vivas suas tradições, seus costumes. Muitos escravos eram bons tocadores de viola, capoeiristas e tinham o dom da música. Os viajantes Spix e Martius, em sua Viagem pelo Brasil em 1817, já haviam observado este fato:

²⁵⁶ FREIRE, *Escravidão e família escrava...* p.128.

²⁵⁷ GOMES, *Jogando a rede, revendo as malhas...* p.13.

²⁵⁸ *O Leopoldinense*, 29/10/1882, ed.69, p.3.

O brasileiro tem disposição alegre, pronto para divertir-se. Quase por toda parte onde chegávamos à noite, éramos recebidos com as toadas das violas, a cujo acompanhamento se canta ou se dança. [...] é espalhada em todo o Brasil e por toda parte é a preferida da classe inferior do povo, que dela não priva, nem por proibição da Igreja. Parece ser originária da Etiópia e introduzida pelos escravos negros, no Brasil, onde criou raízes como muitos outros hábitos deles.²⁵⁹

Dentre estes hábitos, os proprietários buscavam salientar nos anúncios de fugas, entre outros, o vício da cachaça, como o escravo José Barbosa que é “muito inclinado a bebidas, e quando bebe torna-se valentão”²⁶⁰, ou mesmo Joaquim que “é muito inclinado a beber aguardente”, fato que este proprietário destaca como sendo natural entre os escravos. E de acordo com Gilberto Freyre,

O vício da cachaça entre os negros – pode-se mesmo generalizar: entre os brasileiros das regiões dominadas pelo açúcar- chegou a excessos alarmantes no tempo do Império. [...] sabe-se que alguns senhores estimulavam o uso- mas o uso moderado- da aguardente de cana entre seus negros. Alguns escravos, porém se excediam. Devemos admitir que a tentação da aguardente fosse grande para quem trabalhasse sentindo o tempo todo o cheiro da garapa azeda, da cachaça alva, da sedutora “imaculada”.²⁶¹

E atentou também, para o vício, Oíliam José,

[...] a aguardente tornou-se a bebida vulgar entre os cativos, por três razões principais: custava pouco, o que permitia boa dose por um vintém; era comumente distribuída pelo senhor ou feitor; e correspondia a tipo de bebida fermentada e de uso deles na África. [...] capaz, em doses maiores, de afastar, temporariamente, o escravo da lembrança que o preocupava na vida de cativo e, por influência desse, na do branco.²⁶²

Alguns escravos, perdiam a esperança de voltar a ser livres e não resistindo às terríveis condições no qual se encontrava, optavam pelo suicídio. Consta no noticiário do jornal *O Leopoldinense*, que Guilherme, escravo do abastado fazendeiro Júlio César Miranda Monteiro de Barros, foi encontrado morto pendurado em uma árvore em sua propriedade. “Deu lugar a semelhante ato de desespero, os apuros em que se vira o suicida, ao ser perseguido no meio das ruas desta cidade”. Consta que o escravo teria furtado sacas de café e revendido a um taverneiro na

²⁵⁹ SPIX, Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Excertos e ilustrações, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1968, p.26.

²⁶⁰ *O Leopoldinense*, 27/04/1882, ed.33, p.3.

²⁶¹ FREYRE, *O escravo nos anúncios do jornal...* p.73.

²⁶² JOSÉ, *O negro na economia mineira...* p.58.

cidade e após perseguição, foi encontrado pendurado em uma árvore.²⁶³ Porém, ao findar o relato, o editor lamenta não a morte deste infeliz, mas o prejuízo com o qual ficou o senhor deste escravo. O suicídio de escravos, para os proprietários ou mesmo para a sociedade, nesta época, não significava nada além do fato de que perdendo “semoventes” valiosos, estariam sofrendo um grande prejuízo financeiro.

Diante da análise dos anúncios de fugas de escravos, vimos que maior parte deles eram homens e jovens, com idade entre 14 e 30 anos, embora houvesse casos de mulheres empreendendo fugas junto a seus companheiros, em fugas individuais ou não. Este mesmo padrão foi visto em diferentes análises sobre fugas de escravos nos periódicos oitocentistas no Brasil. A historiografia acerca do tema atribuiu a este perfil, geralmente escravos sem laços familiares.

Para Manolo Florentino e Marcia Amantino, os escravos africanos que fugiam no início do século XIX o faziam mais por desorientação perante a um novo mundo, por terem sido arrancados de seu meio de convívio de forma tão brutal. “A forte presença de boçais entre os fugitivos anotados nos inventários post-mortem e, sobretudo, nos avisos dos jornais sugerem terem sido eles os principais vetores da relação de causalidade entre as frequências de fugas”.²⁶⁴

No entanto, homens adultos não foram os únicos escravos que fugiram. O perfil dos fujões em Leopoldina incluía algumas mulheres, idosos, escravos especializados, pardos, crioulos e pretos. Diante deste perfil, dificilmente os senhores identificariam que escravos teriam maior tendência à fuga. Os anúncios nos permitem identificar algumas das motivações que podem ter culminado nas fugas. Insatisfação com o cativo, sedução por outro senhor ou mesmo outros escravos, solidariedade por parte de pessoas próximas ou mesmo a tentativa de encontrar um familiar do qual tenham sido afastados.

Por serem variados os motivos para a fuga, o mesmo encontramos para o perfil desses escravos. Dessa forma, a comum justificativa de fuga perante a um inconformismo com o cativo, merece ressalvas. Corroboramos com João José Reis e Eduardo Silva em sua proposta de quebra de compromissos e acordos como principal motivação para a fuga.²⁶⁵ A fuga funcionou como uma válvula de escape para o sistema escravista, pois, enquanto conseguissem fugir, mesmo que em pequenas escapadelas, não se fazia necessária uma atitude mais violenta contra seu senhor. Nesse sentido, a fuga se desvela como o descontentamento do escravo frente a alguma situação enfrentada no cativo.

²⁶³ *O Leopoldinense*, 01/09/1881, Ed. 64, p. 1

²⁶⁴ FLORENTINO, AMANTINO, *Uma morfologia dos quilombos...* p. 266.

²⁶⁵ REIS, SILVA, *Negociação e conflito...* p. 67.

Segundo Manolo Florentino e Marcia Amantino, a fuga faz parte de um conjunto de ações de resistência cotidiana à escravidão, uma vez que o abandono do trabalho por parte do cativo era um choque contra o domínio senhorial.²⁶⁶ O não cumprimento por parte dos senhores das concessões obtidas pelos escravos, como as folgas semanais, a concessão de um lote para cultivo próprio ou a possibilidade de constituir família são motivações individuais, mas significativas ao analisarmos o contexto escravista no geral.

A escravidão pode ser definida como uma relação de dominação baseada na autoridade do senhor. A fuga rompia com o domínio do mesmo sobre o seu escravo, e, dessa maneira, seja por uma fuga temporária ou por uma fuga rompimento rumo à liberdade, o escravo age instintivamente de forma a se livrar das amarras que o forçam a viver sob o domínio de seus senhores e para Sidney Chalhoub, “as práticas mais abertas de resistência por parte dos negros eram a única maneira de eles se afirmarem como pessoas humanas, como sujeitos de sua própria história.”²⁶⁷ Nesse capítulo pudemos observar que a fuga do escravo rompia com a dominação imposta pelos senhores, a base do sistema escravista. Sua autoridade estava sujeita à intervenção de outros indivíduos, como os acoitadores, que poderiam ajudar o escravo nas fugas, ou mesmo os feitores que agiam em favor dos senhores aplicando as devidas punições aos fujões.

²⁶⁶ FLORENTINO, AMANTINO, *Fugas, quilombos e fujões...* p.237.

²⁶⁷ CHALHOULB, *Visões da liberdade...* p.250.

CAPÍTULO 3- UMA ANÁLISE DO *PHAROL* JUIZ DE FORA

3.1- O jornal *Pharol*

Em meados do século XIX, Juiz de Fora florescia à luz do progresso e desenvolvimento do seu núcleo urbano, alcançado através dos investimentos obtidos pelo lucro da agroexportação, em especial do cultivo do café. A diversidade econômica do município foi uma característica marcante, tendo em vista o processo significativo de industrialização pelo qual passou. Esse dinamismo se faz presente nas obras de saneamento efetuadas em meados de 1850, tendo início a Rua principal da cidade, a Rua da Direita; seguidas então por outras melhorias, como instalação de chafarizes, calçamento das principais ruas e a chegada da iluminação elétrica, antes mesmo da chegada da rodovia União e Indústria, inaugurada em 1861 por Mariano Procópio Ferreira Lage, para facilitar o escoamento da produção cafeeira da cidade para o porto do Rio de Janeiro.

[...] Juiz de Fora [...] dentre as outras cidades da Mata, desenvolveu uma trajetória que partiu de uma estrutura escravista agroexportadora cafeeira- incentivo inicial para o seu desenvolvimento- para um fundamento urbano-industrial, analogamente ao que ocorreu em outros centros do país como Rio de Janeiro e São Paulo.²⁶⁸

Em 1859 foi fundada pelo comendador José Antônio da Silva Pinto, o Barão de Bertioga e sua esposa Dona Maria José Miquelina da Silva, a Casa de Misericórdia, que atendia a população mais pobre, sendo a única do município. Na década de 1860 houve uma série de melhorias em Juiz de Fora, na tentativa de dotar a cidade de um aspecto mais civilizado, espelhando-se nas principais cidades da Europa. Ruas foram calçadas, arborizadas e mais tarde iluminadas. As estradas de ferro estabelecidas na década de 1870 aceleraram ainda mais o progresso trazido pela União e Indústria.

As ferrovias que mais favoreceram o desenvolvimento da região foram a Dom Pedro II, inaugurada em 1875, com o objetivo de ligar o Rio de Janeiro a Minas e a São Paulo, encurtando as distâncias; a outra é a Estrada de Ferro Leopoldina, principal via férrea da Zona da Mata, ligando toda a região no sentido norte-sudeste, numa fusão de antigas ferrovias mineiras e fluminenses.²⁶⁹ Com elas surgiram novos interesses e recursos que permitiriam um maior avanço econômico para a cidade. As diversas estações e ramais inaugurados no período favoreciam o transporte encurtando distâncias e interligando cidades e distritos vizinhos. Neste período, Juiz de Fora já superava os

²⁶⁸ ALMICO, Fortunas em movimento... p.16.

²⁶⁹ *Ibidem*, p.40.

principais centros urbanos da província no quesito arrecadação, recebendo o título de “Princesa da Província”²⁷⁰, tendo em vista os inúmeros melhoramentos efetuados no município no decorrer da década.

A década de 1880, conhecida como a “Era da Eletricidade”, trouxe significativas melhorias para a iluminação pública, que, desde a sua instalação em 1858, não havia sofrido modificações. Instalou-se então um novo sistema de iluminação a gás que já era utilizado em diversas cidades, trazendo muitos benefícios para a população. Bernardo Mascarenhas traz a Companhia Mineira de Eletricidade para Juiz de Fora, dando mais um passo ao progresso da cidade, proporcionando investimentos para a chegada dos primeiros bondes elétricos que seriam inaugurados em 1906.

Todas essas transformações econômicas e sociais caminharam junto a transformações culturais. Por se tratar de um importante centro urbano da Zona da Mata mineira, chegavam a Juiz de Fora um intenso fluxo de ideias que afluíam no país em fins do século XIX. O Brasil passava por importantes transformações que afetavam as relações escravistas, tendo em vista a influência das ideias iluministas que se expandiam na Europa, delineando uma nova conjuntura na qual a sociedade via sob uma nova ótica a relação senhor/ escravo. A imprensa, nesse sentido, tem um importante papel na difusão de ideias, noticiando e trazendo ao leitor os principais acontecimentos e os diferentes pontos de vista políticos acerca de diferentes temas.

A população de Juiz de Fora nesse período é constituída por homens de letras, artistas e muitos fazendeiros abastados, que exercem grande influência na sociedade. Dentre os principais influenciadores de ideias estão os jornais. Seus redatores, em grande parte membros da intelectualidade mineira, buscavam manter sua imagem sempre se posicionando politicamente diante dos principais problemas da cidade. Fascinados por novas ideias, teciam em seus artigos críticas ao governo centralizador brasileiro, pautados nos modelos vistos na Europa e Estados Unidos.

Em fins do século XIX muitos jornais foram publicados no Brasil e Juiz de Fora segue esta tendência. Um dos principais, sendo utilizados por nós como fonte primária neste trabalho, é o *Pharol*, “uma das folhas de tradição nas comunidades em que são publicadas, de larga aceitação pela “boa sociedade” local e de forte penetração junto às elites agrárias”.²⁷¹ Durante cinquenta e sete anos o jornal foi o principal veículo informativo da cidade, trazendo notícias de diferentes partes do mundo e das cidades vizinhas, questionamentos políticos, críticas ao governo, notícias de

²⁷⁰ OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora...* p.93.

²⁷¹ MATTOS, *Das cores do silêncio...* p.24.

peças ilustres, folhetins e anúncios de compra e venda de mercadorias, seção esta onde encontramos inúmeros anúncios de fugas de escravos no período, nosso objeto principal de estudo neste capítulo.

O *Pharol* teve sua primeira publicação em 11/09/1866, em Paraíba do Sul, município fluminense, tendo sob direção Thomaz Cameron. Em Juiz de Fora chegou em 1871, tendo como redator o francês George Charles Dupin, introdutor do vapor como força motriz para máquinas de impressão em Minas Gerais, se tornando o proprietário do periódico em 1875, aumentando o número de publicações gradativamente. Sua periodicidade era variada, sendo a princípio um jornal semanário, depois bissemanário, trissemanário e a partir de 1885, diário. Circulou em uma época em que o índice de analfabetismo era alto e o acesso a publicações era difícil. Apenas uma pequena camada da sociedade tinha a oportunidade de ler o jornal, no entanto, as principais notícias eram comentadas por muitas pessoas e chegavam até aos menos favorecidos.

O jornal O Pharol- que possuía uma oficina litográfica, desde pelo menos 1882, a primeira da Província de Minas, segundo os seus próprios dizeres- será também um dos primeiros a adotar as modernas técnicas de reprodução fotomecânica, sendo o fotógrafo Ehrhard Brand um de seus colaboradores. Várias de suas fotos, sobre artistas ou personalidades que estiveram na cidade, foram reproduzidas no jornal, na última década do século XIX.²⁷²

De todos os jornais publicados em Juiz de Fora no período, nenhum exerceu tanta influência na sociedade como o *Pharol*. Noticiava-se desde obituários e venda de produtos até atas de sessões da Câmara Municipal, mantendo os habitantes informados sobre o que acontecia nos bastidores da cidade. Novidades vindas de outros países, novas descobertas científicas também eram veiculadas. Até mesmo as pessoas mais simples tinham voz no jornal, através das cartas enviadas para a redação, que geralmente traziam reclamações sobre fatos ocorridos na cidade, muitas vezes ligados à administração.

George Dupin era bastante favorável ao progresso e as novas descobertas do século, sempre refletindo em seus artigos esse sentimento, onde colocava seus leitores sempre em contato com a modernidade vista mundo afora, no meio científico e em novos ideais. Dupin era também de opinião ambígua, quando se tratava da instituição da escravidão. Sempre tecia elogios aos que emancipavam seus escravos, noticiando com frequência tais atos:

²⁷² CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *O mundo das artes nos jornais: Juiz de Fora no século XIX*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de, VILLALTA, Luiz Carlos. História de Minas Gerais: A província de Minas Gerais, 2/ organizadores do volume Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta.- Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 252.

O Sr. Comendador Julião Baptista de Almeida, um dos mais importantes fazendeiros deste município, tem até esta data restituído a liberdade 56 escravos e no ano de 1885 dará liberdade plena a todos os escravos que ainda possui, desistindo também dos serviços dos ingênuos, sendo uns e outros no número de 115. É um ato que por si só encerra o maior elogio.²⁷³

Reproduzia também no jornal a gratidão dos escravos libertos a seus antigos senhores:

Possuído da mais eterna gratidão, venho ao perante público agradecer a meu ex-senhor, o exm. Sr. Barão do Retiro, o benefício que me fez, concedendo-me a liberdade. De s. ex., em poder de quem estive por 5 anos, nada recebi senão inúmeros benefícios que jamais esquecerei: melhor tratamento não encontraria em qualquer outro lugar. Agradecendo-lhe pois, faço votos pela sua prosperidade e pela da exm. família a quem sou igualmente grato.²⁷⁴

Muitos são os indícios de que a escravidão não era bem vinda ao redator. No entanto, Dupin não deixa de apoiar a decisão do governo Imperial de implementar uma emancipação lenta e gradual. E vez ou outra trazia alguma crítica quanto aos escravos que andavam pelas ruas, em bandos, cuja população e a polícia viam como perigosos, sendo motivo de preocupação.

Pedem-nos para chamar a atenção de quem competir para certos ajuntamentos de escravos que se dão no morro de Santo Antônio. Os escravos que ali se reúnem são daqueles a quem os senhores dão autorização para que se empreguem em qualquer serviço, com tanto que tragam no fim da semana uma quantia determinada. Em vez, porém, de se entregarem a serviços úteis, celebram tais reuniões com o fim de se concertarem sobre os meios de arranjar dinheiro sem trabalho. Cita-se entre eles um tal de Sebastião, que parece ser o chefe da quadrilha.²⁷⁵

Seguindo a mesma linha editorial, o proprietário subsequente a Dupin, Lindolpho de Assis, seu redator assistente, permanece com as publicações de escravos libertos nos conformes da nova lei, dentre outras manumissões voluntárias ocorridas na região. O formato do jornal permanece o mesmo sob a nova direção, com a mesma periodicidade diária; suas quatro páginas repletas de informação, literatura e mercadorias anunciadas. Lindolpho de Assis segue como proprietário do *Pharol* até 30/12/1888 quando é vendido novamente.

²⁷³ *Pharol*, 10/02/1883, ed.16, p.2.

²⁷⁴ Carta de agradecimento assinada pelo ex-escravo Christiano Augusto de Rezende, às vésperas da abolição. *Pharol*, 12/05/1888, ed.108, p.2.

²⁷⁵ *Pharol*, 21/11/1885, ed.265, p.1.

O *Pharol* noticiava a elite local através das festas e óbitos dos seus cidadãos mais ilustres, dos feitos de importantes políticos e fazendeiros, nos seus artigos em favor da lavoura que era de grande importância para o crescimento da cidade. Nos artigos e notícias se via a opinião dos redatores nos comentários ou mesmo nos editoriais. E o jornal noticiava não só a elite, mas também tudo o que acontecia na cidade, seja nos elogios aos avanços na urbanização ou mesmo em reclamações dos atrasos ou incompetência no andar das obras públicas. Percebe-se que o objetivo principal do jornal era destacar a modernidade e o crescimento urbano que se avistava em Juiz de Fora.

Durante décadas o *Pharol* buscou trazer a seus leitores notícias do progresso que tomava conta da cidade, economicamente e culturalmente. Embora toda essa ascensão não atingisse toda a população juizforana, era importante destacar o dinamismo obtido com a cafeicultura e a informação transmitida aos habitantes tinha vistas ao ideal de uma cidade que era vista como promissora por seus investidores. As melhorias na infraestrutura da cidade se iniciavam pela área central e conseqüentemente só atingiam as camadas mais privilegiadas da sociedade, reforçando o abismo social típico da sociedade escravista brasileira. Dessa forma, o que se fazia e que se almejava nas elites juizforanas era noticiado no *Pharol*, demonstrando a força que as mesmas exerciam na cidade.

Na década de 1870 muitos são os investimentos no setor urbano e comercial de Juiz de Fora. “Entre 1870 e 1877 há um crescimento de 50,98% no número de estabelecimentos comerciais no município, que salta de 153 no primeiro ano para 231 no segundo,”²⁷⁶ que se intensifica com a chegada da Estrada de Ferro Pedro II, consolidando sua posição de polo urbano regional. Estes estabelecimentos ofertavam serviços à população em geral como alfaiates, lojas de conveniência, açougues, bares entre outros ramos que buscavam atender as necessidades da sociedade que se desenvolvia em torno dos lucros do café. Nos anúncios do *Pharol* podemos vislumbrar a variedade a ser consumida na cidade:

²⁷⁶ ALMICO, *Fortunas em movimento...* p.122.

Imagem 8- Anúncio Pharol

PHAROL. — Quinta-feira 16 de março de 1882

<p>FUNDIÇÃO E OFFICINAS DE MACHINAS DE CHRISTIANO SCHUBERT I RUA DIREITA I</p> <p>Este bem montado estabelecimento, ha 8 annos conhecido, acha-se nas melhores condições de fornecer com brevidade qualquer machina ou ferragem, como seja :</p> <table border="0"> <tr> <td>Rodas d'agua de ferro ou madeira, turbinas, rodizios, etc.</td> <td>Sevadeiras e prensas para farinha de mandioca.</td> </tr> <tr> <td>Machinas para café, como ventiladores, descascadores, burnidores, ferragens para engenhos de pilões, elevadores, etc.</td> <td>Chapas e chaminés para fogões.</td> </tr> <tr> <td>Engenhos para canna, de diversos tamanhos e fritos.</td> <td>Grades de ferro fundido e batido, de todos os feitios.</td> </tr> <tr> <td>Engenhos de searrar</td> <td>Machinas de costura e seus pertences.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Concerta-se qualquer machina, fechadura, chaves, etc.</td> </tr> </table>	Rodas d'agua de ferro ou madeira, turbinas, rodizios, etc.	Sevadeiras e prensas para farinha de mandioca.	Machinas para café, como ventiladores, descascadores, burnidores, ferragens para engenhos de pilões, elevadores, etc.	Chapas e chaminés para fogões.	Engenhos para canna, de diversos tamanhos e fritos.	Grades de ferro fundido e batido, de todos os feitios.	Engenhos de searrar	Machinas de costura e seus pertences.		Concerta-se qualquer machina, fechadura, chaves, etc.	<p>Oculos e pince-nez com vidros graduados e simples : de ouro, prata dourada, etc. Colloção-se vidros, em casa de Fritz Cathoud 59 RUA DIREITA 59 (C)</p>	<p>HOTEL DA ESTAÇÃO DE JULIÃO PEREIRA DA SILVA</p> <p>Este hotel é o que está nas condições de bem servir nos Srs. viajantes e as Exmas familias que tiverem de tomar o trem.</p> <p>Tratamento bom, moralidade, promptidão e asseio. RUA DA IMPERATRIZ EM FRENTE A' ESTAÇÃO JUIZ DE FORA</p>
Rodas d'agua de ferro ou madeira, turbinas, rodizios, etc.	Sevadeiras e prensas para farinha de mandioca.											
Machinas para café, como ventiladores, descascadores, burnidores, ferragens para engenhos de pilões, elevadores, etc.	Chapas e chaminés para fogões.											
Engenhos para canna, de diversos tamanhos e fritos.	Grades de ferro fundido e batido, de todos os feitios.											
Engenhos de searrar	Machinas de costura e seus pertences.											
	Concerta-se qualquer machina, fechadura, chaves, etc.											
	<p>Mudas de repollo, alface, chicoria, nabos, etc. ; vende-se na rua Direita n. 25. (S)</p>											
	<p>Hotel dos Petiscos Pascal Lombardi, proprietario do hotel acima, participa á seus amigos e respeitaveis frigezes que preparou uma sala particular para as pessoas que quizerem petiscar de noite. Haverá sempre comidas frias, presunto, salame, bons vinhos, tudo por preços razoaveis.</p>	<p>MATERIAES PARA CONSTRUCÇÕES</p> <p>Telhas francezas de Roux Frères e outras marcas. Telhas nacionaes systema francez, cal fide marisco, cimento Portland, encanamentos ingleses e objectos para esgoto, etc.</p> <p>Barboza Clemente & Comp., successores da antiga firma Pinheiro, Barboza & Comp., negociantes em larga escala de materiaes para construcções, continuão a receber do interior encomendas que terão prompta e fiel execução.</p> <p>14 Rua Fresca, praia de D. Manoel 14 Armazem de materiaes RIO DE JANEIRO</p>										
	<p>9 rua Halfeld 9 CASA Vende-se a casa na rua Di-</p>											

Fonte: Pharol, 16/03/1882, ed.31, p.4.

Neste recorte vemos anúncios de uma fundição que vende máquinas e ferragens, uma loja de óculos, de mudas, de materiais de construção e a propaganda de um hotel. A propaganda era constante nas páginas do jornal e buscava satisfazer as necessidades da população juizforana. Há grande variedade nos diversos anúncios encontrados, onde se vende desde livros e roupas até pessoas. Comuns no período, os anúncios de compra e venda de escravos permeia as páginas de muitos jornais pelo Brasil e não é diferente em Juiz de Fora.

“Vende-se uma preta”, “Procura-se para alugar uma crioula”, “vende-se uma crioulinha”, eram anúncios comuns nos jornais. Nesses anúncios o proprietário buscava especificar as qualidades de seu produto com expressões como “ótima cozinheira”, “excelente pagem e copeiro”, “bonitas figuras”, tudo para chamar a atenção de seus possíveis compradores. Os preços dos escravos variavam conforme as qualificações ou a boa aparência, sendo então importante conservar o escravo que pudesse ser negociado. Kátia Mattoso afirma, por exemplo, que os escravos que possuem ofício têm valor superior aos escravos desqualificados. Assim como os mais robustos valiam mais que os defeituosos.²⁷⁷

Em Juiz de Fora podemos notar um número maior de escravos que possuem qualificação nos anúncios de venda: os pagens, copeiros, cozinheiras, engomadeiras, evidenciando trabalhos domésticos, os escravos urbanos. Se a cidade ascendia aceleradamente, conseqüentemente haveria a

²⁷⁷ MATTOSO, *Ser escravo no Brasil...* p. 86.

necessidade de mão de obra para executar as tarefas necessárias para o funcionamento da mesma. Dessa forma, os escravos urbanos eram utilizados em larga escala nos trabalhos nas residências ou mesmo nas ruas.

Os escravos urbanos poderiam ter maior independência com relação ao seu senhor do que o escravo rural, tendo em vista o fato de poderem circular pelas ruas enquanto trabalhavam, estabelecendo assim certos vínculos com homens e mulheres livres, podendo obter algum benefício enquanto permanecessem na situação de escravos. Em Juiz de Fora, esses escravos desenvolviam atividades para terceiros até mesmo sem a autorização de seus senhores, evidenciando que, de certa forma, adentrar no mundo dos livres era uma forma de ascender socialmente, ainda que momentaneamente.

Caio Batista, em sua tese de doutorado²⁷⁸, constata que em Juiz de Fora, no decorrer do século XIX, existia uma sociedade formada por escravos, livres, libertos e fugitivos que contribuíram para criar a “Cidade Negra” e a “Cidade Esconderijo”, conforme a visão de Sidney Chalhoub. “[...] estas foram instituições criadas de forma consciente ou não por escravos, livres e libertos e auxiliaram na formação de uma sociedade paralela onde havia solidariedade, intrigas, estratégias, conflitos, amores, dentre outros fatores entre escravos, livres e libertos.”²⁷⁹ As diferentes estratégias forjadas por esses escravos demonstram certa autonomia perante ao sistema escravista, constituindo um cotidiano formado à sua maneira, onde se permitiam vivenciar seus costumes através dos batuques, das brigas, dentre outros fatores que eram considerados ameaçadores aos olhos da população branca.

Além dos escravos urbanos, grande parte da população escrava de Juiz de Fora estava inserida no meio rural, nos trabalhos da lavoura. Nesse período, como pudemos observar no primeiro capítulo deste trabalho, a economia da cidade se baseava no plantio de diferentes grãos como o milho, a soja e o café, que em fins da década de 1870 teve um aumento vertiginoso na produção, tendo boa parte dos lucros revertida no avanço do espaço urbano. A estrutura fundiária de Juiz de Fora se baseava em pequenas e médias propriedades, seguindo a constituição das propriedades encontradas na região.

²⁷⁸ BATISTA, *A dinâmica da escravidão urbana ...* p.18.

²⁷⁹ *Ibidem*, p.34.

3.2- Um perfil das fugas no *Pharol*

Juiz de Fora figurava como o terceiro município onde se concentrava o maior número de escravos da Zona da Mata mineira em fins do século XIX. Com uma economia em ascensão, se firmava como principal entreposto comercial da região. O grande contingente escravo do município é um dos objetos de análise do trabalho, onde serão tratados neste capítulo através dos anúncios de fuga de escravos no periódico *Pharol*.

Quadro 7 : Fugas de escravos no *Pharol* 1876-1888

ANO	Nº ANÚNCIOS	FUGAS INDIVIDUAIS	FUGAS COLETIVAS/ Nº ESCRAVOS	TOTAL
1876	21	13	9 / 26	39
1877	43	32	11 / 22	54
1878	40	31	11 / 26	57
1879	14	11	04 / 14	25
1880	04	03	01 / 05	08
1881	13	12	01 / 04	16
1882	32	28	04 / 12	40
1883	37	31	06 / 14	45
1884	33	26	07 / 18	44
1885	43	28	15 / 37	65
1886	30	26	04 / 10	36
1887	19	15	04 / 08	23
1888	11	07	04 / 12	19
TOTAL	340	263	81 / 208	471

Fonte: *Pharol*, 1876-1888, Juiz de Fora. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=20>. Acesso em: 10/01/2020.

No quadro 7 estão dispostos o número de anúncios encontrados no *Pharol* no período de 1876 a 1888. Das 357 edições analisadas, sem levar em conta as repetições, podemos computar 340 anúncios de fugas com um total de 471 escravos evadidos. Dentre estas fugas estão incluídos 8

escravos reincidentes, que, conforme fugiram em datas diferentes, computamos como uma nova fuga. Essas fugas reincidentes referem-se a escravos que fugiram, retornaram ao cativo, possivelmente capturados, e fugiram novamente em outro momento.

No decorrer destes doze anos foram anunciadas 263 fugas individuais, onde os escravos partiam sozinhos, evidenciando que a estratégia de fuga pensada por eles não envolvia os demais membros da família, caso houvesse. As fugas coletivas, no qual o escravo partia com outros companheiros de cativo ou mesmo membros da família, totalizaram 80 fugas, onde estiveram envolvidos 208 escravos. Levando em consideração a população de Juiz de Fora, o total de fugas anunciadas no *Pharol* representa 3,23% da população escrava do município. É um número pequeno de fugas diante do total, no entanto, devemos levar em conta o fato de que muitos proprietários não anunciavam as fugas, talvez por se tratarem de escapadas curtas, e os mesmos confiavam na possibilidade desse escravo retornar às escravarias.

Havia os proprietários que talvez por ansiedade em reaver seu escravo evadido, anunciavam várias vezes a mesma fuga. Provavelmente obtinham algum sucesso com as sucessivas publicações, afinal não insistiriam nelas caso não fossem eficazes. Como o *Pharol* circulava em Juiz de Fora e localidades vizinhas, as chances de captura eram maiores para estes senhores. A partir do quadro 7, podemos observar que os anos em que mais houveram fugas foram 1877, 1878 e 1885, tanto em fugas individuais como coletivas, e mais de 50 escravos estiveram envolvidos nesta empreitada a cada ano. Os anos de 1887 e 1888²⁸⁰ foram os que menos ocorreram fugas, podendo ser explicado por um índice maior de manumissões no período, conforme observado no *Pharol*. A maioria das fugas era empreendida por homens sozinhos, totalizando 439 ou 94,4% das fugas, enquanto as mulheres representavam uma pequena parcela de 26 fugas ou 5,59%.

O alto índice de masculinidade nas escravarias em Juiz de Fora segue o perfil visto em outras regiões, conforme apresenta Marcia Amantino para as escravarias de Cataguases²⁸¹; ou como evidencia Jonis Freire para a freguesia de Senhor Bom Jesus do Rio Pardo²⁸². O mesmo perfil foi identificado por Vitória Schettini para São Paulo do Muriaé, localidade próxima à Leopoldina. A hipótese formulada pelos autores para este índice se baseia no próprio sistema escravista e sua necessidade na utilização de mão de obra masculina nas lavouras. Embora se utilizasse mulheres em diferentes tarefas, o homem era visto em larga escala no trabalho pesado, no cultivo da terra, nas tarefas em que se exigia maior força bruta.

²⁸⁰ Ver quadro 7.

²⁸¹ AMANTINO, A escravidão em Cataguases... p.24.

²⁸² FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. São Paulo, Alameda, 2014.

Quadro 8: Procedência das fugas

	URBANA	RURAL	NÃO MENCIONADA	TOTAL
1876	14	23	2	39
1877	18	34	2	54
1878	17	37	3	57
1879	6	18	1	25
1880	1	6	1	8
1881	3	13	—	16
1882	8	30	2	40
1883	15	29	1	45
1884	19	24	1	44
1885	23	42	—	65
1886	10	26	—	36
1887	5	19	—	23
1888	4	15	—	19
TOTAL	142	316	13	471

Fonte: Pharol, 1876-1888, Juiz de Fora. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=20>. Acesso em: 29/01/2020.

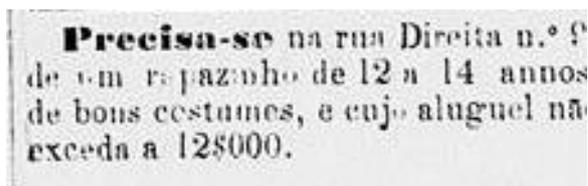
No tocante à localidade das fugas, como observado no quadro 8, registramos o maior número proveniente da área rural, o que evidencia a atividade econômica predominantemente agrícola, voltada para o cultivo de grãos. De um total de 471 fugas, em 316 ou 67,09% dos casos o proprietário mencionou a localidade das fugas originadas a partir de fazendas ou sítios em Juiz de Fora e região. As fugas urbanas totalizaram 142 ou 30,14%, evidenciando também um número significativo de escravos inseridos nas cidades, partindo da hipótese de que a partir da década de 1870, aumentam-se os investimentos no desenvolvimento urbano de Juiz de Fora conforme salienta Rita Almico:

O crescimento industrial de Juiz de Fora e sua constituição mostraram-se como indissociáveis da estrutura e da dinâmica da economia agroexportadora regional. Este crescimento industrial tem seu capital originado direta ou indiretamente no seu núcleo principal, ou seja, a acumulação do capital cafeeiro realizada na região.

Essa acumulação vai implicar na diversificação setorial da economia agroexportadora, principalmente no setor urbano.²⁸³

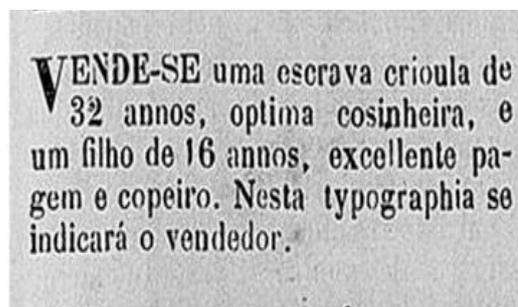
A diversificação econômica reflete em melhorias no setor urbano conforme dito anteriormente, no crescimento de estabelecimentos comerciais, na ampliação e calçamento das principais ruas da cidade, tendo como mão de obra principal o elemento servil. Ao analisarmos o próprio jornal *Pharol*, podemos vislumbrar essa presença através dos anúncios de venda ou aluguel de escravos.

Imagem 9: Anúncios de venda e aluguel de escravos



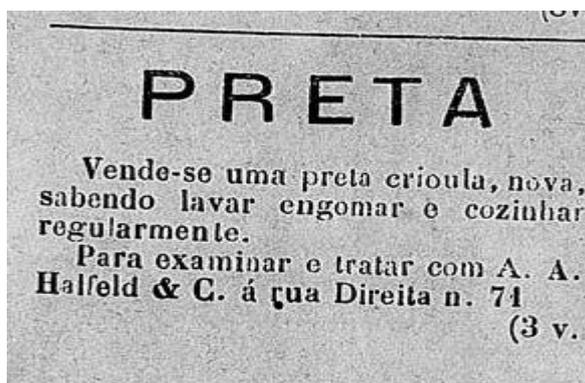
Precisa-se na rua Direita n.º 9 de um rapazinho de 12 a 14 annos de bons costumes, e cujo aluguel não exceda a 12\$000.

Fonte: *Pharol*, 20/01/1881, ed.6, p.3.



VENDE-SE uma escrava crioula de 32 annos, optima cosinheira, e um filho de 16 annos, excellente pagem e copeiro. Nesta typographia se indicará o vendedor.

Fonte: *Pharol*, 18/10/1877, ed.81, p.2.



PRETA
 Vende-se uma preta crioula, nova, sabendo lavar engomar e cozinhar regularmente.
 Para examinar e tratar com A. A. Halfeld & C. á rua Direita n. 71
 (3 v.

Fonte: *Pharol*, 29/04/1877, ed.33, p.3.

Estes anúncios que figuravam as colunas do *Pharol* reafirmam a condição de mercadoria que representava o escravo no período escravista. Verificamos que os escravos anunciados tinham suas qualidades reforçadas no intuito de chamar a atenção ao comprador. Uma escrava que sabe

²⁸³ ALMICO, *Fortunas em movimento...* p.56.

lavar, engomar, cozinhar, seria muito útil às senhoras nas tarefas domésticas; assim como um rapazinho que tenha bons costumes, que seja um bom pagem, copeiro ou domador de animais teria bastante serventia na casa ou no trabalho na roça.

“Os escravos eram bens que possuíam alto valor agregado e que, por isso, moviam a economia no período em que foram utilizados como principal mão de obra em atividades diversas, desde o fiarem tecidos, cuidarem de filhos das senhoras, até a labuta diária e pesada das culturas e lida com a terra.”²⁸⁴ No tocante ao aluguel de escravos Rômulo Andrade atenta para o fato de que os habitantes juiz-foranos se utilizaram desse sistema tanto na área urbana quanto na rural.²⁸⁵ E reforça ainda a vantagem da transação para locador e locatário:

Apesar de representar para o proprietário um contrato de risco – já que sobre ele pesava o ônus da fuga ou da doença prolongada do escravo-, a locação lhe era interessante, porquanto representava liquidez imediata, economia na manutenção alimentar do cativo e perspectiva de reembolso a médio prazo do capital investido. Para o locatário significava a ausência de desembolso de capital vultoso, possibilitando-lhe diversificação dos investimentos. Em suma, excluído o escravo,²⁸⁶ era um tipo de transação lucrativa para as partes envolvidas.

Tabela 7: Faixa etária dos escravos fugidos em Juiz de Fora

IDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL H+M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 a 15	10	2,12	—	—	10	2,12
16 a 30	199	42,26	10	2,13	209	44,39
31 a 50	90	19,10	05	1,06	95	20,16
Acima 50	03	0,64	—	—	03	0,64
S/ ident.	146	30,99	08	1,70	154	32,69
TOTAL	448	95,11	23	4,89	471	100

Fonte: Jornal Pharol 1876-1888

²⁸⁴ ANDRADE, *Os sertões de São Paulo do Muriahé...* p.115.

²⁸⁵ ANDRADE, *Limites impostos pela escravidão...*p.92.

²⁸⁶ *Ibidem*, p.93.

Ao analisarmos a tabela 7, nos salta aos olhos o grande número de escravos que fugiam com idade entre 16 e 30 anos. Este contingente de fugitivos representava 42,26% do total de escravos fugidos entre os anos estudados. São expressivas também as fugas de homens entre 31 e 50 anos, representando 19,10% do total de 471 fugas. Percebemos que maioria dos evadidos eram adultos em plena idade laboral, podendo ser explicado pela alta demanda por homens em idade produtiva. Estes números revelam o desequilíbrio entre os sexos e a alta taxa de masculinidade encontrada nas escravarias nesse período.

As mulheres representavam pequena parcela nas fugas, sendo apenas 4,89% ou 23 casos. Esse fato pode ser explicado pelo desejo de não romper com possíveis laços familiares que possuíam no cativeiro, como os companheiros ou os filhos. Empreender uma fuga acompanhado por uma criança seria mais difícil do que partir sozinho. O pequeno número de mulheres que fugiam tinha na faixa dos 16 aos 30 anos de idade, tendo algumas delas partido acompanhadas por seus companheiros ou estavam envolvidas em fugas coletivas.

A escrava Dionísia, por exemplo, fugiu sozinha da fazenda onde trabalhava como livre, tendo mudado de nome em ocasião da fuga.²⁸⁷ Maria Thereza, africana, fugiu levando as duas filhas Andreza e Umbelina.²⁸⁸ Já Luiza, de mais ou menos 50 anos de idade, fugiu da casa onde estava alugada, na rua Direita.²⁸⁹ Desconfia-se que a escrava Maria tenha sido seduzida e que tenha embarcado para a Corte, ou mesmo que estivesse em algum ponto da estrada de ferro União Mineira.²⁹⁰ Em 1881, consta que a escrava Basília fugiu para Petrópolis em companhia de um português de nome Joaquim, alto, barbado e cheio de corpo. Basília é descrita pelo proprietário como boa engomadeira, costureira e boa nos serviços domésticos. Fugiu levando roupas de sua senhora.²⁹¹ Percebemos que, em diferentes circunstâncias e diferentes momentos, estas escravas fugiram sozinhas ou em companhia de alguém com quem pudessem tentar uma nova vida longe dos cativeiros.

Pela tabela observamos que pouquíssimos eram os escravos com mais de 50 anos de idade que empreendiam fugas. Como hipótese, podemos supor que esses escravos estivessem mais velhos e cansados, levando em consideração o trabalho excessivo que desempenhavam ao longo de suas vidas, já não lhes restando muitas opções. Há também a Lei 3.270, a Saraiva Cotegipe, promulgada em 1885, que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Entretanto, surtiu

²⁸⁷ *Pharol*, 13/04/1888, ed.84, p.3.

²⁸⁸ *Pharol*, 16/10/1884, ed.118, p.3.

²⁸⁹ *Pharol*, 22/11/1884, ed.134, p.3.

²⁹⁰ *Pharol*, 14/12/1882, ed.144, p.3.

²⁹¹ *Pharol*, 10/03/1881, ed.20, p.3.

pouco efeito, visto que muitos escravos viviam em condições precárias, sob trabalho excessivo, má alimentação e sua média de vida era de aproximadamente quarenta anos de idade. De acordo com a lei, o escravo alforriado deveria conceder mais três anos de trabalho gratuito ou até completar 65 anos ao seu senhor, como forma de indenização por sua libertação.

Tabela 8- Qualidade/procedência dos escravos fugidos no Pharol

Designativo	Nº de escravos	%
Africano	12	2,55
Branco	01	0,21
Caboclo	05	1,07
Cabra	19	4,03
Crioulo	105	22,30
Fula	41	8,70
Mulato	09	1,91
Pardo	118	25,05
Preto	119	25,27
S/ identificação	42	8,91
Total	471	100

Fonte: Jornal *Pharol* 1876-1888

Ao analisarmos a tabela 9, no tocante à qualidade dos escravos fugitivos no *Pharol*, é visível o maior número de escravos designados pelo proprietário como pretos, representando 25,27% das 471 fugas; seguidos pelos pardos, que representavam 118 ou 25,05%. Os crioulos somavam a parcela de 105 ou 22,30%. Faz-se importante lembrar que o proprietário era quem mencionava a qualidade/procedência ao anunciar as fugas, podendo ser meio confuso quanto a esta designação, pois definia como pretos tanto os escravos brasileiros, quanto os africanos. Apenas em 12 casos o proprietário salientou a origem africana dos fugitivos.

Pelo período analisado no jornal, é comum encontrar um baixo contingente de africanos, uma vez que se miscigenaram à população escrava brasileira após o fim do tráfico com a Lei Eusébio de Queirós em 1850. Todos os africanos (as) mencionados nos anúncios tinham mais de 40 anos de idade, deixando a hipótese que envelheceram na localidade ou que sejam produtos do

tráfico. Mesmo estando um pouco mais velhos, ainda se arriscaram na empreitada das fugas, revelando o desejo latente de liberdade.

Os designativos crioulo, cabra, fula, mulato, referem-se aos escravos nascidos no Brasil, provenientes do norte do país ou mesmo da província de Minas Gerais. Essas designações e procedência dos escravos, segundo alguns autores, podem revelar as relações sociais tecidas por essa população ao longo do período escravista. Para Hebe Mattos, a atribuição de cor seria critério fundamental de diferenciação social na sociedade brasileira no século XIX²⁹². Até a década de 1860, ser considerado branco já era sinal de que o indivíduo era livre. Dessa forma, a cor servia como forma de legitimar a posição social da população, indicando qual era a condição de cada um na hierarquia social. No entanto, após esse período, foram adotados novos critérios para definir a posição social de determinada pessoa.

Hebe Mattos indica que após 1860 é crescente o número de “brancos” que não possuíam escravos, bem como o número de pretos libertos, forros e livres, provocando uma reestruturação nas formas de diferenciação social. Dessa forma, as mudanças nos critérios de atribuição de cor surgem mais como uma estratégia de garantir e demarcar posição na sociedade, do que propriamente distinguir a cor da pele dos indivíduos.²⁹³ Há nos anúncios de fuga analisados, menção a um fugitivo branco, de nome João Vieira, matriculado em Cantagalo, de cabelo bom, cortado a meia cabeleira. Fugiu da cidade do Rio Novo com a intenção de ir para a Corte, onde foi comprado.²⁹⁴ É instigante o termo branco para designar escravos, ainda na década de 1870. Acredita-se que neste período, o critério da cor teve um tom decisivo para alocar os indivíduos num determinado grupo e ao mesmo tempo afastá-los de outros. Apesar de ter a cor clara, João Vieira permanecia escravo e sua condição social tendia a mantê-lo preso ao sistema escravista. Para Sylvia Hunold Lara, “as designações de ‘negro’, ‘cabra’, ‘pardo’ e até mesmo a de ‘crioulo’, embora não digam nada a respeito da condição social das pessoas assim nomeadas, mas sim de sua origem ou cor da pele, indicam a existência de outros níveis de diferenciação social que, para aqueles homens e mulheres coloniais, não eram subsumidos pelas distinções entre livres, forros e escravos.”²⁹⁵ E ainda sob a ótica de Hebe Mattos,

²⁹² CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁹³ *Ibidem*, p.98-99.

²⁹⁴ *Pharol*, 13/11/1879, ed.89, p.4.

²⁹⁵ LARA, *Campos da violência...* p. 350.

Pardo foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estes tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo – consolidou a categoria ‘pardo livre’ como condição linguística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava.²⁹⁶

Por fim, no tocante ao ofício dos escravos fugitivos no *Pharol*, embora maior parte anúncios, em 389 ou 82,59%, não constasse as suas ocupações, constatamos que grande parte dos escravos cuja ocupação foi mencionada se prestava ao serviço na roça, representando 18 dos 82 anúncios. Grande parte dos escravos que foram anunciados como especializados, muitas vezes desempenhavam mais de uma atividade, como o escravo Sabino, que é um bom cozinheiro, mas também é meio peão, pagem,²⁹⁷ demonstrando o dinamismo desses escravos nas atividades que lhes eram impostas.

²⁹⁶ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, pp. 6-18.

²⁹⁷ *Pharol*, 24/03/1878, ed.24, p.3.

3.3- O escravo no noticiário do *Pharol*

Ao longo das décadas de publicação do jornal *Pharol*, o escravo figurava no noticiário de diferentes formas, seja nos anúncios de venda, nos anúncios de fuga ou mesmo envolvidos em assassinatos, roubos e suicídio. Noticiavam-se as fugas da escolta, quando estes escravos eram vendidos e transportados para outras cidades; e também as prisões ou acusações de diferentes crimes cometidos pelos mesmos.

Domingo, 14 de novembro, foi assassinado um escravo do Ilmo. Sr. Dr. Thomaz de Aquino Leite, por um outro escravo do mesmo senhor, na fazenda do Monta Cavallo nesta freguesia. O assassino, depois de perpetrar crime evadiu-se, e consta que anda pelas imediações deste lugar. Segundo ouvimos de pessoa bem informada, este assassino é de maus instintos. A autoridade fez o competente auto de corpo de delito.²⁹⁸

As brigas e os assassinatos entre escravos eram recorrentes, sendo muitas vezes noticiadas no jornal, conforme o recorte exposto. A criminalidade escrava tanto nos centros urbanos como na área rural tinham diferentes motivações, sendo alguns crimes relacionados às necessidades dos escravos e muitos poderiam estar ligados a conflitos entre os parceiros de cativo, ao ciúme, à vingança ou outros fatores; como o caso acontecido em Membeca, município de Rezende na província do Rio de Janeiro, onde o escravo Adão, preto, escravo do Sr. Francisco Tristão Nogueira, assassinou sua parceira de nome Umbelina, entregando-se em seguida às autoridades. Atribuiu-se a ciúmes o crime cometido.²⁹⁹ Este outro fragmento diz respeito ao assassinato de um negociante de escravos, seguido pela fuga dos suspeitos envolvidos no crime:

Foi assassinado pelos negros que conduzia, em uma fazenda distante meia légua do Rio Novo, o negociante de escravos tenente coronel Roberto Evangelista de Queiroz. Os escravos fugiram em número de trinta, levando consigo as canastras que continham dinheiro e outros valores. O delegado de polícia do Juiz de Fora, constando-lhe que os escravos se dirigiam para os lados da Serraria, mandou postar sentinelas em diversos pontos da estrada União e Indústria. Foram porém infrutíferas as diligências feitas visto que nenhum deles por lá passou.³⁰⁰

Noticiou-se também a fuga de um escravo suspeito de ameaçar contra a vida de seu senhor:

²⁹⁸ *Pharol*, 20/11/1886, ed.269, p.1.

²⁹⁹ *Pharol*, 12/10/1882, ed.119, p.2.

³⁰⁰ *Pharol*, 03/05/1877, ed.34, p.1.

[...] fugiu a 15 de setembro de 1886, o escravo Antônio Pernambuco, para cuja captura muito se interessa o abaixo assinado, que já por duas vezes foi por ele traiçoeiramente agredido com o fim de assassiná-lo, sendo a segunda vez há dias depois de fugido, desfechando-lhe dois tiros; e, como persiste firmemente nesse malévolo intento, pois que assim o declarou e tem sido visto nas imediações da fazenda, armado de espingarda de dois canos, garrucha, faca e foice; eis porque o abaixo assinado, a bem da conservação de sua existência, em eminência de grande perigo, vivamente se empenha por sua apreensão, a fim de entrega-lo à ação da justiça. [...] Joaquim José de Paiva.³⁰¹

A recorrência nos crimes de homicídio no período era frequentemente publicada no *Pharol*. Elione Silva Guimarães, ao quantificar os principais crimes praticados e sofridos pelos escravos em Juiz de Fora de 1850 a 1888, observou a predominância para os homicídios, trazendo como hipótese o fato de que os senhores de escravos poderiam resolver internamente as disputas entre seus cativos, entregando para o julgamento da justiça apenas os casos mais graves.³⁰²

Também foi assassinado em Sant'Anna do Deserto o preto Francisco e ferido levemente Felix, ambos escravos do Dr. Mello Brandão. Logo que o delegado de polícia teve conhecimento do fato pra lá seguiu com uma escolta, e com o auto do corpo de delito a que procedera o respectivo subdelegado, havia sido lavrado por um escrivão *ad hoc* que não é cidadão brasileiro, mandou o delegado proceder a exumação do cadáver e a novo auto.³⁰³

As prisões de escravos que cometiam delitos graves como os homicídios, as fugas e os roubos também eram pauta nas primeiras colunas do jornal, como o escravo Theodoro, que declarou ter assassinado o feitor da fazenda de seu senhor no município de Pitanguy, ou os escravos que foram recolhidos na cadeia de Juiz de Fora, que estavam implicados no assassinato de Antônio Gabriel M. de Barros, e que a relação mandou submeter a novo júri.³⁰⁴ Foi recolhido também na cadeia, vindo preso de São João Del Rei, o escravo Paulo, cuja fuga fora noticiada após assassinar o feitor da fazenda de seu senhor, Antônio José Alves Pereira, que confessa o crime com maior frescura, lamentando apenas não ter podido fazer o mesmo a outros!³⁰⁵

Noticiava-se também o escravo fugido que havia caído nas garras da justiça, conforme visto em Rio Novo, um preto que deu o nome de José. Ele diz que veio de Tacaratú, remetido ao Sr. Evaristo, comissário de escravos do Rio de Janeiro. Na notícia supõe-se que seja escravo fugido e

³⁰¹ *Pharol*, 01/09/1887, ed.198, p.3.

³⁰² GUIMARÃES, *Criminalidade e escravidão* ... p. 73-105.

³⁰³ *Pharol*, 03/05/1877, ed.34, p.1.

³⁰⁴ *Pharol*, 03/04/1884, ed.37, p.1.

³⁰⁵ *Pharol*, 21/06/1877, ed.47, p.1.

quem ao mesmo se julgar com direito que queira dirigir-se à referida cidade para verificar sua identidade.³⁰⁶ Os fugitivos que eram presos deveriam ser reconhecidos por seus senhores e estes pagariam a estadia dos mesmos na cadeia. Caso não fossem resgatados iam a leilão público, onde acabavam sendo arrematados por outros senhores.

A violência presente no sistema escravista refletia também na comunidade escrava. No cotidiano, ao lado de atos de solidariedade entre os mesmos, eclodiam também atos violentos contra companheiros de cativo, conforme ilustrado pelos recortes do *Pharol* expostos neste capítulo. Os crimes envolvendo escravos se intensificaram após a década de 1880, podendo ser explicado pelo acirramento das tensões oriundas das leis abolicionistas, e que se impregnaram na comunidade cativa. Por outro lado, os senhores de escravos tenderam a entregar o cativo criminoso para julgamento com maior frequência, à medida que o Estado buscava implantar uma regulamentação para o tratamento que deveria ser dispensado aos escravos, no intuito de impor limites aos senhores de terras e de escravos. Deve-se também levar em consideração o crescimento urbano de Juiz de Fora no período, a chegada de imigrantes na cidade e o estranhamento causado pelo choque entre as diferentes nacionalidades que ali se encontravam.

A crescente concentração de cativos devido à expansão cafeeira em Juiz de Fora é uma hipótese a ser considerada com relação ao aumento da criminalidade. Na segunda metade do século XIX os senhores de escravos passaram a enfrentar pressões tanto externas quanto internas contra a escravidão, através da crescente resistência escrava que se dava pelas fugas, homicídios de proprietários, feitores e companheiros de cativo. Consideremos o fato de que os senhores possuíam o direito de punir seus cativos no interior das fazendas. Em conjunto com a racionalidade econômica do sistema, muitos senhores de escravos resolveram internamente parte dos conflitos envolvendo cativos. Maria Helena Machado ao analisar o crescimento da criminalidade escrava em Campinas e Taubaté, percebeu que grande parte dos crimes atingia diretamente a autoridade senhorial:

A hipótese da existência de uma ampliação efetiva dos crimes de escravos, neste período, baseia-se na consideração dos homicídios contra senhores e feitores à medida que estes foram percebidos, tanto pelos senhores quanto pelo aparelho judiciário, como crimes limites, uma vez que atentavam frontalmente contra os princípios da sociedade escravista. Conscientes da fragilidade dos mecanismos paternalistas de que dispunham, os senhores, desde sempre, temeram os ataques de seus cativos.³⁰⁷

³⁰⁶ *Pharol*, 26/09/1878, ed.76, p.2.

³⁰⁷ MACHADO, *Crime e escravidão...* p.37.

Ao analisar os crimes praticados em Juiz de Fora, Elione Guimarães encontrou 30 delitos cometidos por escravos contra senhores, administradores e feitores, sendo grande parte deles referindo-se a ferimentos graves e a homicídios e/ou tentativas de morte. O feitor era o representante direto entre senhor e escravo, sendo responsável pela vigilância e pela aplicação dos castigos caso necessário. Dessa forma, havia a possibilidade de encarar frente a frente a resistência escrava, quando os mesmos lhe saíam do controle, fugindo ou praticando atos de vingança, seja nas tentativas de assassinato ou mesmo nos furtos, como o escravo Nicácio que fugiu e “levou consigo um bom revólver e um relógio com corrente de prata [...] Fugiu por ter matado um cavalo da fazenda e o feitor de quem roubara o relógio e o revólver.”³⁰⁸ Situação também inusitada aconteceu com o proprietário Antônio José Alves Pereira, cujo escravo, de nome Paulo, um criminoso de morte, fugiu da escolta de onde vinha preso de São João Del Rei para a cidade de Barbacena. Paulo fugiu levando consigo a mesma espingarda com qual fora preso.³⁰⁹ Os crimes ocorriam de maneira oportuna, evidenciando o fato de que a forte repressão levava ao comportamento desajustado dos escravos e à delinquência. Para Katia Mattoso, o escravo assassino,

[...] atinge o fundo de sua cólera ou da sua confusão, domina-o uma loucura assassina e ele apanha seus instrumentos de trabalho- pá, enxada, picareta, facão- e mata o senhor ou o feitor, que vivem a castiga-lo ou maltratam sua mãe ou seu amigo. Pois os escravos recalcitrantes, ou assim considerados, sofrem algumas vezes castigos terríveis. A repressão instiga a contestação, círculo vicioso do qual o escravo não sabe sair a não ser pela violência do olho por olho, dente por dente.³¹⁰

Outro tipo de crime cometido pelo escravo, que era comumente noticiado pelo *Pharol* eram os furtos, que ocorriam contra os senhores, feitores, em residências ou mesmo contra companheiros de cativo, como o escravo Jacintho, que fugiu levando uma caixa com roupas e dinheiro que furtou do feitor da fazenda.³¹¹ Os escravos tinha certa mobilidade nas ruas da cidade, transitando tanto durante o dia enquanto trabalhavam, estando assim em contato com outros escravos ou mesmo pessoas livres com quem poderiam ter certa amizade. Sendo assim, poderiam encontrar formas de cometer delitos no intuito de obter certos ganhos que poderiam lhes beneficiar de alguma maneira, evidenciando uma manifestação de inconformismo com o sistema. Ademir Gebara associa a

³⁰⁸ *Pharol*, 15/04/1877, ed.29, p.4.

³⁰⁹ *Pharol*, 07/06/1877, ed.44, p.4.

³¹⁰ MATTOSO, *Ser escravo no Brasil...* p.156.

³¹¹ *Pharol*, 08/08/1878, ed.62, p.2.

marginalidade e a delinquência aos maus tratos, ao trabalho excessivo e à repressão às fugas.³¹² Os escravos cometiam crimes sozinhos ou, em alguns momentos aglutinavam-se em bandos.

Anteontem, as 11 horas da noite, Camillo, escravo conseguiu penetrar no quintal da casa do Sr. Barão de Santa Mafalda, e arrombou um portão que comunica o quintal com o jardim para evadir-se no caso de falhar seu plano. Pessoas que moram perto, avisaram a polícia, comparecendo logo o Sr. C. Nolding, subdelegado. Colocados alguns indivíduos da parte de fora do portão de ferro, à espera do gatuno que então deitava para fora algumas taboas, apareceu Camillo, que para disfarçar a sua posição disse: -Quem está aí!? Eu sou da casa; acordei e vim ver esse barulho. A essa hora o Sr. Subdelegado deu-lhe a voz de prisão, conseguindo deitar-lhe a mão. Mandou-se, então á cadeia para que viessem alguns praças conduzissem, para lá Camillo. Este conseguiu escapar se das mãos da autoridade e fugir. Era quase 3 horas da manhã de ontem, quando isso de deu.³¹³

A notícia em questão retrata um roubo cometido na casa do Barão de Santa Helena, na calada da noite. Este fato demonstra além da mobilidade que esses escravos tinham na cidade, a vigilância da sociedade perante as pessoas de cor. Notamos que, assim que avistaram uma movimentação suspeita na casa do Barão de Santa Helena, avisaram à polícia. Ressaltamos o horário em que se deu o ocorrido, às 3 horas da madrugada e as pessoas estavam em alerta. A vigilância da sociedade se fazia como um forte mecanismo de controle aos escravos, funcionando como mais um instrumento de repressão, “identificando corpos estranhos ao seu aspecto ou à sua rotina”.³¹⁴ O aumento da criminalidade escrava nas últimas décadas do século XIX se deve a diferentes fatores e, para Célia Azevedo era possível que:

[...] as relações sempre conflituosas entre senhores e escravos estivessem agora a vivenciar um novo momento histórico, com o espaço da produção tornando-se palco privilegiado das revoltas individuais e coletivas dos negros escravizados. Isto quer dizer que a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho (no eito e no interior das moradias dos senhores) muito mais do que fora deles tal como nas tradicionais fugas e quilombos. [...] a partir da segunda metade do século XIX, as possibilidades de manter a disciplina e o controle sobre os escravos na grande produção agrícola tornam-se cada vez mais difíceis. Isto devido à grande concentração de negros subitamente criada nestes anos, sobretudo no fim da década de 1860. [...] Além disso, as dificuldades com a disciplina tinham muito a ver com o descrédito em que caía a escravidão e com as

³¹² GEBARA, *Escravos: Fugas e fugas...* p.90.

³¹³ *Pharol*, 25/03/1888, ed.69, p.1.

³¹⁴ GEBARA, *Escravos: Fugas e fugas...* p.96.

inevitáveis mudanças de atitudes psicossociais, tanto da parte de senhores como de escravos, bem como da população em geral.³¹⁵

O crime praticado pelos escravos, nesse sentido, se representa como uma forma de resistência à escravidão. A criminalidade escrava como ameaça ao sistema escravista foi captada pela própria justiça no período, se mostrando cada vez mais preocupada com a questão da segurança nas cidades. Temendo uma onda de ações criminosas, a justiça se dedica rapidamente na condenação do escravo infrator, por vezes contrariando os interesses dos proprietários que não desejavam perder seus cativos. Em Juiz de Fora, vemos a preocupação das autoridades em conter a criminalidade, uma vez que o corpo policial não se via preparado para as crescentes infrações cometidas pelos escravos, conforme registrado pelo redator do *Pharol* em 1885.

Além da marginalização pela própria condição social, o escravo, o negro forro e o homem livre pobre passa a ser também associado à figura do criminoso ou do suspeito em potencial. Os crimes cometidos pelos escravos chegavam rapidamente ao noticiário dos jornais, criando um clima de tensão para a população que desejava tranquilidade e segurança. Dessa forma, desde as primeiras décadas do oitocentos, a preocupação com a criminalidade estará fortemente presente em muitos discursos e relatórios de presidentes de província. A cada dia a polícia e a justiça buscavam adentrar as camadas marginalizadas da sociedade tentando controlar seus impulsos. As posturas municipais tornavam-se mecanismos coercitivos, visando controlar as ações dos escravos, cujas pautas principais traziam horário permitido para transitar por vias públicas; a permanência de escravos em vendas; a proibição de porte de armas e principalmente restrição para comprar bebidas alcólicas. Ao analisar o Código de Posturas de Santo Antônio do Paraibuna de 1853, Caio Batista constatou que,

[...] os escravos eram proibidos de fazer uma série de atividades como comprar bebidas alcoólicas se estivessem em estado de embriaguez, de se reunirem em locais públicos para fazer batuques e danças, de andarem armados, de fabricar e comercializar qualquer armamento, de comprar pólvora, de correr a cavalo pelas vias da cidade sem necessidade e a atirar pelas ruas. Além destas restrições, os cativos não podiam promover arruaças e gritarias nas vias públicas. Os escravos que descumprissem alguma destas posturas estavam sujeitos a punições diversas que iam desde oito dias de prisão a um castigo que variava de vinte e cinco a

³¹⁵ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites- Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.181.

duzentos açoites.³¹⁶ [...]foi possível perceber de uma forma geral que as leis contidas neste documento restringiam os escravos de promoverem atos de feitiçaria e adivinhações, danças de batuque nas casas das povoações e da cidade, de fazerem algazarra que perturbasse a vizinhança, de usarem armas ofensivas no centro urbano e nos distritos, de possuírem casas de negócios sem a autorização de seu senhor, além destas restrições, era vetado ao cativo entrar em propriedades e casas que não eram de seu senhor.³¹⁷

Diante do que foi exposto por Caio Batista, percebemos o interesse em reprimir qualquer ato do escravo que fosse considerado perturbador à ordem pública. Mesmo as danças e batuques, muitas vezes praticados entre os negros como forma de exprimirem sua cultura, eram considerados infrações. Os proprietários muitas vezes salientavam nos anúncios de fuga a tendência à bebida ou às danças, como o escravo João, que gosta de beber cachaça e fica alegre quando bebe³¹⁸, e Joaquim, o escravo do Major Antônio Gonçalves que é muito inclinado a beber aguardente, que ele define como sendo natural entre eles³¹⁹; ou mesmo Clemente, que é bom tocador de viola e dançador.³²⁰ Apesar de todas as restrições que envolviam a figura do escravo, havia certas concessões no Código de Postura Municipal de 1847, como a permissão para se reunirem em locais determinados para tais fins,

É permitido aos escravos:

§I. Tocar, cantar, dançar dentro desta Cidade e Povoações nos lugares que forem pelos Subdelegados para esse fim designados.

§II Os quimbetes e reinados que costumão a fazer acompanhando os Juízes Mores da Irmandade do Rosário: as permissões dos antecedentes só terão lugar de dia. A designação do § I feita pelo Subdelegado pode ser alterada pela Camara apresentados á mesma motivos justificado.³²¹

Fato também noticiado pelo *Pharol* eram os ditos “acoitamentos”, no qual o escravo fugitivo era suspeito de estar escondido ou acobertado por alguém, seja algum conhecido, um parente

³¹⁶ BATISTA, Caio. A visão pública sobre os escravos urbanos na Zona da Mata mineira: Juiz de Fora, 1850 – 1888. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 7 Nº 12 Jan-Jun 2012, p.114.

³¹⁷ *Ibidem*, p.115.

³¹⁸ *Pharol*, 12/12/1878, ed.97, p.3.

³¹⁹ *Ibidem*, p.4.

³²⁰ *Pharol*, 29/11/1877, ed.93, p.4.

³²¹ Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Paraibuna da Província de Minas Gerais. Artigo 150 apud BATISTA, Caio. A visão pública sobre os escravos urbanos na Zona da Mata mineira: Juiz de Fora, 1850 – 1888. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 7 Nº 12 Jan-Jun 2012, p.116.

próximo ou mesmo seus antigos senhores, conforme observamos no recorte a seguir, onde dois irmãos fugiram, sob a suspeita de terem sido seduzidos e acoitados:

400\$000

Continuam desaparecidos, acoutados, seduzidos e fugidos, desde esta data dois escravos, que vindos da corte na companhia de seu senhor para Mariano Procópio, em Entre-Rios, por encomendo deste tomaram para Porto Novo e desembarcaram em Santa Fé para onde se telegrafou e dali desapareceram havendo notícias de que andavam por Chiador e Sapucaia, onde até estiveram presos e soltos apesar de todas as diligências que o senhor empregou. Tem os mesmo os sinais seguintes: são irmãos muito parecidos, chama-se Thomé e José, 19 e 17 anos, fulas claros ou cabras, rostos redondos, grossos de corpo, bons dentes, nortistas e fala abestalhada. Roga-se às autoridades policiais, fazendeiros e situantes que se dos mesmos tiverem notícias as transmitirem ao Sr. Rodrigo Navarro Pinto de Andrade, agente em Entre-Rios, gratificando a quem os descobrir, com a quantia acima, e protestando-se a usar com todo o rigor da lei com quem os tiver acoutados.³²²

Mesmo sob ameaças da lei, muitos escravos eram acoitados, reforçando a hipótese de que a mesma sociedade contraditória que exercia certo controle sobre os foragidos, os protegia em sua arriscada empreitada. Muito além do ato de fugir, permanecer escondido de seus senhores era um desafio constante, onde cada ato deveria ser planejado, como o caminho a seguir, as possíveis redes de proteção a serem acionadas caso necessário e as precauções a serem tomadas caso houvesse contratemplos inesperados. Valendo-nos das palavras de Kátia Mattoso, “mundo dos homens livres e mundo dos escravos opõem-se, mas estão também em estreita dependência um do outro. Ser escravo no Brasil é buscar a superação das contradições entre esses dois mundos e, ao mesmo tempo, das tensões no grupo dos escravos.”³²³

Casos também comuns no noticiário do jornal eram as mortes de escravos, sintetizadas em afogamentos, enforcamentos ou suicídios. Destacamos alguns recortes encontrados nas edições analisadas. “Na manhã do dia 14 do corrente, apareceu dentro do rio Paraibuna, junto à linha férrea, o cadáver de um preto. O subdelegado de polícia fez auto do corpo de delito e verificou ser o escravo de nome Justiniano, pertencente a D. Rita de Cássia.” Ainda na mesma publicação,

Pelas 7 horas da noite do mesmo dia, chegou ao conhecimento do delegado de polícia que, no córrego da Colônia de D. Pedro II existia um cadáver. Para ali seguiu logo o mesmo delegado e, procedendo a auto do corpo de delito, verificou

³²² *Pharol*, 13/051884, ed.54, p.3.

³²³ MATTOSO, *Ser escravo no Brasil...* p.123.

ser o escravo de nome Faustino pertencente a Honório Ribeiro de Miranda. Trata-se dos necessários inquéritos, a fim de se averiguar a procedência desses fatos, sendo certo que nenhuma contusão foi encontrada nos cadáveres.³²⁴

Nas notícias constatamos a presença da polícia na averiguação dos fatos ocorridos, no intuito de prestar algum esclarecimento à sociedade diante das fatalidades, conforme observado no fragmento, onde o delegado constatou não haver contusões no cadáver encontrado. Ana Maria Faria Amoglia, ao analisar o perfil dos suicídios de escravos em Juiz e Fora através dos processos criminais, constatou que ao proceder aos autos de corpo de delito, as autoridades raramente referem-se às marcas dos castigos encontrados. Quando o mencionavam, diziam não ser o suficiente para contribuir com a morte e não questionavam se houve de fato o suicídio, já o definiam dessa maneira. Nem ao menos especulavam se houve excessos no cativeiro e se os castigos contribuíram na decisão do cativo em por fim à vida. Través dos processos criminais, nos relatos das testemunhas, a autora viu serem mencionadas as relhadas, os troncos etc. Dessa forma, há a hipótese de que casos registrados como ato voluntário possam ter sido, na verdade, um homicídio.³²⁵ Outro caso noticiado como suicídio:

No dia 10 do corrente, suicidou-se uma escrava do Sr. Fernando Augusto de Miranda, no açude da fazenda. A desgraçada não morreu só, tinha amarrado nas costas seu filho pequeno e com ele atirou-se no açude. Chamava-se Maria. O senhor delegado de polícia foi ao lugar que dista daqui (ilegível), e lá procedeu ao auto de corpo de delito e inquérito.³²⁶

Maria suicidou-se, levando junto seu filho. Tamanho ato de desespero revela a revolta interior do escravo, como uma fuga da vida que leva, seja por insatisfação ao senhor, ao trabalho exaustivo ou a outros fatores pertinentes em sua vida cotidiana. Sem a esperança de se tornar livre, o escravo recorria a atos extremos como o suicídio, o que preocupava os senhores, uma vez que perdendo seus bens estariam sofrendo grande prejuízo. Passam-se os anos e os suicídios continuam a ocupar as colunas do noticiário:

Na fazenda do Colégio, propriedade do tenente coronel Macedo Moura, suicidou-se o escravo Luiz, pertencente ao mesmo senhor; este escravo atirou-se em um poço que existe ao pé da mesma fazenda. Para ali seguiram ontem o senhor

³²⁴ *Pharol*, 17/06/1877, ed.46, p.2.

³²⁵ AMOGLIA, Ana Maria Faria. *Um ar de liberdade: o suicídio de escravos no município de Juiz de Fora (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

³²⁶ *Pharol*, 15/04/1877, ed.29, p.2.

delegado de polícia e escrivão, para fazerem auto de corpo de delito, à requisição do tenente coronel M. Moura.

- Em Mathias Barbosa, segundo nos consta, suicidou-se um escravo do capitão Carlos José Pereira, dando em si diversas facadas no peito. Nada sabemos de positivo.³²⁷

Os suicídios entre os escravos variavam. Mary Karasch, ao analisar o perfil dos escravos no Rio de Janeiro, identificou nos suicídios mais comuns o afogamento, o enforcamento ou o estrangulamento e o uso de armas de fogo ou armas brancas. A autora considera como principais motivações para os suicídios a rebeldia contra a condição cativa, os maus-tratos, a nostalgia que denomina como “banzo” e outras perturbações mentais; destaca também o desejo de retorno espiritual à África,³²⁸ tendo em vista que analisa as primeiras décadas do século XIX, no contexto de grande fluxo na importação de escravos.

Embora o presente trabalho englobe um período posterior, podemos observar certa semelhança nos métodos mais comuns de suicídio registrados no *Pharol*, conforme o escravo do Capitão José pereira, que deu várias facadas no peito ou um preto, que enforcou-se na fazenda do Sr. Manoel de Aquino Ramos.³²⁹ Homens, mulheres, jovens, idosos e até mesmo libertos suicidas alimentavam as crônicas diárias do *Pharol*. “No dia 12 do corrente, ás 11 horas do dia, mais ou menos, enforcou-se o liberto Lino, pardo, de 30 anos de idade, no sítio da propriedade do Sr. Solio Alves de Novaes, denominado Poço d’Anta. A autoridade teve conhecimento do fato e procedeu-se ao corpo de delito.”³³⁰ Fato curioso, visto que não haveria motivos aparentes para um liberto cometer suicídio, uma vez que não estava mais preso ao sistema escravista, podendo reconstituir sua vida em outros lugares longe do cativo. No entanto, não sabemos as circunstâncias que levaram o escravo, mesmo depois de adquirir sua liberdade, permanecer na fazenda onde provavelmente vivera seus dias de escravidão.

Muitos escravos quando libertados não tinham destino certo, nem ofícios, nem apadrinhamento, mantendo-se dependente dos antigos senhores em troca de abrigo; e a troca de favores os mantinha presos à antiga situação de escravizados. Sem alternativas e sem esperanças optavam por colocar fim ao seu sofrimento através do suicídio. Há autores que trazem diferentes significados ao ato, como José Alípio Goulart, que define o suicídio como sendo uma espécie de protesto, rebeldia e de vingança contra o senhor. Para o autor, os suicídios, os homicídios e as fugas

³²⁷ *Pharol*, 11/11/1886, ed.261, p.1.

³²⁸ KARASCH, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro...* p.420.

³²⁹ *Pharol*, 12/03/1886, ed.56, p.1.

³³⁰ *Pharol*, 16/02/1882, ed.20, p.2.

eram reações decorrentes da inconformidade com o sistema escravista e da impotência diante do mesmo.³³¹

Ao fim da década de 1880, em decorrência dos ideais abolicionistas presentes em diferentes partes do país, os anos finais da escravidão ofegam em seus últimos momentos. As muitas narrativas contra a escravidão vêm à tona, decorrente de diferentes vertentes em diversos países, chegando também ao Brasil. O processo até o fim da escravidão de fato se deu de maneiras distintas, conforme suscita Jaci Maria Ferraz de Menezes:

- a) Reconhecimento, ao escravo, do direito a sua própria compra, com reconhecimento de direito de formar pecúlio para este fim.
- b) Liberdade de Ventres: a escravidão deixa de se transmitir por nascimento. Pretendia-se extinguir a escravidão por não nascerem escravos.
- c) Liberdade concedida sob a condição de prestação de serviços do ex-escravo ao seu ex-senhor por tempo determinado. O liberto tinha a sua residência fixada por igual tempo, não tendo liberdade de deslocamento.
- d) Liberdade condicionada a indenização ao proprietário pelo Estado. São criados Fundos de Emancipação, formados por pecúlio de escravos sob o regime de aprendizado ou por recursos públicos advindos dos impostos pagos por escravos.
- e) Criam-se juntas para decidir sobre as prioridades para a ordem de libertação pelos Fundos.
- f) Progressividade na aquisição da igualdade de direitos. Ao liberto não eram garantidos todos os direitos de cidadania, por exemplo, o voto. Ao nascido livre, sim.
- g) Libertação incondicional e sem estabelecimento de indenização.³³²

Sucederam-se décadas a estes acontecimentos, que entre aceitações e negações entre senhores, escravos e o próprio Estado, teve fim o trabalho escravo, sendo substituído gradativamente pelo trabalho livre. A princípio, o fim do tráfico em meados do século XIX, será conduzido, tanto pelas pressões da Inglaterra como por pressões internas, inclusive pelo medo que se implanta entre os proprietários pelos levantes dos negros, em especial na Bahia. A partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, se tornam crescentes os movimentos anti-escravistas.

Em meio a revoltas por parte dos escravos e de discursos abolicionistas, tendo como apoiadores nomes como Luís Gama, José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e Castro Alves, iniciam-se debates nas faculdades de Direito de Recife e São Paulo e irradiam-se nos jornais da época, atingindo também as camadas mais populares, causando agitação e angariando incentivos para a libertação desses escravos.

³³¹ GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/INL. 1972, p.123-130.

³³² MENEZES, Jaci Maria Ferraz de Menezes. *Abolição no Brasil: a construção da liberdade*. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009 - ISSN: 1676-258

Após a década de 1880 são crescentes as manumissões, e tanto Leopoldina como Juiz de Fora aderem ao ato, conforme explicitado pelo presidente de Província Sr. Dr. Antônio Gonçalves Chaves.³³³ No entanto, fica claro que o intuito das manumissões era a libertação gradual destes escravos, avançando em conquistas no jogo político que abrangia correntes de opiniões distintas: uma conservadora, que buscava manter seu status reafirmando a escravidão; e outra modernizadora, que propunha um conjunto de modificações na base política vigente. No decorrer dos últimos anos da década de 1880 muitos projetos são apresentados e debates acirrados acontecem em torno da abolição. Em 03 de maio de 1888, o tema entra em pauta no Parlamento:

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido. Confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições.³³⁴

O jornal *Pharol* neste período se coloca a favor do projeto gradual de emancipação, sempre publicando as manumissões voluntárias ou a libertação dos escravos pela lei emancipacionista. O redator Lindolpho de Assis vislumbra o processo como uma preparação para uma nova relação de trabalho, tendo em vista os acontecimentos que se dão no país. Ele também apoia e incentiva a instalação de uma hospedaria para imigrantes na cidade, para que possa abrigar os novos trabalhadores que estariam por chegar. Dessa forma, o redator atribui a transformação da mão de obra de escrava para livre como uma esperança de prosperidade para o futuro da pátria.

Minas desperta, o seu despertar é como o do leão subjugado pelo sono letárgico que lhe entorpecera os membros [...] Os mineiros compreendem perfeitamente a necessidade econômica, a força imperativa da civilização, da humanidade e religião, os interesses físicos, morais e intelectuais que determinam o desaparecimento, inadiável e improrrogável do elemento escravizado. Eles sabem por experiência própria que a substituição do elemento servil será para a lavoura a aurora brilhante de um dia interminável de ventura e progresso. A assembleia decretou e o honrado presidente de província sancionou a lei benéfica da imigração. [...] O primeiro conselho pois, que demos à lavoura mineira é que se previna de cômodos para receber o elemento colonial e que não se faça esperar em

³³³ Ver página 89.

³³⁴ BARBOSA, Ruy - *Parecer sobre o projeto nº 48-A*. in Senado Federal - A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243294>. Acesso em: 21/02/2020.

dirigir o pedido à diretoria da associação do número de famílias que lhes pareça necessário, certo de que a transformação do trabalho será uma semente lançada em solo ubérrimo e que, fecundada, produzirá os mais esplêndidos resultados. É esse o nosso empenho, porque a esperança da lavoura importa a prosperidade e o futuro de nossa pátria.³³⁵

Em uma edição subsequente, o tema da construção das habitações para os imigrantes segue novamente na primeira página do jornal, como uma súplica aos lavradores:

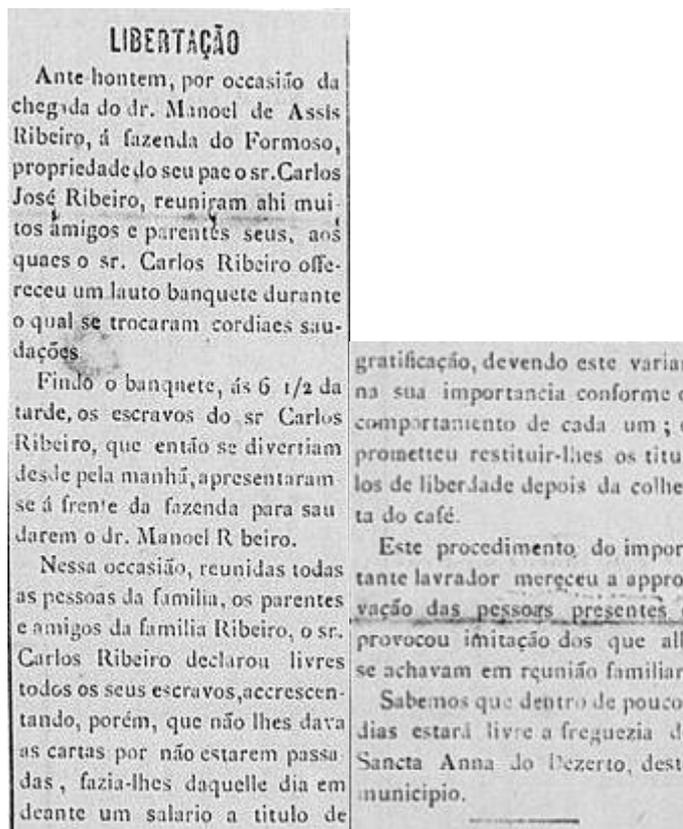
O primeiro passo está dado, cumpre agora que um elemento patriótico inspire aos lavradores mineiros e que todos ponham em ação o esforço individual, que se unifiquem todos em uma mesma ideia, que abriguem em torno a bandeira arvorada no capitólio do poder. Necessário é que desde já surta seus efeitos a lei provincial; para isso é mister que nos estabelecimentos rurais se inicie a construção de cômodos para os trabalhadores livres. Não carecemos de habitações luxuosas: tão somente, é preciso o essencial, que se pode conseguir por mínimo preço.³³⁶

A boa nova em torno da possibilidade de se efetivar a abolição parece ter despertado nos proprietários de escravos em Juiz de Fora um sentimento abolicionista, criando um momento propício à libertação dos mesmos. Dessa forma, as libertações se deram com maior frequência, levando em consideração também o fato de que estes senhores não estavam libertando seus escravos por pura gratidão aos serviços prestados, pois as manumissões eram reembolsadas pelo fundo de emancipação.

³³⁵ *Pharol*, 08/02/1888, ed.30, p.1.

³³⁶ *Pharol*, 10/02/1888, ed.32, p.1.

Imagem 10: Libertação de escravos



Fonte: *Pharol*, 08/04/1888, ed. 80, p. 1.

A notícia data de um mês antes da assinatura da Lei Nº 3.353, a Lei Áurea, a 13 de maio de 1888.³³⁷ O Sr. Carlos Ribeiro, em um banquete ofertado em sua residência aos amigos e parentes, declarou livres todos os seus escravos. Prometeu-lhes um salário que deveria variar conforme o comportamento e garantiu que lhes entregaria as cartas de liberdade após a colheita do café. Os convidados então aplaudiram a atitude do anfitrião, ficando incitados a fazerem o mesmo a seus escravos. O redator garante ainda que se a atitude se fizesse entre os outros senhores ali presentes, em breve Sant’Anna do Deserto estaria livre!

Rosângela Cherem, ao analisar as manumissões nos jornais do município de Desterro em Santa Catarina, percebeu que, no período pré-abolicionista, ocorriam com frequência, demonstrando que os senhores desejavam reforçar seu prestígio social, ao libertarem seus escravos antes mesmo

³³⁷ LEI N 3.353. Declara extinta a escravidão no Brasil. Assinada pela Princesa Imperial Regente em 13 de maio de 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 25/02/2020.

da efetiva abolição da escravidão.³³⁸ Estes atos de benevolência, nesse sentido, buscavam destacar as posições sociais da elite. Em Juiz de Fora tudo nos leva a crer que acontecia da mesma forma.

As notícias de libertação de escravos eram recorrentes no *Pharol* e são vistas com mais frequência a partir de 1887, como o Sr. Francisco de Paula Campos, que concedeu a carta de liberdade à sua escrava Emília, com a condição de prestar-lhe serviço até 31 de outubro de 1888³³⁹, ou o comendador Canedo, um dos diretores do Banco Predial, que de acordo com seus colegas, concedeu a liberdade incondicional a todos os escravos das fazendas dos Coqueiros e Bom Jesus³⁴⁰. Há também a notícia do padre José Nunes C. de Rezende, que concedeu a liberdade ao seu único escravo Adão, conforme relata o jornal *Arauto de Minas*, reproduzida pelo *Pharol*,

“[...] foi uma cena tocante, depois de celebrar o sacrifício da missa, o jovem sacerdote chamando o libertando abraçou-o e deu-lhe a carta. Este, chorando de prazer, caiu prostado abraçando os joelhos de seu benfeitor. À tarde, o liberto que é cozinheiro do padre, aprontou um bom jantar para o qual convidou diversas pessoas, sendo uma modesta festa, em que se entrelaçaram os mais belos e enternecedores episódios.”³⁴¹

Há também um episódio onde uma escrava salvou a família do Sr. Pedro de Cerqueira Leite, em Simão Pereira. A casa estava em chamas e Lourença, uma parda de 12 anos de idade conseguiu avisar o senhor e sua esposa. Tudo estava reduzido a cinzas, móveis, títulos, valores e roupas, mas o casal só conseguiu se salvar graças à escrava. O Sr. Leite, em sinal de gratidão pelo relevante serviço que lhe prestou Lourença, passou-lhe carta de liberdade.³⁴² Estas, dentre outras manumissões observadas no jornal, no período analisado, reforçam a ideia de que havia certa preocupação por parte de alguns senhores em tornar livres seus escravos, embora representassem um número reduzido diante de tantos escravos que ainda permaneciam em cativeiro.

Caio Batista ressalta que a maioria das alforrias em Juiz de Fora ocorreu de forma incondicional, ou seja, sem que o escravo necessitasse cumprir alguma exigência para que

³³⁸ CHEREM, Rosângela Miranda. *Uma abordagem sobre as alforrias nos jornais de Desterro, 1884 a 1888*. Curitiba, ANPUH, s/d, p. 47 – 54. Disponível em: http://www.anpuh-sc.org.br/rch%201%20pdf/PDF_rch1%20art6rmcherem.PDF. Acesso em 11/05/2020.

³³⁹ *Pharol*, 13/09/1887, ed.207, p.1.

³⁴⁰ *Pharol*, 02/05/1888, ed.100, p.1.

³⁴¹ *Pharol*, 06/04/1887, ed.76, p.1.

³⁴² *Pharol*, 18/09/1878, ed.74, p.2.

obtivessem o benefício.³⁴³ Enfatiza ainda que as manumissões agraciavam em maior parte as mulheres, representando 58% dos casos.³⁴⁴

No dia 12 de maio de 1888, um dia antes da assinatura da Lei Áurea, a abolição entra em pauta novamente nas colunas do *Pharol*, onde o redator menciona uma sessão na Câmara dos Deputados requerida por Joaquim Nabuco:

Anteontem foi aprovado quase unanimemente, em terceira discussão pela Câmara dos Deputados o projeto extinguindo a escravidão. Oraram os Srs. Lourenço de Albuquerque e Pedro Luiz. Os outros oradores inscritos desistiram do direito de falar, no intuito de apressarem a passagem do projeto. A requerimento do deputado Joaquim Nabuco, foi levantada a sessão. Grande foi a concorrência de senhoras e de pessoas de todas as classes sociais que assistiram à sessão. Terminada a votação, foram atiradas muitas flores sobre os deputados e ministros. Pela Confederação Abolicionista foi oferecido um riquíssimo ramalhete de flores artificiais ao senhor desembargador Lucena presidente da Câmara. O Sr. Affonso Celso Junior apresentou o projeto de ser considerado dia de festa nacional o da promulgação da lei.³⁴⁵

O *Pharol* se regozijava diante dos desdobramentos que eram acompanhados por debates calorosos que se davam na Câmara dos Deputados. O país ansiava por reformas e o Estado não seria capaz de resistir às pressões do povo em favor da libertação dos escravos. Para Emília Viotti, o abolicionismo “unificou os grupos mais diversos e deu expressão aos interesses mais variados. A convivência de amplos setores da sociedade permitiu às camadas populares e aos escravos se mobilizarem na luta contra a escravidão. Foi essa mobilização que levou a aprovação da Lei Áurea.”³⁴⁶ Na edição do dia 13 de maio diz-se o seguinte:

Deve ser votada hoje definitivamente, no senado, a extinção do elemento servil. Remetido anteontem a venerável corporação, foi lido o projeto, propondo o conselheiro Dantas, que se nomeasse uma comissão especial, que foi comporta aos srs. Dantas, Affonso Celso, Teixeira Junior, Pelotas e Taunay, que lavraram seu parecer sobre o mesmo, julgando-o digno de discussão para ser adotado pelo senado. Entrando ontem em segunda discussão, o projeto de lei deve ser submetido hoje à terceira, sendo definitivamente votado.³⁴⁷

³⁴³ BATISTA, *A dinâmica da escravidão urbana...* p.214.

³⁴⁴ *Ibidem*, p.217.

³⁴⁵ *Pharol*, 12/05/1888, ed.108, p.1.

³⁴⁶ COSTA, Emília Viotti - *A Abolição*. Col. História Popular, coordenação de Jaime Pinsky. São Paulo: Global Editora, 1988, p.138.

³⁴⁷ *Pharol*, 13/05/1888, ed.109, p.1.

Explicita-se neste fragmento os incessantes debates que se davam em favor da abolição. Na edição anterior, em 12 de maio de 1888, o *Pharol* publica também as inúmeras libertações que se deram na cidade de Juiz de Fora, como “o major Francisco Marianno Halfeld e sua senhora dona Rita de Campos Henriques Halfeld, que no dia 10 do corrente mês libertaram incondicionalmente todos os seus escravos, em número de 117; e dispensaram os serviços de 50 ingênuos e de um sexagenário.”³⁴⁸ E também,

Libertaram todos os seus escravos, no dia 7, os senhores: Major Antônio Caetano Rodrigues Horta, Coronel Antônio Caetano de Oliveira Horta, Capitão José Caetano de Oliveira Horta. Os senhores João Maurício A. de Souza, Capitão José Antônio Dias Ministério e Francisco Dias Ministério libertaram também todos os seus escravos. Libertaram igualmente sem condição alguma todos os escravos que possuíam: o Doutor Theotônio de Miranda Lima, D. Josefina Halfeld, D. Carlota Maria Cândida. O Coronel Manoel Vidal Barbosa Lage libertou, fazendo-lhes salário, os seus escravos das fazendas do Ribeirão e de São Pedro. Igual procedimento tiveram os senhores: Barão de Itatiaia, Conde de Cedofeita, Joaquim Cândido de Oliveira, Augusto Mendes Ferreira, D. Carlota Maria de Jesus, Thomé Ignacio Botelho, Dr. José Calmon N. V. da Gama, D. Rita de Cassia Tostes, Capitão José Fernandes de Miranda, Bernardino da Silva Leal, Victorino Leal, Comendador Pedro Procópio R. Valle e João Pamphiro, os últimos que possuía.³⁴⁹

Na mesma edição encontramos também uma carta de agradecimento de um escravo recém-liberto a seu senhor, em sinal de gratidão:

Possuído da mais eterna gratidão, venho perante o público agradecer a meu ex-senhor, exm. Sr. Barão do Retiro, o benefício que me fez, concedendo-me a liberdade. De s. ex., em poder de quem estive durante 5 anos, nada recebi senão inúmeros benefícios que jamais esquecerei: melhor tratamento não encontraria em qualquer outro lugar. Agradecendo-lhe, pois, faço votos pela sua prosperidade e pela da exm. Família a quem sou igualmente grato. Christiano Augusto de Rezende.³⁵⁰

Em Ouro Preto já se comemorava, em 11 de maio, a abolição do elemento servil, onde o correspondente descreve que, “festeja-se aqui entusiasticamente a abolição do elemento servil. Os estudantes, acompanhados de numerosos escravos, percorreram as ruas dessa cidade, dando vivas

³⁴⁸ *Pharol*, 12/05/1888, ed.108, p.1.

³⁴⁹ *Ibidem*, p.2.

³⁵⁰ *Ibidem*, p.2.

ao ministério João Alfredo e a todos os paladinos da cruzada abolicionista. A banda de música da polícia, acompanha-os, entoando festivas e patrióticas harmonias.”³⁵¹

No dia 15 de maio o *Pharol* comemora a promulgação da lei, enfatizando o grande feito conquistado pelos abolicionistas que se propuseram a extinguir a escravidão, em muitas discussões no parlamento e diante de muitos desafios. O redator deixa claro ao fim do artigo a necessidade de substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre.

Está resolvido, finalmente, o magno problema, que durante muito tempo preocupou os espíritos de todos os brasileiros, antolhando-se-lhes como fortíssimo obstáculo ao progresso nacional. Deixou de existir a escravidão no Brasil! Iniciada brilhantemente pelo saudoso estadista Visconde do Rio Branco, a ideia da extinção do elemento servil surgiu, alguns anos depois, mais amplamente desenvolvida, agitada e discutida violentamente nas praças públicas e na imprensa, até que se assenhoreou do parlamento nacional, servindo de embaraço à carreira política de muitos e concorrendo poderosamente para o engrandecimento de outros. A História, registrando todas as fases da luta encarniçada, em que se bateram valorosamente pela causa, a cujo triunfo assistimos hoje, fará saber a nossos vindouros que se alistaram sob a mesma bandeira legionários de ideias opostas, congregando-se e concentrando todos os seus esforços para atingirem o mesmo fim. A iniciativa particular, a cujo valiosíssimo auxílio se deve grande parte do movimento abolicionista, incitando-o energicamente com o exemplo de libertações sucessivas e em avultado número, deverá também ser mencionada nas páginas da História, significando a adesão franca de todo o país aos sentimentos dos oradores e jornalistas bem intencionados, que levaram por toda a parte a propaganda de suas ideias generosas e alevantadas sobre a abolição do trabalho servil. Não há exemplo de tão grande transformação social realizada com condições tão pacíficas como estas, em que acaba de se operar a libertação do Brasil. Em outras nações dotadas de elementos de vida, que atualmente não possuímos ainda, o sangue de milhares de vítimas tem sido derramado ao advento de reformas adiantadas, ao passo que se efetua aqui a extinção do cativo aos gritos de aplauso e de júbilo de todos os brasileiros! [...] Dado o golpe sobre o trabalho servil, torna-se preciso organizar quanto antes o trabalho livre, para que os novos cidadãos, que o país acaba de receber, saibam compreender devidamente quais as circunstâncias em que devem gozar a liberdade.³⁵²

Muitas foram as comemorações pela região pela libertação do elemento servil. Mas, ao marco final da escravidão no país, desapareceu das páginas do jornal a figura do escravo, seja pelos anúncios, ou pelo noticiário. Pela leitura dos jornais, não se sabe o que aconteceu a eles após o 13 de maio, que destino tomaram, de que forma sobreviveriam no mundo agora livre. Notamos apenas

³⁵¹ *Ibidem*, p.2.

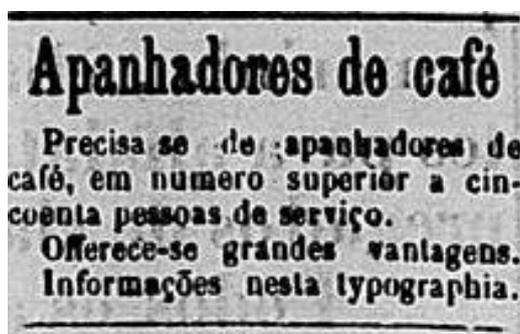
³⁵² *Pharol*, 15/05/1888, ed.110, p.1.

no comentário de um correspondente de Barbacena, a preocupação com o destino dos recém-libertos:

Em consequência desta lei tão bela, (nem tudo é flor no roseiral florido!) quantos libertos valetudinários, quantos ingênuos desprotegidos irão sofrer os horrores de miséria e fome? Não seria, pois, desde já necessária a criação de uma associação beneficente, que destes infelizes cuidasse? Esta associação teria um nome. Pois bem, este seria- Associação beneficente de Nossa Senhora dos Mártires. Ficariam assim perpetuadas a piedade, a caridade e a efemérida, isto é, o dia 13 de maio. A ideia fica aí registrada e à disposição de quem quiser realiza-la, certo de que não lhe oporemos direito de propriedade. Olympio de Araújo.³⁵³

A preocupação explicitada no jornal parece ter ficado apenas neste fragmento noticiado, pois o assunto que se segue nas edições posteriores diz respeito a acomodação dos imigrantes nas lavouras da região, bem como a falta de mão de obra na colheita do café, conforme anúncio a seguir:

Imagem 11- Anúncio pós-abolição



Fonte: Pharol, 19/05/1888, ed.114, p.4.

A mão de obra escrava então foi finalmente extinta e substituída pela imigração. O escravo no noticiário do jornal se resume a libertos entregues à vadiagem, como um protesto por parte dos lavradores, que diz que,

“reina a desordem aqui, por falta deles que obriguem ao trabalho os numerosos libertos, que existem nas fazendas circunvizinhas. Muitos deles abandonaram o

³⁵³ *Pharol*, 19/05/1888, ed.114, p.1.

serviço a que eram sujeitos outrora, para se entregarem à vagabundagem e ao vício, perturbando a tranquilidade das famílias atentando contra as propriedades alheias. Época da colheita do café aproxima-se, entretanto, não há braços para fazê-la. Providências senhores homens do governo. Um lavrador.”³⁵⁴

Parece não haver nenhuma ação por parte das autoridades e do próprio governo em prol dos recém-libertos, que lhes proporcione algum acalento diante da nova condição. Sem caminho certo, sem garantias, provavelmente muitos deles recorreram a diferentes possibilidades para sobreviverem. Nesse sentido, o escravo se resume a um passado obscuro na história do país, sendo deixado de lado, esquecido nas páginas dos jornais.

³⁵⁴ *Pharol*, 24/05/1888, ed.118, p.2.

3.4- PHAROL E O LEOPOLDINENSE: UMA ANÁLISE COMPARADA

No decorrer do presente trabalho buscamos analisar os vestígios deixados pelos escravos que figuraram na construção de regiões brasileiras como a Zona da Mata mineira, em especial Juiz de Fora e Leopoldina, municípios onde circulavam os periódicos em questão nesta análise, em fins do século XIX. Neste tópico, faz-se necessário destacar as principais características dos jornais *Pharol* e *O Leopoldinense*. Dessa forma, buscamos trazer uma análise comparada entre ambos os jornais no intuito de observarmos o perfil dos mesmos, tomando como base o método utilizado por Neyde Theml e Regina Maria Bustamante, que partem do pressuposto de que “o conhecimento dos fenômenos sociais amplia-se com o diálogo e a comparação dos resultados das pesquisas, abrangendo objetos, teorias e métodos dos diferentes aportes das chamadas Ciências Humanas.”³⁵⁵

Dessa forma, a importância em se comparar Juiz de Fora e Leopoldina através dos periódicos *Pharol* e *O Leopoldinense*, se dá, principalmente, pela proximidade de ambas, tanto em termos de espaço físico como pelo perfil econômico, onde também verificamos semelhança no período estudado. A influência que uma cidade vizinha pode exercer sobre outra, parte do princípio de Marc Bloch, onde poderiam estar sujeitas “à ação das mesmas grandes causas” e “aplicar o método comparativo no quadro das Ciências Humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos.”³⁵⁶. E ainda, na visão de Theml e Bustamante,

A comparação convida os pesquisadores a colocar em múltiplas perspectivas as sociedades, os contrastes, os excessos e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou de espaço. Isto porque, ao colocar em comparação várias experiências, produzem-se frequentemente espaços de inteligibilidade e de reflexão nova. Esta forma de comparação autoriza a análise de componentes de configurações vizinhas e cada uma, com seus traços diferenciais, permite entrever a clivagem entre uma série de possibilidades.³⁵⁷

A História Comparada requer a observação dos fatos vistos de diferentes ângulos, de forma a absorver as múltiplas perspectivas sob a qual está inserida a sociedade em questão. A análise resultante da investigação proporciona a construção de um espaço diversificado de conhecimento

³⁵⁵ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, jun./2007.

³⁵⁶ BLOCH, M. *Comparaison. Revue de synthèse historique* LXIX, 1930, p.31-39.

³⁵⁷ THEML, BUSTAMANTE, *História comparada...* p.11.

histórico. O método comparativo busca estabelecer diversificação ou singularidade diante daquilo que parecia diferente ou semelhante ao senso comum. Nesse sentido, “o “fazer histórico” corresponde a uma operação concreta de captura e de redefinição do mundo e é historicamente construído. Desta maneira, viabilizar ou não uma abordagem comparada não é uma ação que advenha de valores absolutos do mesmo e do outro.”³⁵⁸ Dessa forma, buscamos trazer as principais características dos periódicos analisados no decorrer deste trabalho, *Pharol* e *O Leopoldinense*, no intuito de comparar os pontos em comuns entre ambos.

Leopoldina e Juiz de Fora no século XIX se delineiam através de um perfil econômico semelhante, onde constatamos a diversificação das unidades produtoras, dedicadas à produção de alimentos básicos como o milho, o feijão, a soja e a carne, provavelmente destinados ao mercado interno e à subsistência. A expansão cafeeira na região proporcionou a acumulação de capital, cujos excedentes seriam empregados em investimentos urbanos e benfeitorias nas unidades produtoras. A população escrava, em ambas as localidades tem como característica um maior número de pretos nascidos no Brasil, que englobam os crioulos, pardos e mulatos; em sua maioria homens, em idade produtiva.

O crescimento urbano em Juiz de Fora teve um aumento vertiginoso nas últimas décadas do século XIX, atraindo pessoas livres e homens letrados conferindo ao município significativo aumento populacional e importantes investimentos nos setores industrial e comercial. A chegada da rodovia União e Indústria, a primeira estrada macadamizada do país, encurtou a distância até a Corte, atendendo também às aspirações da elite, que desejava tornar-se mais próxima do modelo político, econômico e cultural visto na Corte.

A imprensa chega a Juiz de Fora em um período de efervescência de ideias e de inúmeros discursos em favor do fim da escravidão no país. Nesse sentido, atuava como um catalizador das transformações sociais ocorridas no período, na medida em que era um importante espaço para o debate intelectual, antecipando as principais tendências políticas e econômicas vistas no país. Nas páginas do jornal é possível observar os propósitos dos atores políticos através de seus discursos, cujo foco principal era a transformação dos espaços públicos.

Ao analisarmos o periódico *Pharol*, percebemos o empenho dos redatores ao expor a seus leitores os principais acontecimentos no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, estes últimos países que serviam de referência no quesito modernidade e progresso. A imprensa em Juiz de Fora

³⁵⁸ *Ibidem*, p.15.

traz esse ideal de construção de lugar, enfatizando as inúmeras possibilidades que a cidade poderia oferecer a seus habitantes no centro urbano que prosperava simbolizando um futuro promissor.

Também em Leopoldina, a imprensa atua como um difusor de novos ideais, se delineando como uma folha dedicada à causa pública e social, trazendo em suas páginas notícias dos principais acontecimentos da cidade, novidades vindas da Corte ou de outros países. Ressaltam-se nas colunas tanto conquistas obtidas pela elite da cidade, como os problemas que afetam o bom andamento da mesma. Nas primeiras edições que analisamos do *Leopoldinense*, em 1881, observamos a preocupação dos redatores com o advento da emancipação e o futuro da lavoura,

O que fará o Brasil quando de todo faltar o braço escravo, e por conseguinte diminuir a produção do café; quando vir definhar a indústria e o comércio paralisado; quando esse mesmo pouco produto de sua atual riqueza decair por não poder mais entrar em concorrência nos portos da Europa, não só pela elevação de seu preço, como pela concorrência, que tende a fazer-lhe em grande escala. [...] E isto, assim da noite para o dia libertarem-se milhares de escravos, é um cometimento e cometimento arriscado, tanto mais se em antes não tratarem de fazer deles homens, que possam ser úteis a si, ao próximo e à sociedade, no meio da qual vão fazer um papel talvez importante, atento a seu número. E este é um dos pontos para que devem dirigir-se todas as atenções, e que deve ocupar todas as inteligências amigas do futuro e progresso do Brasil.³⁵⁹

Os discursos com teor político que permeavam as colunas dos periódicos eram comuns no período. Muitos políticos que também eram jornalistas escreviam nos jornais, muitas vezes sob pseudônimo, mantendo-se no anonimato, o que lhes possibilitava dizer publicamente o que não ousavam dizer na Câmara. José Murilo de Carvalho, ao estudar os jornais nas primeiras décadas do século XIX, denominou a este fato como “fórum alternativo para a tribuna”³⁶⁰ Os grupos políticos tanto de Leopoldina como de Juiz de Fora, eram constituídos por proprietários de terras e escravos, eclesiásticos e homens de letra, cuja participação na imprensa local se dava de forma ativa, uma vez que tinham mais facilidade na comunicação através da escrita.

O *Pharol* tinha um caráter ambíguo, atendendo tanto aos interesses da elite quanto aos protestos da população. O jornal impresso circulava em meio à população alfabetizada, mas as notícias chegavam também às camadas menos favorecidas da sociedade juiz-forana. Nas colunas do jornal veiculavam os principais acontecimentos da cidade, aonde muitas vezes chegavam até a

³⁵⁹ *O Leopoldinense*, 24/04/1881, ed.29, p.1.

³⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília, UnB, 1981, p.44.

redação por meio de cartas e telegramas vindos de seus leitores. O leitor também tem participação nas colunas do jornal *O Leopoldinense*, como os moradores da conhecida Rua das Flores em Leopoldina que, reclamam o seguinte: “Chama-se a atenção do Ilm. Sr. Presidente da Câmara municipal desta cidade, para o estado lastimoso em que se encontra esta rua. Esperam providências.”³⁶¹ A população cobrava em público a atuação dos governantes de sua cidade, como também utilizava as colunas do jornal para fazer agradecimentos a instituições ou aos próprios cidadãos, como Manoel de Jesus Gomes e Silva, que agradece a todos os presentes no júri, em questão de seu julgamento no qual fora absolvido. Como não é possível agradecer pessoalmente um a um, utilizou-se do periódico para tal fim.³⁶²

O jornal *Pharol* foi, durante muitos anos, o órgão oficial de publicação das sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, por consequência de um acordo feito entre o redator George Charles Dupin e a Municipalidade. “Dupin chegou a participar até de uma comissão da Câmara Municipal responsável por colher dados estatísticos sobre o município.”³⁶³

Que a Câmara officie ao Sr. George Charles Dupin, nomeando-o adido à comissão de estatística que temos de criar, e que por esta ocasião, a Câmara solicite aos seus agentes, autoridades civis e eclesiásticas e de todos os municípios enfim, auxiliar o Sr. George Charles Dupin no desempenho de sua missão de colher todos, os dados estatísticos que muito de perto interessam a todos os habitantes do nosso município e a esta Câmara em particular. Sala das Sessões, 11 de abril de 1883- João Baptista de Castro.³⁶⁴

Novidades tecnológicas vistas em outras partes do mundo mereciam ser expostas no periódico, para que toda a população tomasse conhecimento dos principais avanços científicos, como a notícia de um coração artificial, projetado por um professor francês, onde o redator felicita a descoberta, onde “é quase impossível imitar melhor a máquina humana, é uma felicidade para a ciência e para Mr. Marcey.”³⁶⁵ Com o ideal de informar e também de educar seus leitores, o *Pharol* publicava artigos retirados de outros jornais, quando se referiam em especial aos avanços tecnológicos, suscitando o apreço de seu redator por este setor.

Os textos extraídos de outros periódicos leva-nos a crer que os redatores mantinham contato uns com os outros, e que havia estreitos relacionamentos entre eles e pelos papéis que

³⁶¹ *O Leopoldinense*, 16/06/1881, ed.44, p.3.

³⁶² *O Leopoldinense*, 10/07/1881, ed.51, p.3.

³⁶³ JUNIOR, James William Goodwin. A luz do progresso em Juiz de Fora: O jornal *Pharol* nas décadas de 1870-1880. *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 17, Mar/97, p.197.

³⁶⁴ *Pharol*, 03/05/1883, ed.49, p.1.

³⁶⁵ *Pharol*, 10/02/1876, ed.12, p.1.

desempenhavam na sociedade. Geralmente “os redatores eram homens envolvidos em atividades econômicas, políticas ou clericais, que exigiam o conhecimento das letras.”³⁶⁶

O aspecto cultural é bastante ressaltado no *Pharol*, tendo diversos artigos e propagandas voltadas às atrações realizadas na cidade. A busca por uma cidade voltada para o progresso é uma constante também nas páginas do jornal, onde os redatores buscam trazer a seus leitores as novidades mais cotadas pela elite que movimentava o cenário em plena ascensão na qual se encontrava Juiz de Fora no período. A ideia de progresso é exposta em um artigo anônimo, em 1877:

O homem é o progresso e o progresso nasce do homem. O progresso, com certeza e sem questão, é o motor mágico e poderoso, que desde os tempos primitivos, incarnado na humanidade empreendedora tem operado de século para século as mais espantosas e gigantescas maravilhas, tocando a maior perfectibilidade até o nosso século, a ponto de fazer surgir de pequeníssimos lugares, grandes vilas; destas opulentas cidades; [...] Na senda do progresso não deve haver barreiras, difíceis a transpor, nem cores políticas, que disputem entre si a palma da preferência; mas tão somente deve existir a unidade de ideias progressistas, que partindo de lados opostos formem um só pensamento, uma só vontade, um único alvo- o engrandecimento da pátria. [...] A ciência, as artes e as letras em todos os seus ramos estão confirmando todos os dias em reais e palpantes verdades.³⁶⁷

Muitas são também as propagandas de peças teatrais em cartaz, como as exibidas no Teatro Perseverança em Juiz de Fora. A cidade exalava cultura e o teatro repercutia todo o fascínio exercido sobre a população juiz-forana.

Carnaval, carnaval, carnaval! Grandes e pomposos bailes carnavalescos, nos dias 8,9 e 10 de fevereiro de 1880 em Juiz de Fora. Convida-se a todos os pândegos carnavalescos para essa festa que será de três noites de Loucura! Divertimento e Prazer! O Theatro Perseverança acha-se ricamente adornado para os bailes. Uma excelente orquestra tocará valsas, polcas, quadrilhas mazurcas, concluindo com o vertiginoso Galope Infernal.³⁶⁸

Leopoldina também seguia esta linha, no intuito de se aproximar do tão falado progresso que se via em outros países. Seu redator prezava a prosperidade e sempre buscava noticiar os principais avanços e descobertas científicas, como também as principais atrações em cartaz no Theatro Alencar, o primeiro da cidade, inaugurado em 19 de janeiro de 1883, na antiga Rua Municipal, cuja

³⁶⁶ SILVA, Rodrigo Fialho. “*Por ser voz pública*”: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira Vila de São João d’El-Rei (1827-1829). Dissertação (Mestrado em História), Vassouras, 2006, p.94.

³⁶⁷ *Pharol*, 21/10/1877, ed.82, p.1.

³⁶⁸ *Pharol*, 01/02/1880, ed.10, p.3.

importância ecoou pela região, trazendo artistas renomados ao seu palco. Com o crescimento urbano de Leopoldina, “nasceu o progresso urbano, da necessidade que os fazendeiros sentiram de possuir residências de fim de semana, para virem aqui assistir as missas, festas religiosas e políticas”³⁶⁹ e, certamente, prestigiar os espetáculos exibidos no Theatro Alencar. O teatro era um espaço de socialização e trouxe a Leopoldina muitas atrações carnavalescas, destacando-se seus famosos bailes à fantasia, que alegrava sua gente. O noticiário do dia 11 de fevereiro de 1883 evidencia o interesse do público local pelo recém-inaugurado teatro e a irreverência das peças teatrais cômicas:

Durante o carnaval a companhia Escudero abrindo as portas do theatro Alencar, nos ofereceu três noites cheias de divertimentos. Os artistas fizeram todo o esforço para tornarem-se agradáveis e realmente o conseguiram. No dia 4 foi a cena a importante comédia "Fantasma Branco", do Dr. J. M. de Macedo, porém o mau tempo não deu lugar a que o espetáculo fosse concorrido como se esperava. No dia 5 houve repetição desta comédia, que começou logo depois do "Furto Abençoado", drama em um ato, escrito de propósito para os irmãos François e Antonina Escudero. Todos os artistas trabalharam perfeitamente, razão porque foram aplaudidos ao ponto de se interromperem por mais de uma vez. Um espectador prestava tanta atenção á comedia que quando Galatée mandou a Maria pôr a língua de fora ele foi o primeiro a estender uma de palmo. [...] Se a companhia Escudero continuar a dar espetáculos bem escolhidos como este último, pode contar com grande concorrência em todos eles. Maior parte dos leopoldinenses gosta de comédias, porque estas fazem rir e divertem.³⁷⁰

Dentre os diversificados assuntos tratados no jornal *O Leopoldinense*, a vida de seus habitantes é retratada por meio de notícias em tom familiar, demonstrando a proximidade entre os redatores e seus leitores. O cotidiano leopoldinense pode ser percebido por meio das narrativas presentes nos folhetins com “temas abstratos, como amores, decepções, tragédias, fantasias e saudade.”³⁷¹ Os autores dos dramas publicados na primeira página do jornal, na coluna folhetim, escreviam seus textos muitas vezes sob pseudônimos, comuns no século XIX. Esses textos eram publicados a cada edição, dando sequência às histórias narradas.

Contos e Histórias

Os moradores da estação de Ubá viram um dia chegar os trastes para um *chalet*, acabado de novo, oculto na folhagem das mangueiras frondosas da chácara. Olhares curiosos pretendiam devassar aquelas paredes, e alguns sujeitos, não

³⁶⁹ PEREIRA, Maria José Lara de Brêtas (.Org). *Mauro de Almeida Pereira – O Escrivão*. Belo Horizonte, Editora B, 2015, p.102.

³⁷⁰ *O Leopoldinense*, 11/02/1883, ed.7, p.3.

³⁷¹ BARBOSA, *O cotidiano impresso...* p.38.

podem-lo refrear a vontade de saber quem eram os habitantes dessa casinha, foram ao ponto certo: à venda. O taverneiro, coçou a barba, sorriu-se, e respondeu-lhes:
 - São umas pessoas que vem da Corte. Gente rica, já vocês veem pela mobília de luxo que trazem.
 -Ah! Disseram os tipos. Então são pessoas que falam francês... [...] S. Petit.³⁷²

Diante do fragmento percebemos o apreço dos habitantes pelo idioma francês. A língua neste período era sinônimo de cultura e o jornal muitas vezes a referenciava. Nas propagandas encontramos diversos anúncios de aulas de francês em Leopoldina, como no Colégio Santa Margarida para meninas, dirigido por Madame Mathilde Marguerite de Barros, no distrito de Rio Pardo que oferece uma educação disciplinada voltada para a vida familiar. Dentre as disciplinas estão os trabalhos com agulhas, aritmética, leitura, caligrafia, geografia e claro, o francês.³⁷³

O *Pharol* também trazia em sua primeira página os folhetins, os contos e dramas escritos por autores anônimos, também escondidos sob pseudônimos. No entanto, o autor do romance *Rosina*, publicado em 1876 não utilizou nem mesmo um pseudônimo, apenas asteriscos. Embora não houvesse em certos romances um apelo social, raros eram os textos cujo autor se desvela.

ROSINA

Romance brasileiro
 Por ***

Em um sítio pitoresco, pouco distante da Corte, morava o Sr. Gervásio de Freitas. Era um homem alto e corpulento; possuía uma fisionomia tão expressiva e bondosa que atraía a simpatia logo a primeira vista. Quase sempre trazia nos lábios um sorriso fino e zombeteiro, próprio de quem estava habituado a gracejar. Ele costumava dizer a seus amigos: Creio que nasci rindo-me, a vida tem sido para mim uma boa fada coroada de rosas. [...] Gervásio de Freitas tinha uma filha de 18 anos- chamava-se Rosina. Ela tinha os olhos grandes, a cutis alva e os cabelos castanhos- era linda. Havia nela a frescura e a graça dos anjos de Murilo, mas a faceirice era toda de mulher. [...] (Continua).³⁷⁴

No campo político, o *Pharol* seguia uma linha mais conservadora, cuja configuração entre a cidade moderna e capitalista, assim como as narrativas produzidas sobre ela nas páginas dos jornais, ressalta um centro urbano regido pela moral e disciplina. Um exemplo disso são as ideias contrárias ao movimento abolicionista que se propagava em diferentes partes do país, cuja sessão na Câmara

³⁷² *O Leopoldinense*, 05/01/1882, ed.2, p.1.

³⁷³ *O Leopoldinense*, 05/01/1882, ed.2, p.4.

³⁷⁴ *Pharol*, 17/02/1876, ed. 14, p.1.

Municipal de Juiz de Fora pedia providências quanto à emancipação que causava “desordem” e que era um “atentado ao elemento servil garantido por lei”.

A Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora, como intérprete fiel dos sentimentos e interesses de seus munícipes, resolveu unanimemente, em sessão de 3 do corrente mês, por indicação de um de seus membros, representar ao Senado e à Câmara dos Senhores Deputados, no intuito de solicitar providências e medidas que façam cessar o estado anormal de coisas criado pelo movimento abolicionista, o qual, pela atitude assumida, constituiu-se elemento de desordem, e fonte de atentados contra a propriedade servil, reconhecida e garantida pela legislação do país; pondo em perigo constante a segurança pessoal dos proprietários de escravos, principalmente lavradores, promovendo intempestivamente a desorganização do trabalho, em condições já muito precárias: e desconhecendo que o problema da emancipação depende de medidas complexas e de máxima prudência.³⁷⁵

A sociedade escravocrata defendia a manutenção da ordem justificando-a com o medo da desordem e do caos que se intensificaria com o grande número de libertos nas ruas. Dessa maneira, mediante o medo das revoltas generalizadas, a questão servil deveria ser analisada cuidadosamente de modo a não prejudicar a formação da nação. O temor que afligia os escravocratas era a falta de braços nas lavouras que poderia acarretar em um caos social.

Com estilo simples e popular, *O Leopoldinense* dizia-se liberal, no entanto, defende da mesma forma que o *Pharol*, um tom mais conservador. O jornal circulou em meio a acirrados discursos acerca da libertação de escravos e um cenário político conturbado, compreendendo o período entre os anos finais da monarquia e um discurso que idealizava uma nova conjuntura política, a república. Havia forte apelo literário por todo o país, seguindo as tendências francesas, conforme observado também no *Pharol*. No campo político, de acordo com Luiza Helena Morais Barbosa,

Segundo notas publicadas pela redação, a folha cumpria um programa jornalístico traçado contra os interesses partidários, em uma época em que “desfralda-se arrogante uma audaciosa bandeira da corrupção.” Por isso segundo o redator, foi difícil manter acesa a vida do jornal com neutralidade, sem interferência de interesses partidários, sendo que o objetivo almejado era tão somente contribuir favoravelmente com aquilo que pudesse trazer prosperidade ao país.³⁷⁶

³⁷⁵ Ver: BMMM, Setor de Memória, *Pharol*. Juiz de Fora, 08 de agosto de 1884. Apud PEREIRA, Thiago Bueno. *Abolicionismo em Juiz de Fora – MG, 1870/1888*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005, p.6.

³⁷⁶ BARBOSA, *O cotidiano impresso...* p.21.

Nas páginas de *O Leopoldinense* percebe-se que o mesmo tomava como referência jornais publicados na Corte, como o Diário do Brasil, no qual o redator refere-se que: “para as publicações adotamos os preços moderadíssimos do Diário do Brasil.”³⁷⁷ Este jornal seguia a premissa de substituição da mão de obra escrava por imigrantes alemães. Visto por este ângulo, podemos levantar a hipótese de que não é por acaso que *O Leopoldinense* se colocou também a favor da substituição da mão de obra escrava.

O jornal, além dos assuntos locais, publicava também matérias relativas a outros municípios que não pertenciam à região no qual abrangia a influência de Leopoldina. Este fato indica sua boa receptividade numa região mais vasta, embora não tenha sido possível identificar o universo dos seus assinantes. Sabemos apenas, que além dos moradores de localidades próximas a Leopoldina, havia leitores em diferentes pontos das províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, tendo em vista as publicações de fugas de escravos e mesmo no noticiário³⁷⁸.

Sendo assim, destacamos as similaridades entre ambos os periódicos aqui expostos, cujas linhas editoriais buscavam atender tanto aos questionamentos da população, quanto aos interesses políticos, tomando partido quanto às principais questões pertinentes no período abordado. A imprensa em Leopoldina e Juiz de Fora nas últimas décadas do século XIX traz à tona o posicionamento da elite letrada diante da sociedade local. Através de opiniões muitas vezes conflitantes, os leitores eram incitados a tomar partido diante de determinados pensamentos dos redatores que, em diferentes lugares, inflamavam diariamente o cotidiano das cidades através de seus artigos.

³⁷⁷ *O Leopoldinense*, 25/05/1882, ed.40, p.1.

³⁷⁸ Para as principais localidades de onde se originavam as fugas de escravos no *Leopoldinense*, ver tabela 3 na página 89.

Considerações Finais

Ao longo do presente trabalho, analisamos estas estratégias, partindo dos anúncios de fugas publicados nos periódicos *Pharol* e *O Leopoldinense*. Para maior aprofundamento, analisamos também o Recenseamento Geral do Império de 1872, no intuito de compor um perfil daqueles que figuravam as colunas Anúncios. Diante de um contexto político onde se vislumbrava intensos debates abolicionistas em contraponto ao conservadorismo, observamos certa autonomia escrava diante das brechas possibilitadas pelo crescimento populacional que se intensificava em Leopoldina e Juiz de Fora no período.

A região se caracterizava por uma dinâmica voltada à produção interna que absorvia em grande parte a mão de obra escrava. As atividades mecânicas, como as pequenas manufaturas e fábricas de tecidos; a produção de queijo, toucinho, o cultivo de grãos como o milho, a soja e o arroz demonstram a diversidade econômica que caracterizava Minas e a Zona da Mata no oitocentos. O avanço da produção cafeeira em meados do século XIX, acrescido ao avanço da urbanização, trouxe à população escrava novas possibilidades, seja pelas crescentes alforrias ou pelas diferentes formas de resistência, como as fugas.

Leopoldina, desde sua efetiva ocupação, abrigou importantes famílias, cujo poderio econômico e político delineavam os contornos da cidade que aliava a produção de alimentos básicos e de café ao crescimento da mesma. A população, que em 1872 era a segunda na Zona da Mata mineira onde mais se possuía escravos, estava inserida em sua maioria no trabalho na lavoura, confirmando a hipótese de um município voltado à produção agrícola e cafeeira. O grande número de escravos que desempenhavam também atividades domésticas confirma o crescimento urbano em fins do século XIX. Muitos desses escravos exerciam mais de uma função dentro da escravaria, principalmente no trabalho doméstico.

O perfil do escravo que encontramos nas escravarias leopoldinenses, com base no Recenseamento de 1872, traz um grande contingente de pretos, assim designados pelo recenseador, que englobava os crioulos e os mulatos, ou seja, os escravos nascidos no Brasil. Perfil comum para o período estudado, evidenciando a reprodução natural e a mestiçagem ressaltada por autores aqui estudados.

Juiz de Fora se caracterizou por uma população formada ao longo da abertura do Caminho Novo, onde se estabeleceram os primeiros habitantes nas sesmarias recebidas como doação. Com uma economia também diversificada, o município desenvolveu uma trajetória que partiu de uma

estrutura escravista agroexportadora cafeeira, como incentivo inicial para o seu desenvolvimento urbano-industrial.

No seu crescente processo de industrialização, a economia do município se pautou no desenvolvimento do mercado externo, na produção e exportação de café, bem como no desenvolvimento do mercado interno, no cultivo de grãos e na produção de carne, que impulsionaram a acumulação de capital que daria início ao núcleo urbano, se firmando como um importante entreposto comercial na região, e como principal centro político e econômico da Mata mineira. Dentre as principais ocupações desenvolvidas pelos escravos está o trabalho na lavoura, seguido pelo serviço doméstico, evidenciando um perfil semelhante ao de Leopoldina, cuja hipótese levantamos pela proximidade entre ambos os municípios.

Aprofundando nos anúncios de fugas, encontramos no *Leopoldinense* e no *Pharol*, maior parte delas provenientes de fazendas localizadas nas próprias freguesias, sendo as outras identificadas nos distritos ou freguesias vizinhas. As fugas se caracterizam por oferecer detalhes sobre o escravo como nome, idade, cor, origem ou mesmo marcas corporais provenientes de doenças ou castigos. Dessa forma, pudemos observar indícios de aspectos cotidianos, das relações de trabalho e afetivas desses fugitivos.

Os detalhes descritos pelos proprietários nos anúncios eram necessários, demonstrando conhecimento de sua escravaria, como a citação de uma falta de dedo no pé, um sinal de ferida na perna, dentre outras características particulares que senhores de grandes escravarias certamente não teriam conhecimento. Nos anúncios analisados, muitos foram os escravos mencionados com sinais de doença ou que carregavam objetos de tortura como as pêgas e argolas. E havia os atos desesperados no qual o escravo fugiu levando apenas a roupa do corpo, sem pensar talvez no destino após a fuga.

E muitas foram as estratégias que os fugitivos utilizaram nas fugas, como a mudança de nome, comumente destacada pelos proprietários nos anúncios. O escravo fingia-se de forro e mudava seu nome no intuito de passar despercebido aos olhos da sociedade, que vivia em busca das recompensas oferecidas nos jornais pela captura de escravos fugitivos. Muitos foram os anúncios no qual observamos esta estratégia em ambos os periódicos analisados.

A maioria das fugas foi perpetrada por homens sozinhos com idade entre 15 e 35 anos, no qual atribuímos ao fato de que as mulheres fugiam menos por se prenderem aos laços familiares. As mulheres poderiam conseguir maiores benesses do que os homens, como as alforrias, logo, não

necessitaria se arriscarem tanto nas fugas. O medo da punição também era fator importante a se considerar, uma vez que poderia desestimular o desejo de contestar contra a repressão.

As fugas coletivas quando ocorreram, foram empreendidas por indivíduos acompanhados por companheiros de cativeiro ou por parentes. Registramos a fuga de casais, irmãos ou mães que levaram consigo seus filhos, evidenciando a existência e a importância da família no cotidiano desses escravos. As relações sociais forjadas por eles reforçavam a importância dos laços familiares e da solidariedade entre os mesmos.

No decorrer dos anúncios e noticiário analisados, constatamos a recorrência de assassinatos e violência física contra senhores e feitores, reafirmando que estes atos se mostravam como a consequência da insatisfação com o cativeiro, como a única maneira desses negros se afirmarem como sujeitos capazes de escrever a sua própria história. Estes atos desesperados demonstram que já não havia esperança em se obter a liberdade e o crime, sintetizado pelo roubo ou pelo assassinato, se revela como o primeiro ato humano por parte dos escravos.

Alguns fugitivos sabiam ler e escrever, eram muito prosas e bons contadores de histórias. Esses indivíduos ao fugir, poderiam se inserir com maior facilidade em outros lugares, passando despercebido aos olhos das pessoas livres. Possuir algum ofício, levar vestimentas ou fingir-se de forros, fazia parte das estratégias mais utilizadas pelos escravos fujões tanto em Leopoldina como em Juiz de Fora.

As fugas com destino às cidades eram comuns, pelo fato de que nesses locais havia maior aglomeração de pessoas, e, dessa forma, significava uma alternativa mais viável do que embrenhar-se na mata. A possibilidade de liberdade, de obtenção de trabalho e de um possível recomeço, era um fator bastante atrativo para os fugitivos. As vestimentas e apetrechos que levavam nas fugas, faziam a diferença, pois estar vestido de acordo com o restante da população livre não chamaria a atenção e estes seriam vistos apenas como mais um na multidão.

Os escravos que possuíam ofícios tinham maiores chances perante aos demais irmãos de cativeiro, obtendo maior autonomia e mobilidade nas cidades. Procurando ocupação, poderiam ampliar sua rede de sociabilidade e se manterem ausentes por maior tempo, uma vez que poderiam contar com a ajuda de protetores e “coiteiros”. Encontramos em muitos anúncios essas suspeitas de acoitamento e sedução, reforçando a hipótese apresentada.

No entanto, nem só de castigos e açoites viviam os escravos. Muitos deles, à sua maneira, buscaram soluções para amenizar sua condição no cativeiro. Buscaram manter vivas as suas tradições, os seus costumes. E mesmo entre os fugitivos, percebemos aqueles que eram bons

tocadores de viola, os que tinham o dom para a música e para a dança. Os escravos bons de prosa, ladinos, figuravam entre os anúncios, qualidades destacadas por seus proprietários.

Como parte dos atos de desespero perante o sistema escravista estão os suicídios. No noticiário eram recorrentes os casos de escravos encontrados enforcados, pendurados em árvores ou que se atiravam nos rios. Como não tinham esperança diante do que viviam no cativeiro, colocavam fim às suas vidas. Nenhuma comoção havia por parte dos proprietários, cujos escravos não significavam nada além do que mercadorias.

Diante do que foi exposto ao longo deste trabalho, levantamos a hipótese de que a justificativa para as fugas analisadas no *Pharol* e no *Leopoldinense* tiveram motivos diversos, seja por inconformismo com o cativeiro, seja pela quebra de compromissos entre senhor e escravo. A fuga se revelou como um descontentamento diante de situações enfrentadas pelos escravos no cativeiro. Como parte de um conjunto de ações de resistência à escravidão, atuou como uma ruptura perante o domínio senhorial. Utilizando diferentes estratégias, os escravos buscaram, ao longo de todo o período escravista, se firmar como sujeitos de sua própria história.

Tanto em Leopoldina como em Juiz de Fora, os escravos resistiram à dominação, buscando recobrar o que havia sido retirado quando postos em cativeiro. Até mesmo quando foram presos, alguns fugiram da escolta ou se envolveram em brigas e outras formas de resistência. A criminalidade escrava pode ser explicada pelo acirramento das tensões provenientes dos debates abolicionistas presentes na década de 1880, que modificaram o modo como o próprio escravo se via no sistema. Os atos de rebeldia neste período representavam todas essas mudanças, abalando os alicerces de uma sociedade escravista que antes se fazia majoritária.

Nas décadas finais do século XIX, o país vivenciava um novo momento histórico, cujas revoltas individuais e coletivas dos escravos se concretizaram como mais um fator que influenciaria no fim da escravidão, no qual já perdia sua força pelos discursos firmados nas Câmaras das principais cidades do país. Com o fim da escravidão, o escravo finalmente poderia ser visto como homem livre, no entanto, sua luta cotidiana não cessa com o 13 de maio de 1888. Séculos depois, os negros ainda vivenciam a luta de seus irmãos, diante das atitudes racistas e segregadoras, com o descaso diante de seus descendentes e da sociedade brasileira, que só se construiu diante do trabalho forçado, cujas lutas, ainda hoje não cessam..

Fontes

Jornal *O Leopodinense* 1881-1884. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=706957&pagfis=146&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

Jornal *Pharol* 1876-1888. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=20> Acesso em: 25 de julho de 2019.

Recenseamento Geral do Império, 1872, v.2, p.188. Disponível para download em:

<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> Acesso em: 22/07/2019.

Registros de Batismo de Escravos

1884 a 1888- Livro 04 A

Paróquia Nossa Senhora do Rosário- Leopoldina MG

Bibliografia

ABREU, José Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Briguier, 1969.

ALMICO, Rita. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2001.

ALVES, Romilda Oliveira. Famílias e formas de sobrevivência na área central da Mata Mineira (1808-1850); in: ANDRADE, Vitória Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho (Orgs.) *As várias faces de Minas traços locais e regionais /*. Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2017, p. 130.

_____. *Fronteira em expansão: população, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2009.

AMANTINO, Marcia. A escravidão em Cataguases e os cativos da família Vieira, in: *Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade/* Jorge Prata de Sousa e Rômulo Garcia de Andrade (orgs.). Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

_____. O cotidiano escravo em Cataguases nas últimas décadas da escravidão. In: *Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira*, I: 2005. Juiz de Fora (MG). Anais. CES 2005.

_____. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*, nº29, 2003, p.79-97.

_____. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Locus revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006.

AMOGLIA, Ana Maria Faria. *Um ar de liberdade: o suicídio de escravos no município de Juiz de Fora (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

ANDRADE, Rômulo. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1991.

_____. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora: UFJF, v. 1, n. 2, p. 21-33, dezembro, 1997.

_____. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 1992.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Vassouras, 2006, Universidade Severino Sombra.

_____. *Os sertões de São Paulo do Muriahé. Terra, riqueza, família na Zona da mata mineira, 1846-1888*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

_____. Tropas e tropeiros numa economia nascente: São Paulo do Muriahé, 1848 a 1888; in: ANDRADE, Vitória Schettini de. LAMAS, Fernando Gaudereto. SILVA, Rodrigo Fialho. (Orgs.). *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Mapa da População do Feijão Cru, MP-CX.03-DOC.06.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites-Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

BARBOSA, Luiza Helena Moraes. *O cotidiano impresso: o folhetim e a crônica nas páginas do jornal O Leopoldinense no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Letras), CES/JF, 2017.

BARBOSA, Ruy - *Parecer sobre o projeto nº 48-A*. in Senado Federal - A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243294>. Acesso em: 21/02/2020.

BARROS, Cleyton Souza. Eletricidade como elemento de modernização em Juiz de Fora (1889 – 1915). *HEERA. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 3, Nº 5, jul-dez, 2008.

BATISTA, Caio da Silva. A dinâmica da escravidão urbana no interior do Sudeste do Brasil: cotidiano, senhores e alforrias, Juiz de Fora 1831 – 1888. Universidade Federal de Juiz de Fora. Tese (Doutorado em História), Juiz de Fora, 2019.

_____. A visão pública sobre os escravos urbanos na Zona da Mata mineira: Juiz de Fora, 1850 – 1888. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 7 Nº 12 Jan-Jun 2012.

_____. Cotidiano e escravidão urbana na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora (MG), 1850 – 1888. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2013.

_____. Cotidiano e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora século XIX. *Faces da História*, Assis-SP, v.3, nº2, p. 113-135, jul.-dez., 2016.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. São Paulo: Edusc, 2004.

BERTRAND, Michel. De la família a la rede de sociabilidade. In: *Revista Mexicana de Sociologia*, nº2, vol. 61, 1999.

BLASENHEIM, Peter Louis. *A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906*. 1982. 372 f. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, Stanford University, Stanford, 1982.

_____. As ferrovias de Minas gerais no século dezenove. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v.2, nº2.

BLOCH, M. *Comparaison. Revue de synthèse historique* LXIX, 1930.

BOTELHO, Luiz Eugênio. *Leopoldina de hoje... e de ontem*. Leopoldina, 1967.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*, São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói, 2014.

CANTONI, Nilza. MACHADO, Luja. *200 anos do registro civil do Feijão Cru*. Leopoldina, 2017.

_____. *Pelos 164 anos de emancipação de Leopoldina: as Exportações da Produção do Feijão Cru*. 2018. Disponível em: <http://cantoni.pro.br/blog/2018/06/101-pelos-164-anos-de-emancipacao-de-leopoldina-as-exportacoes-da-producao-do-feijao-cru/> Acesso em: 19/04/2019.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. Departamento de Geografia da UFMG, Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado em Geografia), 2008.

_____, A.S. MATOS, Ralfó E.S. Geografia histórica da ocupação da Zona da Mata mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”. In: *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A081.pdf. Acesso em: 30/04/2019.

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

_____. A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação e uma sociedade agrária. *História Econômica & História de Empresas*, v.3, n. 2, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília, UnB, 1981.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os Sertões de Leste: Achegas para a história da Zona da Mata* / Celso Falabella de Figueiredo Castro. – Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Ed. Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte/ Sidney Chalhoub.*- São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHEREM, Rosângela Miranda. *Uma abordagem sobre as alforrias nos jornais de Desterro, 1884 a 1888.* Curitiba, ANPUH, s/d, p. 47 – 54. Disponível em: http://www.anpuh-sc.org.br/rch%201%20pdf/PDF_rch1%20art6rmcherem.PDF. Acesso em 11/05/2020.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. O mundo das artes nos jornais: Juiz de Fora no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de, VILLALTA, Luiz Carlos. História de Minas Gerais: A província de Minas Gerais, 2/ organizadores do volume Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta.- Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio Augusto. (et al). (org.) *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil.* Campinas: Editora Unicamp, 1994.

COSTA, Emília Viotti - *A Abolição.* Col. História Popular, coordenação de Jaime Pinsky. São Paulo: Global Editora, 1988.

COSTA, Heloísa Azevedo da. *Burgo da Mata: contribuição à historiografia de São Francisco do Glória/ Heloísa Azevedo da Costa-Belo Horizonte,* 2010.

DEBRET, Jean Baptiste. *Rio de Janeiro, cidade mestiça: nascimento da imagem de uma nação/ ilustrações e comentários de Jean Baptiste Debret; textos Luiz Felipe de Alencastro, Serge Gruzinski e Tierno Monénembo; reunidos e apresentados por Patrick Straumann; tradução de Rosa Freire D’Aguilar.*- São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil.* Tomo I, vol.1 e 2. Brasília: INL, 1975.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis.* Ed. Citada, vol. II. Universidade de São Paulo, 1979.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. In: *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXIV, nº2, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento/ Sheila de Castro Faria.* - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*, São Paulo, n.58, p. 104-115, junho/agosto 2003.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (século XVI – XIX). *Análise Social*, 203, XLVII (2º), 2012, 236 – 267.

FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas-Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.179-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANKLIM, Margareth Cordeiro. *Cutubas: clube de negros, território de bambas. Memória e Patrimônio afrodescendente de Leopoldina/Minas Gerais*. Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2014.

FREIRE, Jonis. *Batismo e Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, 1838-1888*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: São Paulo, 2004.

_____. Composição da riqueza em grandes propriedades do sudeste escravista, Minas Gerais século XIX. In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 299-326, jan./jun. 2009.

_____. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. São Paulo: Alameda, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1987, 25 ed;

_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1969.

GEBARA, Ademir. Escravos: fugas e fugas. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo. V. 6, nº. 12, mar/ago 1986.

GENOVÊS, P. F. *O espelho da Monarquia: Minas Gerais e o Império no segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

GENOVESE, Eugene D.. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/CNPq, 1988.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, 1996, p.67-93.

_____. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 29 de setembro de 2015.

_____. Produzindo a liberdade: fugitivos e identidades no Rio de Janeiro. In _____. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: Ed. UFP, 2003, pp.45-50.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990

GOUBERT, Pierre. *História Local*. Traduzido por Marta M. Lago / Pierre Goubert, Revista Arrabaldes, Ano I, nº 1. Maio / agosto 1988.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/INL. 1972.

GUIMARÃES, Elione Silva. Criminalidade e escravidão em um município cafeeiro de Minas Gerais- Juiz de fora, século XIX. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, p. 73-105, 2001.

_____. Terra de pretos na Fazenda da Tapera (Juiz de Fora-MG). In: Jorge Prata de Souza; Rômulo Garcia de Andrade. (Org.). *Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade*. 1 ed. Rio de Janeiro: APICURI, 2012, v. 1, p. 45-73.

_____. *Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora (segunda metade do século XIX)*. Universidade Federal Fluminense, Dissertação (Mestrado em História). Niterói, 2001.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Vilas, sertões e florestas: diários de viagem. In: *História de Minas Gerais: a província de Minas, 2* /organizadores do volume: Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta.-Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p.372.

JOSÉ, Oíliam. *Indígenas de Minas Gerais- Aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1965.

_____. *O negro na economia mineira*. (S. l.: s. n.), 1993.

JUNIOR, James William Goodwin. A luz do progresso em Juiz de Fora: O jornal Pharol nas décadas de 1870-1880. *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 17, Mar/97, p.195-218.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1800 - 1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820)*. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LAMEGO FILHO, Alberto. *A Planície do Solar e da Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. 2.ed. – Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R.. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, Belo Horizonte, v.31, p.69-96.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a problemática da decadência*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial, 1979.

MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos estabelecidos na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX)*. Monografia (Especialização em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1998.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira De História*, SP, v.8, nº16, p.143-160, 1988.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estud. - CEBRAP* no. 74. São Paulo, Mar. 2006.

MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980.

MATOS, Raimundo J. da C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, p.218.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Ed. Brasiliense; Tradução James Amado, SP, 2003.

MENDES, Jairo Faria. *Memória dos jornais mineiros do século XIX: revisão crítica das fontes historiográficas*. Novo Hamburgo, RS, 2005.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de Menezes. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1990.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: Da Era Colonial à Regência (1500-1840)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa. Atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção. *Anais do Colóquio História e Imprensa*, Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. *Leopoldina, instrução, mito político e formação de elites na Zona da Mata Mineira (1895-1930)* –Natania Aparecida da Silva Nogueira- Leopoldina/ MG: Ed. Do Autor, 2011.

OLIVEIRA, Almir. *A imprensa em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1981.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira- 1780-1870*. Bauru, São Paulo: Edusc; Juiz de Fora, Minas Gerais: FUNALFA, 2005.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Editora Dias Cardoso, Juiz de Fora, 1966.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro 5, título 63. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p1212.htm>. Acesso em: 05/07/2019.

PAIVA, Clotilde. *População e economia das Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Autêntica Editora: São Paulo, ed.1, 2007.

PEREIRA, Maria José Lara de Brêtas (.Org). Mauro de Almeida Pereira – *O Escrivão*. Belo Horizonte, Editora B, 2015.

PEREIRA, Thiago Bueno. *Abolicionismo em Juiz de Fora – MG, 1870/1888*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora-1870/1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

PRATES, Carlos. *A lavoura e a indústria da Zona da Mata*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1905.

RAPM, LEI N.759 DE 2 DE MAIO DE 1856. Coleção Leis Mineiras, T. 22, Part. 1, 1856. Tipografia Provincial de Minas.

RAPM, v.16, 1911.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Liana Maria. Escravos e abolicionismo na Imprensa mineira (1850-1888). *LPH – Revista de História, Mariana*, vol. 1, n.1, 1991.

_____. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias no cotidiano escravista mineiro. *Cadernos De História*, Belo Horizonte, v.1, nº1, out.1995.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RODRIGUES, José Luiz Machado. *Maripá de Minas e região: Subsídios históricos e outras lembranças*. Rio de Janeiro: s.n, 2003.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, pp. 253-270.

ROSENTAL, Paul André. Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras no Brasil colonial. *Oceanos. A formação territorial do Brasil*. n. 40, out.-dez. 1999, p. 8-20.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes/ Stuart Schwartz; trad. Jussara Simões*.- Bauru, SP: Edusc, 2001.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais/ José Joaquim da Silva*. Introdução de Oswaldo Bueno Amorim Filho; atualização ortográfica- Maria Lúcia Brandão Freire de Mello.- Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.

SILVA, Rodrigo Fialho. Antes do Compilador Mineiro: caminhos das notícias e ensaios impressos em Minas Gerais no contexto político da Independência (1821-1822). In: *Do texto ao contexto: História, Literatura e Educação/ Rodrigo Fialho Silva (org.)-Barbacena, MG: EdUEMG, 2015.*

_____. Disfarces públicos e desafetos privados: a cultura política do anonimato na imprensa mineira oitocentista (1823-1831). *Mal-Estar e Sociedade - Ano VI - n. 11 - Barbacena - julho/dezembro 2013.*

_____. Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831). Tese de Doutorado em História. UERJ \ Rio de Janeiro, 2011.

_____. O tom e o traço: apontamentos historiográficos sobre a imprensa no Brasil e em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, *Escritas*, vol. 7, n. 1, 2015, ISSN 2238 – 7188.

_____. “Por ser voz pública”: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira Vila de São João d’El-Rei (1827-1829). Dissertação (Mestrado em História), Vassouras, 2006, p.94.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In: *História e Imprensa: representações culturais e políticas de poder/ Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, Marco Morel, Tania Maria Bessone da C. Ferreira (organiz.)-Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.*

SLENES, Robert Wayne. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH n°17*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985.

SOARES, Márcio de Sousa. A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009

SOUSA, Jorge Prata de. Casamentos mistos e integração social: os reveses da miscigenação. In: ANDRADE, Vitória Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho (Orgs.). *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2017.

SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (orgs). *Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade*. Apicuri, Rio de Janeiro, 2012.

SPIX, Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Excertos e ilustrações, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1968.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, jun./2007.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XX. Instituto Brasileiro de Geografia, 1958.

VEBLER, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965.

WIRTH, John. *O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.